

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mariza de Fátima Reis

Competência contextual e processo de legendação de filmes

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

São Paulo

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Mariza de Fátima Reis

Competência contextual e processo de legendação de filmes

DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Semiótica - área de concentração Signo e Significação nas Mídias - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Bairon Blanco Sant Anna.

São Paulo

2008

BANCA EXAMINADORA

À Juliana e Carlos Filipe

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Magali mentora do meu “adestramento” na língua inglesa.

À minha família, pela oportunidade de experimentação afetiva da realidade.

Ao Prof. Djanir Caldas, *in memoriun*, pela facilitação da entrada no simbólico do acadêmico.

Aos profs Sergio Bairon e Cecilia Salles que propiciaram a personificação da minha rede de significações durante esta jornada.

Saber pensar não é só aplicar a lógica e a verificação aos dados da experiência. Pressupõe, também, organizar os dados da experiência. (Edgar Morin, 1986).

Resumo

Este trabalho é resultado de pesquisa sobre os parâmetros de análise de tradução de textos estabelecidos pela lingüística e pela pragmática, as quais cobram do tradutor o alcance da fidelidade ao significado do original. A hipótese norteadora considera o processo tradutório um ato comunicativo de tradução do significado do original atemporal, objeto de pesquisas já desenvolvidas. Esse significado está vinculado ao processo de significação do tradutor, que é resultado da percepção que ele tem dos signos extralingüísticos atemporais, uma vez que a distância entre os contextos de emissão e recepção das mensagens não encontra respaldo teórico na lingüística pragmática e demanda do tradutor a competência necessária para contextualizar o original. Para responder à questão das noções de tradução livre e literal, adotaram-se os conceitos de significado, comunicação e contextualização lingüística desenvolvidos por Saussure, Jakobson e Parret, respectivamente. As questões decorrentes dessa discussão sobre teoria do conhecimento e validação de sentido e significado, pertinentes à virada lingüística na filosofia, estão compreendidas nos conceitos de atos de fala da Filosofia da linguagem ordinária de Austin, sob a perspectiva dos jogos de linguagem de Wittgenstein, em *Investigações*. Ao fim, a teoria e a prática de tradução são analisadas à luz da teoria semiótica peirciana, revisitada por Santaella e Colapietro (percepção do signo) e aplicadas à análise dos corpus das legendas de uma cena do filme “Forrest Gump”, traduzida no Brasil e em Portugal. Nelas, um novo conceito de literalidade ao significado do original é alcançado na medida em que o juízo perceptivo do tradutor anula-se a fim de facilitar o acompanhamento do texto audiovisual pelo receptor final. Ao permitir o desenvolvimento da competência contextual para modelos de crítica de tradução, a natureza dessa cognição sugere que a lógica contextual possa complementar a rede de significações das lógicas estrutural, consensual e inferencial para estudos de comunicação.

Palavras-chave: tradução, comunicação, rede de significações, contexto.

Abstract

This work is the result of a research about text translation theories established by linguistics and pragmatics, which charge the translator the reach of the original meaning even at a different time of its original context. The meaning is related to the translator process as a result of the perception he has about the extra-linguistics signs out of its authorship context. Once the study about this distance in time has no theoretical bases in pragmatic linguistic, it still demands the translator the ability to contextualize the original. To investigate the matters about free and literal translation procedures it was adopted sign, communication and contextualization linguistic concepts developed by Saussure, Jakobson and Parret respectively. The issues about the discussion between knowledgement theory and meaning validation related to the Linguistic Turn in Language philosophy, are based on speech acts concept developed by Ordinary language philosophy (Austin) under the perspective of language games developed by Wittgenstein (Investigations). Finally the practice and theory are investigated through Percian semiotic approach, re-read by Santaella and Colapietro on the matter of sign perception. They are applied in subtitling products of a scene in Forrest Gump translated both in Brazil and in Portugal. As a result it comes a new concept of literalism to the original meaning as long as the perception of the translator privileges the extra-linguistic signs that follow the audiovisual in real time, approach that facilitates the audience reception of the translation. Allowing the addition of contextual competence concept to the critical models of translation studies, the nature of this cognition suggest the existence of a contextual logic that may be added to the structural, consensual and inferencial logics already established in communicative researches.

Key words: translation, communication, meaning process, context.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 - Competência contextual e modelos de crítica de tradução.....	14
1.1 Língua e significado	15
1.2 Modelos de crítica de tradução.....	25
1.2.1 Vertente cultural	41
1.2.2 Vertente pragmática.....	47
Capítulo 2 - Competência contextual – sentido e referência na linguagem	56
2.1 A virada lingüística na filosofia.....	60
2.2 Lógica e regras de jogos de linguagem	76
2.3 Atos de fala e lógica do consenso.....	87
2.4 Decodificação e tradução	96
2.5 Pragmática do contexto	101
Capítulo 3 - Competência contextual e a semiose da tradução	118
3.1 A noção de competência em tradução	120
3.2 Processo de decodificação e lógica da inferência.....	131
3.3 Rede de significações e referente	144
3.1 Aspectos de percepção semiótica do texto-signo	151
3.5 Esclarecimentos pragmáticos sobre a semiose da tradução.....	168
Capítulo 4 - Análise	175

Considerações finais	182
Referências	186
Anexo	196
1. Estudos sobre legendagem.....	196

Introdução

O objetivo deste trabalho é desenvolver parâmetros de competência contextual para o processo de legendação de filmes estrangeiros, uma vez que a contextualização do original desse processo representa uma habilidade diferenciada dos demais textos escritos.

Partiu-se da hipótese de que essa competência reconhece as circunstâncias que permearam o original em consequência da rede de significações acionada pelo legendista, diferente evidentemente das lógicas estrutural e consensual acionadas na tradução de textos verbais. Acredita-se que a rede de significações do legendista envolva a percepção de signos extralingüísticos do texto audiovisual, característica que põe em xeque a máxima *Traduttori, traduttori*, tributada aos profissionais da área e fundamentada em pesquisas sobre textos atemporais.

A fim de argumentar a favor da impossibilidade de ser alcançada a fidelidade ao significado do original atemporal, em razão da distância no tempo de seu referente, e considerando o processo de legendação um processo comunicativo, desloca-se o foco de análise sobre a autoria, característico dos modelos lingüísticos, para questões sobre percepção sîgnica fundamentadas na semiótica peirciana.

Para proceder a essa expansão, o primeiro capítulo desenvolve um percurso analítico sobre noções lingüísticas de significado, fundamento dos modelos críticos apresentados em seguida, com ênfase nas vertentes culturais e pragmáticas.

Com o objetivo de esclarecer questões sobre a observação do objeto pelo sujeito, foram elencadas, no segundo capítulo, as noções de sentido e referência da linguagem, desenvolvidas pela Filosofia da linguagem na virada lingüística da filosofia e pela vertente

pragmática, que reúne atos de fala em jogos de linguagem até levantamento da pragmática da enunciação.

A fim de proceder à expansão dos conceitos pragmáticos de signo lingüístico para os de signo triádico semiótico, o terceiro capítulo à luz do conceito de competência em tradução e questões sobre a rede de significações, desdobra as noções de inferência, referente e interpretante.

Por fim são analisadas as legendas feitas no Brasil e em Portugal, de uma cena do filme *Forrest Gump*. Observadas sob a perspectiva da rede de significações acrescida da lógica contextual, conclui-se que a contextualização atemporal não justifica a máxima *Tradutori, tradittori*, se o foco das investigações for deslocado para a recepção, na medida em que não há possibilidade de se alcançar o significado do original sem a explicitação do referente do objeto que se observa que, em si, é o próprio contexto.

Capítulo 1

Competência contextual e modelos de crítica de tradução

A prática é a melhor de todas as instruções (Aristóteles).

A teoria da tradução é um conjunto de conhecimentos que a maior parte dos pesquisadores procedentes de academia européia tem desenvolvido sobre o produto e o processo de tradução entre dois idiomas, o original e o traduzido. É o resultado do trabalho de profissionais com determinadas tipologias textuais, mediante o qual se estabelecem modelos de crítica, que buscam explicar os desvios que ocorrem no que diz respeito ao sentido e significado implícitos no texto.

1.1 Língua e significado

Em passado recente, os tradutores ou eram falantes nativos da língua estrangeira, ou apresentavam fluência no segundo idioma. No pós-guerra, o ministério de exterior de vários países passou a organizar exames específicos para esses tradutores em atendimento às necessidades diplomáticas.

Acrescentaram-se aos currículos tradicionais universitários de língua e literatura programas de formação de intérpretes profissionais. Esses programas desenvolveram um campo próprio de *estudo da linguagem* que passou a sistematizar princípios teóricos que permitiam ensinar, observar e descrever essa disciplina.

Fundamentados, em princípios lingüístico-semânticos, eles pressupõem que o tradutor seja capaz de transferir o significado do texto original para o texto de chegada, como se “transportam vagões de carga de trens”, na metáfora de Rosemary Arrojo (1992b).

A noção do sentido que produzimos ao enunciarmos a nossa observação do signo como representação do objeto era pesquisada pela lingüística como fruto de articulação da idéia, pensamento sobre o objeto. Esta noção objetiva de transferência de significado no ato

tradutório pressupunha portanto, que o signo lingüístico pudesse representar as idéias, o estilo do escritor e a natureza do texto.

À semântica, ciência do significado, caberia validar o significado da palavra em uso por uma determinada comunidade interpretativa, bem como responsabilizar-se pela relação da palavra com o mundo real. Questões sobre o sentido das palavras como representação das idéias e do pensamento do autor passaram a depender do reconhecimento do contexto de seu emprego, cujas investigações apóiam-se em sociolingüísticos, que propõem-se a normatizar padrões da língua em uso.

Entretanto, o aumento substancial de circulação de textos traduzidos de língua inglesa nas áreas técnicas e literárias a partir de 1950 chamou atenção das pesquisas para fatores externos à língua, que pudessem influenciar o tradutor durante as tomadas de decisão.

A “fidelidade” à verdade do original, distante espaço-temporalmente da produção de sentido efetuada pelo autor, passou a depender da *competência* do tradutor em produzir equivalência de sentido entre os dois idiomas sem considerar esses aspectos externos à língua. Eles exigiram, então, o desenvolvimento de novos parâmetros de análise.

Em razão do significado contido no signo lingüístico, objeto abstrato, não ser mensurável empiricamente, as pesquisas passaram a desconsiderar o processo de significação estabelecido na prática de comunicação verbal.

Assim, análises sobre os aspectos de ambigüidade, heterogeneidade de interpretação, que interferem na tradução do sentido das palavras, ficaram sem respaldo teórico para serem explicadas.

Em *A comunicação humana*, Diana Barros (2002) lembra que, até a metade do século XIX, os gramáticos comparatistas estudavam a língua como representação da estrutura lógica do pensamento humano, cuja existência independia da formalização lingüística oferecida pela fala.

A comunicação era uma das funções da linguagem, cuja “lei do menor esforço”, que a caracteriza, era fator responsável pela “desorganização” gramatical das línguas, do seu declínio e transformação em “ruínas lingüísticas” (BARROS, 2002, p. 25).

No início do século XX, Ferdinand de Saussure desfaz essa noção ao transformar a língua em instrumento fundamental de comunicação humana (em *Curso de lingüística geral*, 1972). Dicotomizadas as noções de língua e fala, ele propõe-se a investigar o domínio social daquela separado dos aspectos decorrentes do domínio individual desta, excluindo as investigações sobre os fatores extralingüísticos implícitos no uso da linguagem.

Pelo fato de os códigos lingüísticos estabelecerem-se por convenções sociais, as pesquisas sobre os aspectos fenomenológicos durante o ato de produção de significado por intermédio da linguagem como capacidade humana de comunicar foram integradas à psicologia social, à antropologia, à gramática normativa e à filosofia.

A linguagem não era mais considerada como uma representação da essência humana, mas pertencente ao seu domínio físico, psíquico e fisiológico. Dotada de natureza individual e social, já não se concebia mais a linguagem sem essas duas dimensões. As pesquisas de Saussure, no entanto, contemplam a língua como elemento normatizador da linguagem.

Michail Bakhtin (1997) ratifica a posição de Saussure e reconhece a fala como ato individual voluntário e inteligente, distinto, portanto, das combinações que exprimem pensamento. O mecanismo psicofísico responsável por essas combinações não é objeto da lingüística, uma vez ciência da língua, que seria investigada a partir de registros de seu uso.

Em razão da impossibilidade de isolamento de sua unidade, o aspecto multiforme da linguagem não permitia sua classificação em nenhuma categoria dos fatos humanos. Coube à semiologia, à qual a lingüística se filiou, a tarefa de estudar a vida do uso dos signos atos comunicativos por intermédio da linguagem verbal.

Para a lingüística, o uso da língua como representação do signo lingüístico pelo circuito da fala tem origem no cérebro. Nele, o fato da consciência, conceito, denominado

significado, estaria associado à imagem acústica, nomeada significante, cuja função é permitir que sejam expressados os conteúdos mentais.

Como conceito, o significado, uma vez derivado do sistema da língua, não se relaciona com nenhuma entidade psicológica, entretanto, permite a articulação das palavras, cujos fatores de alteração, funcionando isolada ou combinadamente, levam sempre a um deslocamento da relação entre significante e significado. É o caso de */necâre/*, que em latim significa “matar”, e de */noyer/*, que em francês significa afogar.

À medida que a língua constitui um sistema de relações diferenciais, ela independe de qualquer relação exterior, como a substância psicológica ou a substância dos objetos no mundo. Como sistema natural à espécie humana, pensamentos e idéias correspondem a signos lingüísticos distintos – entidades psíquicas que permite ao sujeito, sem mover os lábios ou a língua, falar consigo mesmo ou recitar um poema.

As diferenças dizem respeito à existência de identidades, cujas diferenças, condição lógica dessa existência, são discriminadas perceptualmente no seio delas mesmas. A percepção das diferenças de sons e de idéias se estabelece graças à aproximação que a mente procede de uma identidade perceptível que acaba por constituir a língua num sistema.

A sistematização do uso da língua pela lingüística torna a natureza do signo verbal convencional e, como tal, independente das escolhas sígnicas individuais motivadas durante o ato comunicativo. O sentido estabelecido entre o objeto e a palavra é pesquisado como representação do signo emitido por intermédio de um enunciado, uma seqüência acabada de palavras.

Portanto, as *idéias* correspondentes aos signos deixam de ser preexistentes, como filosofavam os clássicos, e passam a ser pesquisadas como valores. As diferenças entre o sentido das palavras em diferentes idiomas, como */cavalo/*, em português, */cheval/*, em francês

e */horse/*, em inglês, são estabelecidas apenas pelo signo, pela idéia de cavalo que remete ao objeto animal.

A noção de valor atribuído à língua nasce de dois fatores: da relação arbitrária entre significante e significado e do jogo de relações entre signos, concebidos como elementos diferenciais. O significante, uma vez imotivado, é arbitrário em relação ao significado, na realidade sem nenhum laço natural uma vez de natureza individual e social.

Para Saussure, a prova da arbitrariedade do signo é a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra */boeuf/*, */boi/* tem por significante */b-ö-f/* num lado da fronteira franco-germânica, e por */o-k-s/*, */Ochs/*, do outro. Apesar desse caráter arbitrário admitir a probabilidade teórica da mudança na língua, ele próprio resguarda a língua de toda tentativa de modificação, na medida em que a massa falante, mesmo mais consciente do que realmente é, não poderia discuti-la sem apoiar-se numa norma razoável.

Uma das conseqüências da arbitrariedade do signo é a transformação da língua sem que o sujeito tome conhecimento dela, incapaz que é de defender-se dos valores que relacionam significante e significado e se deslocam de minuto a minuto. A língua por não ser limitada pela escolha de seus meios; não consegue impedir que haja associação de uma idéia qualquer com uma seqüência qualquer de sons.

Como conjunto-universo, o sistema era visto como um fato real, mesmo que seus componentes internos se definissem como seres diferenciados. Diferenças, aliás, logicamente necessárias, na medida em que, para se falar em sistema, era indispensável a existência de pelo menos dois elementos distintos.

A lingüística passou a pesquisar a língua como um sistema de formas e regras de valores e não apenas como um sistema de conteúdos. O emprego das palavras pressupunham um domínio das formas e valores que as constituíam. Apesar de os signos lingüísticos não

possuírem o mesmo conteúdo, eles poderiam ter a mesma significação se empregados em contextos cujos sentidos correspondentes permitissem a compreensão de seus significados.

Esperava-se que o método de análise de transferência de significado fosse feito primeiramente no terreno da língua para a seguir constituir-se em *norma* de todas as outras possibilidades de manifestações na linguagem. À Semântica, ciência do significado, caberia buscar na massa falante fundamentos que permitissem o estabelecimento de regras de interpretação dos conteúdos implícitos nos enunciados emitidos em situação real de comunicação, como produto de signos motivados.

Desta forma, a semântica validaria os significados dos signos lingüísticos, inferidos a partir de estratégias de decodificação do texto constituído do conjunto de enunciados lingüísticos submetidos à análise, como amostra de comportamento lingüístico escrito ou falado.

Essa análise textual proposta pela semântica tratava as questões de mutabilidade lingüística como produto de ação do tempo combinado com força social. No tempo, sem a massa falante, a língua não teria alteração alguma registrada, e, sem o tempo, a massa falante não registraria o efeito das forças sociais agindo sobre a língua, uma vez que “para *estar na realidade é necessário acrescentar um signo que indique a marcha do tempo.*” (SAUSSURE, 1972, p. 93).

Na medida em que a língua não era uma simples convenção modificável ao arbítrio dos interessados, o significante, de natureza auditiva, era *desenvolvido no tempo*, com extensão mensurável numa só direção.

Em razão disso, a lingüística procurou estabelecer um sistema de equivalência que garantisse a noção de valores, ao postular que o *sistema* nunca se modifica diretamente uma vez imutável em si mesmo. Mesmo que haja elementos alterados nele, não há necessidade de estudá-los no âmbito do sistema. O plural das palavras em inglês, por exemplo, /fōt / /pé/;

/fõti / /pés/ ou /fõt//pé/; /fet/; /pés/, representa apenas dois processos possíveis que se alteraram sem que tenha havido registro que os justifique.

O sentido de uma palavra dependeria da existência ou não de todas as outras palavras relacionadas ou não à realidade designada por esta palavra. Se o sentido da palavra /amar/for delimitado pela existência de outras palavras, como /gostar/, /querer bem/ etc. esse conjunto forma um sistema, um campo semântico, no qual os componentes se interdependem.

Trata-se de um jogo de relações diferenciais que caracteriza o fenômeno de significação do signo nesse campo que pode estabelecer-se de duas formas: a denotativa, que veicula o primeiro significado derivado do relacionamento entre um signo e seu objeto, e a conotativa, que junto ao significado arbitrário traria consigo significados dependentes das possibilidades de interpretação e do reconhecimento que o falante tem do contexto. Só assim esses significados fariam sentidos e seriam compreendidos, o que dependeria, portanto, de aspectos externos à língua.

Se a língua não fosse estabelecida como um sistema de conteúdos, seria analisada como um sistema de formas, de regras-valores. É o caso das palavras /sheep/ e /mutton/, em inglês, usadas distintamente para designar /carneiro/ e /carne de carneiro/, mas que em francês /mouton/ e português designam tanto o animal quanto sua carne. São termos que, apesar de apresentarem a mesma forma, não têm o mesmo conteúdo, portanto, vão produzir um sentido adequável ao contexto do enunciado.

A necessidade de dissociar a lingüística como ciência de valores dos fatores internos ligados à estrutura dos fatores externos, às descrições históricas evolutivas, estabeleceu essa dicotomia entre estudos sincrônicos e diacrônicos da língua. Nos sincrônicos, estruturais, as descrições seriam estudadas num mesmo eixo de simultaneidade, cujo objeto seriam as relações entre fatos coexistentes num sistema tal e como elas se apresentariam num determinado momento, abstraída qualquer noção de tempo.

Nos estudos diacrônicos, históricos, o objeto das pesquisas seriam as relações entre um fenômeno qualquer ao longo de uma linha evolutiva (de tempo) e seus fenômenos precedentes ou dele provenientes na evolução histórica.

Esse aspecto anti-filológico da lingüística saussuriana encara o sistema como estrutura que exclui a possibilidade da palavra ser considerada parcela da língua concreta e individual posta em ação por um falante. Entretanto, se o falante for considerado em cada uma de suas situações comunicativas concretas, sua característica é a liberdade das combinações. É justamente essa combinatória individual o fator que atualiza, no tempo, elementos discriminados no âmbito do código.

A noção de significação decorrente dos jogos de relações diferenciais, implícita na fala como língua em uso, mas não pesquisada por Saussure (1971) e delegada à psicologia social, foi retomada por Eugenio Coseriu (1979). O autor reformula a proposta da lingüística saussuriana de pesquisar o aspecto estático do significado do signo mediante a sincronia e o *continuum* das evoluções pela diacronia.

O lingüista confronta a antinomia sincronia/diacronia estabelecida por Saussure, uma vez que ela se refere à língua e não à linguagem, característica que levantava questões sobre as mudanças lingüísticas em razão de não analisá-las no plano do objeto, mas no plano da investigação. Ele propõe a definição de uma teoria da língua que não deve ser confundida com a descrição dos objetos a ela correspondentes. O fato de a língua ser considerada um objeto histórico não elimina o aspecto atributivo da descrição dos significados contidos nas palavras.

A sincronia passa portanto, por uma análise descritiva da língua como fenômeno, e a diacronia se encarrega de sua historicidade. Conseqüentemente, as *mudanças lingüísticas* passam a ser vistas como problema de mudança racional motivada pela atividade lingüística

concreta, e a pergunta *por que uma língua é assim?* é reformulada pela pergunta *como é essa língua?*

A descrição e a história da língua, como objeto, não são excludentes; excludentes são suas operações. É como a ciência do Estado, da qual não é possível distinguir teoria do Estado, história dos Estados e descrição de um Estado num momento determinado. Dessa forma, a “natureza” do Estado passa a ser sincrônica, uma vez que não existe esse modo de ser do Estado.

Ao ser descrita, a linguagem, como manifestação específica do homem, é sempre a atualização de uma tradição, na medida em que a descrição, a história e a teoria complementam-se como ciência. Se a mudança lingüística fosse total e perpétua, se um estado da língua fosse apenas um simples momento, ela não poderia constituir-se, uma vez que as mudanças na língua só existem em relação a uma língua anterior.

(...) sob o ponto de vista da língua atual, ela é cristalização de uma nova tradição, isto é, não mudança: fator de descontinuidade em relação ao passado, a “mudança” é ao mesmo tempo, fator de continuidade em relação ao futuro (COSERIU, 1979, p. 28) grifo do autor.

Se a língua fosse compreendida como um *sistema estrito* desse termo, seria possível esperar que não houvesse mudanças. Como um organismo sistemático, tudo está relacionado entre si. Porém, à medida que fatores externos à língua atuam como agentes de alterações e à medida que seu objeto se estabelece na compreensão da comunidade em que é falada, a estabilidade do sistema, ao cumprir sua função diferentemente de outros códigos, muda para continuar funcionando como tal.

O latim tornou-se língua morta justamente porque deixou de funcionar como língua histórica. O fato de permanecer como código não garantiu sua atualização, pois a língua se faz continuamente pela atividade real do falar universal.

Entretanto, o falar universal realiza-se por indivíduos particulares, membros de comunidades históricas, em atos e discursos determinados no tempo e no espaço, cujo sentido é compartilhado pelos que delas participam, num contexto que o valida. Dessa forma, o falar

passou a ser considerado uma habilidade humana com três estágios: um universal, um particular e um histórico.

Neste último, a língua, acervo idiomático, constitui-se num saber falar segundo a tradição da comunidade, passível, pois, de ser registrada. Fala-se uma língua por se pertencer historicamente a uma comunidade ou por assumir temporariamente a tradição idiomática daquela comunidade.

O *sistema* representa justamente a dinâmica da língua, as possibilidades de jogos de relações diferenciais efetivadas entre os falantes, que acabam por indicar os caminhos abertos e fechados de um falar compartilhado por uma determinada comunidade interpretativa.

O estudo da língua compreende não só a noção de sistema como também o das normas, das variantes desse sistema que caracteriza a língua por intermédio de domínios de determinados grupos sociais, como um sistema articulado dotado de *normas ou variantes lingüísticas* de fato, realizadas na fala. Não há contradição entre sistema e historicidade, na medida em que a historicidade implica a sistematização da língua.

A noção de sistema estabelecido pela língua atende primeiramente à sua funcionalidade, como veículo de expressão da forma como o sujeito observa o mundo. Coseriu (1979) desloca as análises das causas das mudanças de designação das coisas do mundo para os fins que justificam o uso da língua como veículo de comunicação temporal e subjetivo.

Conseqüentemente enfatiza as teorias da produção de sentido como resultado do processo de significação decorrente dos jogos diferenciais que se efetivam graças ao uso do significado pelos falantes sem desconsiderar seus aspectos espaço-temporais.

Coelho Netto (1996) corrobora essa interdependência entre aspectos descritivo e histórico dos estudos da língua. A significação não deveria ser confundida com o significado desse mesmo signo, pois, na medida em que o significado é o conceito ou a imagem mental

que vem na esteira de um significante, a significação constitui-se a efetiva união entre um certo significado e um certo significante numa determinada circunstância temporal do uso da língua na fala.

Trazendo essas questões sobre significado e significação implícitas no signo lingüístico dicotomizado ente língua e fala, Coseriu no capítulo *Lo erróneo y lo acertado en la teoría de la traducción* (1991), por sua vez, considera os estudos da tradução como um estudo da fala e não da língua.

1.2 Modelos de crítica de tradução

Assim, as questões levantadas pelas pesquisas devem-se à insistência dos teóricos em afirmar a possibilidade de haver equivalência nos efeitos que as palavras provocam. Na medida em que a atividade é pesquisada como técnica lingüística, deixa-se de considerar os meios extralingüísticos pressupostos na fala.

Se a tradução for analisada no âmbito da lingüística textual, não se trata mais de traduzir palavras tão-somente, mas textos, cujos estudos restringiam-se a aspectos de lingüística contrastiva, que, em lugar de delimitar seu objeto, privilegiava os conteúdos expressos como sendo os mesmos nas diferentes línguas.

À sua época, a tarefa do tradutor resumia-se a substituir o conteúdo no plano de expressão entre as duas línguas envolvidas, o que limitava o alcance da “fidelidade” ao significado do texto original à confrontação estrutural.

A possibilidade ou não de a tradução ser efetivada está relacionada ao conhecimento que os tradutores têm do registro histórico-cultural das línguas compreendidas, o que resolveria aspectos de equivalência de significado entre os signos lingüísticos dessas línguas.

A propósito, a não equivalência do significado do verbo */venir/*, em espanhol, que significa “movimento em direção à primeira pessoa”, e do verbo */venire/*, em italiano, que

significa “movimento em direção à primeira e segunda pessoas”. O mesmo ocorre com a expressão */buona sera/*, em italiano e a expressão */Guten Abend/*, em alemão. Os toscanos dizem */buona sera/* a partir das 13h, ao passo que os espanhóis e os alemães dizem, respectivamente, */buenas noches/* e */Guthen Nacht/*.

A corrente estruturalista da lingüística, que se fundamenta na noção de língua analisada sincronicamente, não sobreviveu. Ao tentar responder às questões sobre possibilidade ou impossibilidade de tradução, apoiada tão-somente em regras semânticas e desconsiderando a historicidade e os aspectos extralingüísticos da língua, não se permitiu sustentar.

Apesar de estabelecidas à luz da noção do significado, as análises sobre aspectos de designação, por sua vez, podem variar de acordo com as características de referência ao objeto traduzido, seus feitos e seus estados. É o caso do verbo */traer/*, em espanhol; */bringen/*, em alemão; */apporter/*, em francês; e */portare/*, em italiano, que apresentam significados distintos que só podem ser delimitados por oposições semânticas no âmbito de suas línguas correspondentes.

Para solucionar as dificuldades impostas à tarefa de tradução, que por vezes não encontra equivalência entre signos analisados textualmente, Coseriu propôs que as pesquisas considerassem os textos compostos não apenas de signos lingüísticos, mas fundamentalmente de signos extralingüísticos, princípio do qual dependeriam todos os demais princípios nos estudos da tradução.

À medida que a tradução trata de expressar o mesmo conteúdo textual em línguas diferentes e considerando que os idiomas, conteúdos das línguas, são diferentes, eles assumem um caráter denominado por Coseriu de supra-idiomático, aspecto que acaba por dificultar a possibilidade de alcançar a normatização do significado das palavras pelos estudos semânticos.

A análise do significado, como conteúdo dado em cada caso por uma determinada língua implica o pressuposto das pesquisas semânticas: as explicações analíticas dos significados das línguas podem ser encontradas nos dicionários ou na lexicografia, prática constrativa de glossários e nomenclaturas. Coseriu propõe que as análises sobre o sentido, como conteúdo particular de um texto ou de uma unidade textual, seja representado por categorias.

Essas categorias, tais como perguntas, ordens, respostas, pedidos, não necessariamente coincidiriam com o significado e a designação do texto original; poderiam ser transferidas a outros modos de expressão não lingüísticos. Conseqüentemente, questões sobre equivalência semântica deveriam primeiramente considerar que o alcance de equivalências de designação dependeria da habilidade do tradutor em encontrar essa equivalência de situações nas quais a língua foi concretizada pela fala do autor do texto. É o caso do significado do enunciado /que pena!/, /Schade/, em alemão; /dommage!/, em francês; /what a pity!/, em inglês; /Qué lástima!/, em espanhol; /qhe peccato!/, em italiano; e /ce pãcat!/, em romeno.

À medida que os significados têm como *função designativa* a representação dos feitos e estados de coisas, a afirmação de que a tradução é impossível passa a dizer respeito ao significado, não à sua função designativa. Dessa forma, a tarefa do tradutor não seria mais necessariamente reproduzir o significado das palavras, mas designar o mesmo sentido delas em situações análogas com os meios da outra língua. Apesar da fala manifestar-se por meio de significados, eles não pertencem ao conteúdo dos textos, independentemente do valor referencial e do sentido dados a eles (COSERIU, 1979).

Os textos não significam tão-somente graças aos seus conteúdos lingüísticos mas também por suas relações implícitas com princípios de pensamentos universalmente válidos, idéias e crenças sobre as coisas adquiridas por intermédio dos seus conteúdos

extralingüísticos. Ao falar, o reconhecimento desses conteúdos atrela-se à noção do reconhecimento do contexto do original.

Os conteúdos extralingüísticos intervêm implicitamente tanto na significação do texto, quanto no ato de tradução, cuja validação da realidade contida no original é limitada, na medida em que a língua original funciona como sistema de designação meramente instrumental. O texto apenas descreve o que se diz, portanto, ele não representa a realidade, o que, a nosso ver, corrobora a necessidade de reformulação do conceito de validação do reconhecimento do contexto do original distante espaço-temporalmente da tradução. Nele residem os conflitos teóricos que dizem respeito ao desenvolvimento de parâmetros que validem o alcance da fidelidade ao sentido e à designação do texto original sem que seus aspectos extralingüísticos sejam comprovados (COSERIU, 1979).

A diversidade de significados entre as línguas e as diferentes estruturações da realidade por elas manifestadas durante a nossa fala, continua Coseriu, são condições de existência da tradução, não um problema. Ela se caracteriza não pela substituição pura e simples de significado no plano da expressão, mas pelo problema empírico de experimentação e vivência.

Associe-se a essa noção o fato de alguns objetos designados pelas palavras apresentarem um valor simbólico, cuja relação natural pode ser estabelecida de formas diferentes, dependendo da comunidade interpretativa que a estabelece, bem como pressupõe que, além do aspecto designativo, o tradutor tenha conhecimento das variações do significado simbólico. É o caso da palavra /negro/, que pode tanto ser associada à morte e à tristeza, e da palavra /branco/, associada à alegria. A depender da comunidade idiomática que as emprega, podem assumir sentidos opostos e com isso acarretar mudanças semânticas na tradução que pretende conservar o significado do original.

A ocorrência de desvios lingüísticos atribuídos às traduções não se constitui enganos, uma vez que “*são na realidade conseqüências dos limites racionais da tradução causados pelas diferenças existentes entre os valores simbólicos nas comunidades idiomáticas*” (COSERIU, 1991, p. 228).

Saussure (1972) já havia admitido a noção implícita do simbólico no significado de determinadas palavras, a qual, uma vez não completamente arbitrária, implica a existência de um rudimento de vínculo natural que importa o reconhecimento de fatores extralingüísticos no signo. A noção de simbólico impede a possibilidade do signo; um objeto não poder ser substituído por outro objeto e, mesmo assim, permanecer com o mesmo significado, como é o caso da palavra *balança*, símbolo da justiça.

Dessa forma, a necessidade de que o tradutor conheça o significado simbólico, as crenças e valores implícitos ao objeto cria dificuldades particulares para os estudos de tradução, uma vez que demanda do profissional subcompetências que o permitam estabelecer equivalência entre os sistemas de valores envolvidos, implicando, por isso, além da noção de significado e sua designação, os aspectos extralingüísticos que esses pressupõem.

Como resultado de uso motivado da língua por determinada comunidade, a noção de designação para o significado simbólico do signo desencadeia as ambigüidades de sentido no processo de tradução. Entretanto, à época de Coseriu, lingüistas como George Mounin (1975) propunham que aspectos de equivalência de designação fossem analisados como produtos de interferências ocorridas entre o contato alternado de dois sistemas lingüísticos utilizados por um mesmo sujeito.

Suponha-se que o falante tenha como língua materna o francês na qual a expressão /*simple soldat*/ equivale à /*soldado raso*/ em português, entretanto se traduzir para o inglês como /*simple soldier*/, não se fará entender, à medida em que a expressão equivalente é /*private*/.

A observação do comportamento das línguas em situação de contato, por intermédio das interferências que ocorrem, propiciaria um método original de verificação para o estudo das estruturas de linguagem. A ele caberia investigar se os sistemas fonológicos, morfológicos, sintáticos, ao serem alterados, interfeririam na língua como conjunto. Mounin (1975) lembra a importância do estudo do bilingüismo como realidade lingüística em razão da influência que o vocabulário bilingüista greco-latino de Cícero ainda exerce sobre as línguas neolatinas.

Assim, não cabe à lingüística rever seus conceitos sobre a teoria de tradução, mas à própria teoria esclarecer certos problemas de lingüística geral aplicadas à tradução por intermédio de análises lingüísticas específicas como a funcional e estrutural.

O fato de os tradutores, ao longo da história, terem fornecido testemunhos extensos de codificações de impressões gerais, de intuições pessoais, de inventários de experiências, de receitas artesanais, eles corroboram a natureza empírica da tradução. Caberia às pesquisas considerar a tradução como fenômeno e como problema distinto da linguagem, postura que poderia solucionar questões de linguagem e de pensamento, à semelhança dos tratados de filosofia que pressupõem uma teoria de linguagem (MOUNIN, 1975).

Ao analisar questões sobre a natureza do significado, o autor chama a atenção para a complexidade dos diferentes aspectos da tradução em razão da necessidade de os estudiosos reconhecerem a importância de associar a lingüística externa, a sociolingüística e a psicolingüística aos estudos de lingüística interna.

Pelo fato de as traduções de textos de teatro, de cinema e de interpretações implicarem aspectos extralingüísticos, seus estudos passam a demandar melhores esclarecimentos da lingüística como ciência aplicada, uma vez que as análises empíricas artesanais registradas na literatura à época não solucionavam aquelas questões.

Se a tradução fosse encarada como uma operação lingüística, seria possível responder às questões atreladas à linguagem e ao pensamento. De fato, o tradutor principiava pelo sentido e suas operações resumiam-se à transferência de sentido no âmbito semântico. Como tradutor, sua expectativa limitava-se a obter um conhecimento científico e exato de todas as coisas do mundo do falante por intermédio de pesquisas lingüístico-semânticas.

Na vertente de Mounin, Heloisa Barbosa (1990) revisa alguns modelos lingüísticos aplicados à tradução, desenvolvidos entre 1960 e 1980, e propõe uma recategorização, que busca solucionar a tensão estabelecida entre os parâmetros de tradução livre e literal.

Ao comentar Catford (1965, apud Barbosa, 1990), considera que a tradução opera como a língua, cuja análise e discussão de processos deve recorrer a categorias estabelecidas para a descrição das línguas. Sua análise, entretanto, diz respeito à tradução, não aos problemas específicos dela. A tradução é uma substituição de material textual de uma língua pelo material textual equivalente em outra língua. Pode ser analisada sob quatro modelos: substituição textual plena ou parcial; substituição restrita ou total das ordens ou planos gramaticais ou fonológicos; tradução grafológica; e tradução gramática e lexical.

Sob a ótica estilística comparativa de Vinay e D'Albernet (apud Barbosa, 1990) tradução é um caso particular de aplicação de estilística comparável a um catálogo das formas elegantes e convincentes. Investigam o produto de tradução das placas de sinalização de trânsito no Canadá produzidas em inglês e francês que reflete as obliquidades ocorrentes justificadas pela lingüística estruturalista de Saussure. Por tratar-se da contaminação da língua inglesa em Quebec, os autores constataram a necessidade de recorrer a vários empréstimos lingüísticos e adaptações às equivalências semânticas, entre outros procedimentos.

Barbosa analisa Vázquez Ayora (1977, apud BARBOSA, 1990) que investigava a noção de tradução literal como a fonte da maioria dos erros dos tradutores. Baseia-se na gramática gerativa para retomar o conceito de tradução oblíqua de Vinay e Dalbernet

(BARBOSA, 1990). Sua experiência é de tradução do inglês para o espanhol. O que o preocupa é o anglicismo, que Vinay chamou de decalque, e acrescenta aos procedimentos oblíquos da dupla francesa novas categorias para justificar a falta de correspondência de significados na língua de chegada, a saber: soluções de amplificação, explicitação, omissão e compensação de significados.

Barbosa estabelece treze categorias de procedimentos técnicos sem dicotomizar a tradução livre e a literal, como faziam a maior parte dos analisados em seu estudo, uma vez que essas noções pertencem à macroestrutura permitida pela lingüística. Sua proposta de procedimentos é a seguinte.

Tradução literal — nela mantém-se a fidelidade semântica estrita, adequando as formas às normas gramaticais da língua traduzida: */it is a known fact/*, em inglês, pela adequação corresponde a */é fato conhecido/*.

Transposição — muda a categoria gramatical de elementos a serem traduzidos: */she said apologetically/*, em inglês, é transposto para */apologetically/*, também em inglês, que pertence à categoria gramatical de advérbio e pode ser traduzido tanto como */ela disse desculpando-se/*, transposto para a categoria gramatical de verbo reflexivo, como */ela disse como justificativa/*, que assume a função sintática de adjunto adverbial.

Modulação — reproduz inversamente a mensagem do original na língua de chegada, característica que “reflete a diferença no modo como as línguas interpretam a experiência real” (BARBOSA, 1990, p. 67). A expressão */like the back of my hand/*, em inglês, é traduzida para o português como */como a palma da minha mão/*, e não como */as costas da minha mão/*, como procederia uma tradução literal.

Equivalência — substitui funcionalmente um segmento de texto da língua de saída por um outro segmento da língua de chegada, regularmente aplicado a clichês, expressões

idiomáticas, provérbios, ditos populares, frases feitas. A expressão */God bless you!/,* é traduzido para o português como */saúde!/.*

Omissão e explicitação — Na tradução do inglês para o português, o pronome pessoal reto pode ser omitido, mas na versão deve ser explicitado.

Compensação — consiste no deslocamento de um recurso estilístico de um ponto para outro do texto, salvaguardado seu efeito equivalente. Há vários desses casos na tradução de *Alice no país das Maravilhas,* de Fernando de Mello.

Reconstrução de períodos — propõe-se a redividir ou reagrupar para a língua de chegada os períodos e as orações do original. Trata-se do desdobramento deles nas traduções do inglês para o português, bem como do recurso inverso quando da versão do português para o inglês.

Melhorias — os erros ocorridos no original são reelaborados na tradução.

Transferência — compreende a diluição do texto, as notas de rodapé, os estrangeirismos, a fim de explicitar o conteúdo do original para o leitor da língua de chegada.

Transliteração — substitui a convenção gráfica em casos de extrema divergência entre as duas línguas compreendidas na tradução. É o caso de */glasnot/,* em russo, em que ocorre uma transliteração do alfabeto cirílico para o romano, sem, no entanto, confundi-la com transcrição fonética.

Aclimação — os empréstimos à língua que os absorve são adaptados à fonologia e à estrutura morfológica da língua que o importa, o que ultrapassa a categoria de estrangeirismo.

Transferência com explicação — a intenção é fazer com que o leitor apreenda o significado do estrangeirismo empregado a contextualização da mensagem, que por vezes toma forma de equivalente cultural. É o caso da sigla */SAT – scholastic aptitude text/,* exame de qualificação a que são submetidos os estudantes norte-americanos ao final do segundo grau como requisito para ingresso em universidades, que equivale no Brasil ao exame vestibular.

Explicação — substitui o estrangeirismo, notadamente em textos teatrais, em razão do ritmo cênico, que exige da platéia compreensão imediata da situação, bem como no caso anterior da sigla SAT, que seria omitido e oportunamente explicado.

Decalque — tradução literal de sintagmas ou tipos frasais, se bem que não como aclimatação de empréstimo lingüístico, que, ao lado do estrangeirismo, pode ser detectada numa tradução pela análise diacrônica. Decalques frasais como /*textbook*/, em inglês, e /livro texto/ e os relacionados aos nomes de instituições, /INSS/, em português que corresponde a /National Institute for Social Welfare/, em inglês.

Adaptação — considerado limite extremo da tradução porque aplicado a situações que o referente original não existe na realidade extralingüística dos leitores da tradução. É o caso dos horários de refeições, tipos de alimentos constantes de manual de treinamento de pessoal americano numa empresa brasileira.

Seu estudo conclui fazendo referência à possibilidade de o tradutor, ao constatar diferenças de realidades extralingüísticas entre o texto original e o de chegada, adotar o procedimento de adaptação para ser compreendido.

A seleção de procedimentos técnicos de tradução passaria a ser informada pela teoria das funções de linguagem, pelo tipo de texto e pela finalidade da tradução. Sob esta ótica, todos os procedimentos são igualmente válidos, quer sejam extremamente literais ou totalmente livres, pois já não seriam escolhidos arbitrariamente (BARBOSA, 1990, p. 111).

Essa noção do extralingüístico como não arbitrariedade do signo apoiava-se na lingüística estruturalista à época. Ao relacionar os fatores externos à língua aos estudos semiológicos sobre a linguagem, encarregava-se de pesquisar a vida dos signos no seio da vida social para, então, categorizá-la.

No quadro da lingüística geral, a semântica responsabilizou-se pela observação do emprego dos significados por determinadas comunidades, o que resultou num corte transversal das possíveis variações de sentido. Teixeira Netto (1996) considera essa variação de sentidos, massas flutuantes de sentido, entidades que serviriam como ponto de referência

extralingüístico, mas que submergem no processo de significação, como um fenômeno ativo, algo que está acontecendo.

Esse corte transversal, também assumido pelos estudos semiológicos, é retomado pelos teóricos da tradução, uma vez que o signo lingüístico deixa de ser considerado arbitrário e a noção de processo contrasta com a expectativa da lingüística de sistematizar a estrutura e a forma da língua sem considerar seu uso pela fala.

Em *Lingüística e comunicação* (1971), Jakobson acrescenta à noção extralingüística de não arbitrariedade do signo o conceito de *patterns*, estruturas subliminares de uma língua: atos de fala do cotidiano, trocadilhos, invenções verbais, figuras de linguagem próprias de uma determinada comunidade interpretativa, que poderiam ser conhecidas por intermédio dos registros antropológicos.

Dessa forma, mesmo que haja diferenças dialetais entre as comunidades lingüísticas vizinhas, a tendência é que elas se entendam entre si. A mudança de código conhecida como *code-switching*, ocorrida na interação verbal, equivale à decodificação da mensagem como ato comunicativo pelo destinatário e conseqüente codificação dele para que se estabeleça a comunicação.

A noção de decodificação dos *patterns* de diferentes comunidades interpretativas como estruturas subliminares lingüísticas, em analogia à teoria de tradução, remete ao acréscimo de parâmetro comunicativo para as pesquisas da área.

Jakobson desenvolveu suas pesquisas sobre o processo de significação das estruturas subliminares de código distinto ao do receptor da mensagem pelo receptor, relacionando-os aos parâmetros da teoria da comunicação, fundamentada na engenharia de som.

Ele propõe que as áreas de teoria da comunicação, lingüística e antropologia, esclareçam juntas as questões sobre o processo de significação que envolve diferentes

estruturas, comparando a atividade do lingüista à do criptanalista, que, ao contatar uma língua que não conhece, decifra-a, atuando como um decodificador do original (JAKOBSON, 1972).

Durante um certo período, a lingüística e a teoria da comunicação tentaram pesquisar aspectos de falha de sentido na relação entre signo e realidade como um ruído semântico e não como processo de decodificação das mensagens pelo receptor.

Pelo fato de até mesmo o discurso individual pressupor uma troca, que implica um código, as pesquisas sobre a validação dessa troca pelos estudos da linguagem não deveriam desconsiderar aspectos da recepção da mensagem.

Preocupa-o o fato de os estudos à época realizarem uma filtragem acústica da fala, no âmbito da engenharia de som, abstraindo-a fonológica, sintática e semanticamente, sem, no entanto, responder a questões sobre processos de significações ocorridos nos jogos de relações diferenciais, que a tradução de códigos e não somente de signos lingüísticos pressupõe.

À medida que os antropólogos criaram uma continuidade espacial por intermédio da linguagem, a tarefa do lingüista e dos engenheiros de comunicação estabeleceu uma linguagem comum entre os falantes, que lhes permitisse operar um codificador e um decodificador comuns.

Qualquer comunicação seria impossível, se não houvesse um compartilhamento de “possibilidades pré-concebidas” ou de aspectos familiares às teorias lingüísticas e às lógicas da linguagem de uma determinada comunidade interpretativa, uma vez que se creditava a esse compartilhamento estabelecer sentido.

A tradução de *phrasal verbs*, em inglês, ilustra bem a noção de códigos estabelecidos por uma determinada comunidade. Eles só fazem sentido se reconhecidos ou por registro ou em contexto. O *phrasal verb* /*bush up*/, em inglês, no enunciado /*John got to brush up his English*/, cujo sentido é /*João conseguiu aperfeiçoar o seu inglês*/, literalmente teria o significado de /*João conseguiu escovar para cima o seu inglês*/.

Os resultados de suas pesquisas estabeleceram parâmetro de análise da linguagem como mensagem que envolve os elementos interdependentes emissor, receptor, tema da mensagem e tópico. Por interagirem processualmente, possibilitam permutações inerentes às funções que desempenham por intermédio da linguagem.

Para se ter uma noção geral das funções do processo lingüístico como ato de comunicação verbal, entende-se que ele passa por determinados estágios a serem reconhecidos pelo analista do processo e que dizem respeito à mensagem, ao contexto de sua emissão, ao remetente, ao destinatário, ao código e ao contato e físico e psicológico. São esses agentes que permitem aos envolvidos no ato comunicativo permanecerem em interação.

Apesar de as funções da linguagem variarem de acordo com os focos que as determinam, como foco no leitor, no autor, no meio e na mensagem, elas são sempre orientadas para um contexto que as valide — função referencial. Portanto, independentemente da função da linguagem que prevaleça na mensagem, para que ela seja eficaz, deve ser procedido primeiramente o reconhecimento do contexto, do tempo e do espaço lingüístico no qual é comunicada a mensagem.

Com os estudos de Jakobson foi possível decodificar os signos lingüísticos que compõem as mensagens, o que passou a depender não só do conhecimento da estrutura lingüística dominante como da função referencial dos significados nela utilizados, fundamentada na semântica. Essa função também chamada denotativa e cognitiva apóia-se no registro do significado tanto arbitrário quanto simbólico do signo, significado este não atribuído à coisa em si, mas ao signo que ela representa.

O significado simbólico é uma subclasse dos signos lingüísticos, motivado pelos falantes em situações de uso natural da linguagem, razão pela qual, segundo Jakobson, deve ser observado e documentado em toda sua complexidade pelos estudos antropológicos em apoio à semântica.

A língua como código de comunicação faz emergir aspectos simbólicos de representação estabelecidos por uma determinada comunidade interpretativa que possam muito bem ser documentados pelos antropólogos. Entretanto, em Coseriu (1979), o falante concretiza em seus atos comunicativos a liberdade de combinações que a língua lhe oferece, o que instiga as pesquisas semânticas a pensar no alcance de validação de significado espaço-temporalmente de sua produção.

Apesar de, à época, a língua, objeto da lingüística, ser vista como o mais completo sistema de expressão, uma vez não se tratar de um sistema livre e organizável à vontade, demandava-se um princípio racional que explicasse seus aspectos extralingüísticos, sem respaldo epistemológico na psicologia social.

Além do contato e do canal físico, mediante os quais efetiva-se a transmissão da mensagem, sob padrões de engenharia do som, Jakobson insiste na análise e sistematização dos códigos às quais caberia a tarefa de pesquisar os aspectos extralingüísticos das conexões psicológicas. Ao ser ver, eles se concretizam quando os interlocutores entram e permanecem em interação comunicativa e discursiva.

Se, ao se comunicar, o sujeito joga com as relações diferenciais de significado das palavras, na prática de tradução de mensagens e não de unidades lingüísticas, como o discurso indireto, o processo de significação do tradutor pode ser pesquisado.

Esse processo ocorre em dois momentos: decodificação do texto original e codificação do produto para o público alvo. Trata-se de um processo eminentemente comunicativo, resultado do sentido que o tradutor atribui às mensagens originais.

Em qualquer processo de tradução, a noção de discurso indireto subdivide-se em tradução intralingual, que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua; tradução interlingual, que consiste na interpretação dos signos

verbais por meio de outra língua; e tradução inter-semiótica, que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais.

Na tradução interlingual, se não houver completa equivalência entre as unidades dos códigos, o tradutor passa a substituir mensagens e não unidades lingüísticas. Essa prática de *code-switching*, portanto, não se estabelece apenas do ato que pressupõe a competência de reconhecer a função referencial, contextual implícita na linguagem empregada na mensagem.

A propósito do reconhecimento dos significados das palavras /ambrosia/, /néctar/ e /deuses/, que só fazem sentido para o tradutor, à medida que ele reconhece o significado extralingüístico mítico, portanto simbólico imbutido nesses signos lingüísticos, evidentemente a noção de contexto diz respeito ao extralingüístico implícito em qualquer processo de significação atemporal. Detectar a função referencial, contextual é, portanto, validar o extralingüístico simbólico responsável pela produção de sentido atemporal.

Concomitantemente às análises estruturalistas continentais, Peter Newmark (1982), documenta em 1957 sua pesquisa desenvolvida na Inglaterra, na qual a lingüística ainda não havia sido desenvolvida, exceto pelo trabalho de J. R. Firth (1968, apud NEWMARK, 1982), quando de seus estudos oriental e africano na Universidade de Londres.

Como tradutor para enciclopédias e glossários de terminologias científicas, analisou a relevância da lingüística e da semântica para a teoria da tradução e para a tarefa do tradutor que embasaram a crítica da metodologia da tradução a fim de facilitar as avaliações. À época houve uma demanda significativa de traduções de textos literários, técnicos, científicos e de arte cuja finalidade era estabelecer parâmetros que garantissem uma postura politicamente importante.

A dicotomia entre o procedimento técnico semântico e o comunicativo da tradução enriquece esses parâmetros a favor deste procedimento graças à lingüística contrastiva continental.

O procedimento semântico exigia do tradutor a aproximação mais fiel possível do significado junto à estrutura do original, que tentava reproduzir sob parâmetros lingüísticos o idioleto do autor, sua forma peculiar de expressão. Segundo Newmark, esse procedimento, sem pressupor análises psicológicas e sociológicas, acarretava resultados inferiores ao sentido do original.

Em contrapartida, o procedimento comunicativo exige do tradutor privilegiar a mensagem a favor de uma programada reação do leitor. Ele permite que o tradutor melhore a lógica atemporal do texto, fator complicador na transferência de significado.

O objetivo é remover ambigüidades e aperfeiçoar o estilo por intermédio do acréscimo *das funções da linguagem expressivas e informativas em resposta* às funções representativas e vocativas, cujo efeito aproximar o leitor da língua de chegada do original. Dessa forma, o tradutor assume o papel de intermediário entre o emissor e o receptor, transformando a tradução semântica em um produto funcional, comunicativo.

A tentativa de transferência de uma mensagem escrita ou de um enunciado para outra língua, seja ela muito pormenorizada ou genérica, implica alguma perda de significado, tributada a fatores que provocam constante tensão dialética correspondente às características de cada língua (NEWMARK, 1982).

A menos que haja uma completa equivalência de significado reconhecida pelo receptor, a tradução revela elementos de determinadas instituições, ambiente natural e cultura da área da língua, o que torna inevitável a perda de significado em relação ao original.

A possibilidade de o leitor familiarizar-se ou não com as informações que lhe são dirigidas fará com que o tradutor opte pela tradução literal ou pela aproximação da cultura ou do texto de saída ou do texto de chegada. A propósito, a expressão */directeur du cabinet/*, em francês, */chefe de gabinete/* em português, pode ser traduzida para o inglês por */head of the minister's office/*, */permanent undersecretary of State/* ou */director of the cabinet/*.

Uma vez aparentemente menos ambíguas e mais operacionais que as dicotomias lingüísticas entre procedimentos literal e livre, as noções de tradução de código e mensagem como ato comunicativo acabam permitindo o desenvolvimento de análises sobre reconhecimento de contexto apoiadas nos modelos de crítica fundamentados em estudos culturais.

1.2.1 Vertente cultural

Eugene Nida (1982), tradutor da Sociedade Bíblica Mundial, que até 1968 já havia trabalhado com 1.393 línguas, foi o primeiro tradutor de texto clássico a adotar o conceito de língua como código comunicativo nos padrões de Jakobson (1971), apoiado na noção de competência lingüística inata de Chomsky¹ e nos estudos antropológicos desenvolvidos à época para reconhecimento do contexto da cultura da língua de chegada.

Sua proposta é que o tradutor trabalhe com unidades de significados a fim de alcançar a equivalência de significado na língua de chegada, mesmo que para isso tenha de preservar o conteúdo e alterar a forma da mensagem.

A expectativa dos escritores bíblicos era que fossem entendidos. Como a função imperativa do texto bíblico era transmitir princípios de conduta, seus receptores deveriam entender como elas foram recebidas no passado bem como serem capazes de adaptá-las ao presente. “*Não se trata apenas de informar, mas de tornar o texto expressivo e imperativo a fim de servir ao objetivo principal da Bíblia que é o de comunicar*” (NIDA, 1982, p. 24).

À época, o impasse das traduções era alcançar a equivalência formal e cultural do texto para que a mensagem pudesse ser entendida sem que perdesse as características do original conhecida como *gloss translation*. Com essa equivalência, o tradutor tenta reproduzir

¹ Competência lingüística. Na terminologia da gramática gerativa, a competência é o sistema de regras interiorizado pelos falantes e que constitui o seu saber lingüístico, graças ao qual são capazes de pronunciar ou de compreender um número infinito de frases inéditas. (DUBOIS et al, 2001).

o mais fielmente possível o texto original, a fim de preservar todas as suas características, se bem elas exijam muitas notas de rodapé para esclarecimentos de seu significado.

Nida minimiza aspectos de preservação da identidade do texto de saída em favor da equivalência de significado e estabelece o procedimento de equivalência dinâmica a fim de advogar a favor da naturalidade de expressão, a seu ver a melhor maneira de as mensagens bíblicas serem entendidas pelas comunidades às quais fossem apresentadas.

Esse parâmetro de equivalência implicou uma nova atitude perante o receptor das mensagens. Para a comunicação ser bem sucedida, cabe ao tradutor respeitar as características de cada língua, nem que para isso tenha de adaptar algumas formas do original, sem correspondência na língua de chegada, a fim de preservar o conteúdo e tornar o texto inteligível para o leitor.

A fim de que a tradução seja, além da simples comparação entre as estruturas correspondentes, cabe ao tradutor refletir sobre os mecanismos mediante os quais a mensagem possa ser decodificada, transferida e transformada nas estruturas de outra língua. À tradução dinâmica, uma vez relacionada à compreensão do texto no contexto de sua recepção, cabe evitar estranhamentos e privilegiar a cultura de chegada, a qual ele chamou *cultura do outro*.

Em “não deixe que sua mão esquerda saiba o que a direita está fazendo” (Mateus. 6:3), ele traduz por “faça de uma forma que nem mesmo seu amigo mais próximo o saiba”. (NIDA, 1982, p. 26).

A facilidade de adaptação gramatical à língua de chegada pressupõe um ajuste obrigatório à estrutura do receptor, entretanto, é a adaptação lexical que encontra dificuldades semânticas requeridas pela língua de chegada. Sugere, para isso, diferentes ajustes: o das classes de palavras; o das classes semânticas; o da tipologia do discurso; e o do contexto cultural.

A fim de alcançar a consistência contextual, cabe ao parâmetro de equivalência dinâmica priorizar o conteúdo à forma e ao pesquisador buscar estruturas, em vez das eruditas, de preferência as orais, mais usadas e aceitas pelo público-alvo.

Considerando que o receptor final de textos bíblicos é o foco de suas pesquisas, Nida estabelece fatores que o auxiliam no dimensionamento da variação de linguagem: o contraste entre os estilos oral e escrito; estilos que refletem diferentes níveis sociais e circunstâncias de uso da fala; relações entre falante e ouvinte; e os dialetos geográficos.

Mesmo que haja ambivalência no uso real da língua, o contexto pode apontar a intenção do significado, cujos termos são analisáveis sob dois aspectos: construção gramatical, que revela a lógica da sintaxe, e aspecto exegésico, cuja interpretação está relacionada a uma palavra específica. É o caso do verbo */run/*, em inglês, que pode assumir diferentes significados, dependendo do agente da ação: o cavalo corre, (*the horse runs*); a água corre (*the water runs*); a torneira escorre (*the tap runs*); e o nariz escorre (*his nose runs*).

“Uma tradução bem-sucedida não apresenta desvios de significado que tirem os receptores da situação de emissão do original da mensagem” (Nida, 1982, p. 138). A adequação da mensagem ao contexto de chegada não se relaciona apenas ao conteúdo referencial das palavras. A apreensão completa da mensagem consiste nos objetos, eventos, abstrações e relações simbolizadas pelas palavras, bem como na seleção estilística e no arranjo desses símbolos, a fim de que o tom emocional seja transmitido com justeza ao discurso.

Para Cristina Rodrigues (1999), Nida recorre ao parâmetro de equivalência mas não o esclarece, apesar de o desdobrar em dois conceitos: equivalência formal, relacionado à estrutura formal, e equivalência dinâmica, relacionado ao significado. A formal busca fundamentar os procedimentos que correspondem aos elementos lingüísticos e

extralingüísticos do texto original, à luz das propostas de Mounin (1975) e Jakobson (1971); a equivalência dinâmica, a compreensão da mensagem pelo receptor final.

Apesar do conteúdo não ser desvinculado da forma, uma vez que depende da tipologia textual, os parâmetros se impõem. É o caso da poesia cujo foco preponderante é a forma, diferentemente da tradução da prosa. Conseqüentemente, os princípios de correspondência ficam dependentes da natureza da mensagem, dos propósitos do autor e do tradutor e do tipo de audiência, noção análoga a de Newmark, 1982.

Depois de Nida (1982), Lawrence Venuti (1992) compila artigos de estudiosos de universidades americanas e européias nos quais analisa aspectos de subjetividade e ideologia discursiva aplicados à tradução.

Sherry Simon, (1992) aponta as marcas do colonialismo inglês no francês canadense. John Jonhston (1992) escreve sobre o niilismo, segundo o qual o absoluto inexistente, quer como verdade, quer como valor ético sob Benjamim, mesmo assim é aplicável à tradução pós-saussuriana e às interpretações de alguns filósofos que ressaltam o caráter político e ideológico dessa prática.

Venuti propõe uma teoria crítica para a tradução. A importância da tradução não está na transmissão de um significado ou de um conteúdo essenciais de uma língua para a outra, mas no que ocorre entre ambas como resultado da tradução.

A visão tradicional da tradução como imitação de um texto original prova ser inadequada, seja do ponto de vista prático, seja da visão estática e enganosa da linguagem. Ela pressupõe fatores históricos como colocado por Coseriu (1979), bem como acarreta efeitos de contaminação entre as línguas envolvidas.

Posteriormente, em traduções de textos literários, Venuti (1997) analisa o parâmetro da *naturalidade* proposto por Nida (1982) como agente de marginalização das marcas da cultura do original em prol do entendimento facilitado da mensagem pelo receptor.

Aprofunda a natureza subjetiva e ideológica da tradução de acordo com Schleiermacher (1997, p. 101). O tradutor genuíno é um escritor cujos objetivos são preservar as diferenças lingüísticas e culturais do texto de saída mediante escolhas metodológicas comunicativas que validem o encontro intersubjetivo entre a tradução e o leitor preparado para isso.

Se estudadas como reescrita do original, as traduções refletem uma certa ideologia, que manipula a função da literatura numa determinada sociedade, visto que uma de suas funções é disseminar a cultura do original. Nos últimos três séculos, a tendência dos países anglo-falantes é marginalizar essas formas de expressão em prol da compreensão do produto da tradução pelo receptor final.

Essa re-escritura do original é consequência de fatores externos à língua, razão pela qual ela reprime as inovações propostas pelas pesquisas de tradução que, de 1980 até hoje passaram a manipular a literatura.

(...) com isto não se quer dizer apenas que a indústria de tradução toma suas decisões sob ótica ideológicas e políticas. Dependendo dos interesses ideológicos em jogo, as editoras privilegiam certas obras estrangeiras para serem traduzidas e, dessa forma, divulgadas entre o público-alvo. Isso ocorre até mesmo no mundo acadêmico em que, a despeito de todo o discurso a favor da livre circulação de idéias, certas vozes são abafadas e certas bocas amordaçadas com frequência surpreendente (RAJAGOPALAN, 2001, p. 72).

Aos tradutores profissionais e não-profissionais, Venuti propõe novas formas de tradução, a fim de enfatizar a posição marginal da tradução anglo-americana contemporânea. Ele dialoga com inúmeros estudos críticos e literários e levanta questões sobre a postura de invisibilidade assumida pelos profissionais, segundo ele, relacionada a dois fenômenos: efeito ilusório do discurso, que pressupõe manipulação lingüística do tradutor, e prática da leitura e da avaliação das traduções que prevalecem na Inglaterra, nos Estados Unidos e em outras culturas.

Nessas avaliações, editoras, revisores e leitores privilegiam a naturalidade mencionada por Nida (1982), uma vez que ela facilita a compreensão do texto e torna o leitor capaz de

refletir sobre a essência do significado e a intenção do original, bem como sobre a personalidade do autor estrangeiro. Entretanto, essa transparência é resultado do esforço do tradutor em assegurar fácil compreensão do original traduzido.

O ato tradutório é um processo no qual a força interpretativa do tradutor transfere as correntes de significantes do texto original para correntes de significantes o texto de chegada, transporte esse possível graças ao significado cujo resultado é efeito das relações e diferenças de significantes numa cadeia infinita de representações como a polissemia e a intertextualidade sujeitas a infinitas possibilidades de relações uma vez não se constituírem um constructo universal.

O tradutor pode assumir tanto uma atitude domesticadora diante do original quanto estrangeirizante em relação ao produto final, atitude esta cuja função não é tornar-se uma representação transparente da essência do texto estrangeiro em busca da facilitação da compreensão, mas uma construção estratégica de significação que aponta a diferença entre os dois textos mediante a ruptura dos códigos culturais que prevalecem na língua-alvo.

Ao excluir as regras literárias de domesticação, por vezes o tradutor se serve de um discurso marginal, que cria embaraços para as editoras e para a crítica especializada. A propósito, mais uma vez Venuti invoca Schleiermacher

(...) cuja teoria nacionalista de estrangeirização do texto objetivava desafiar a hegemonia francesa não somente para enriquecer a cultura alemã mas para contribuir para uma esfera pública liberal, uma área da sociedade na qual indivíduos pudessem trocar discursos racionais e exercitar influências políticas (1995, p. 109).

Numa retrospectiva histórica, Venuti identifica teorias e práticas alternativas de tradução que procuram estabelecer estratégias que permitam que as diferenças lingüísticas e culturais entre as duas línguas possam ser comunicadas, em vez de retiradas.

A seu ver, há que ser feita uma revisão dos códigos culturais econômicos e jurídicos, que marginalizam e exploram essa prática, a fim de que, no futuro, novas formas de relações

culturais impliquem mais autonomia dos tradutores para negociarem as diferenças que ocorrem no processo.

Os modelos de lingüística aplicada à teoria crítica da tradução inserem a noção ideológica que permeia a representação do objeto real observável derivado de fatores externos à língua. Isso representa o rompimento com as expectativas das pesquisas lingüístico-semânticas de que a transferência do significado do original pudesse ser alcançada objetivamente por intermédio de registros sobre o uso da língua.

À vertente sintática, que enfatiza as propriedades formais e as relações semânticas entre as unidades lingüísticas e o mundo, acrescenta-se o aspecto pragmático da linguagem, sensível à motivação psicológica dos falantes, às reações dos interlocutores, aos tipos socializados da fala, entre outros.

1.2.2 Vertente pragmática

Os modelos pragmáticos de crítica de tradução passam a pesquisar também aspectos de significação do autor, e a proposta lingüística passa a encarar as escolhas sintáticas e lexicais fundamentadas em conceitos relacionadas à intenção do autor e às circunstâncias do enunciado do original.

São Hatim e Masom (1994), do Centro de Estudos da Tradução e Interpretação da Universidade de Heriot-Watt, na Escócia, quem analisam a dimensão pragmática da tradução, à luz dos estudos sobre registro fundamentados na sociolingüística.

Como instrumento científico de análise, a linguagem — capacidade humana de comunicar a realidade mediante um sistema de signos vocais — pode ser refletida graças aos registros da língua em uso (HALLIDAY, 1994a).

Os aspectos filosóficos da noção de realidade são objetos da sociolingüística, que os encara como resultado das trocas de significados num determinado contexto sociocultural,

trocas essas que caracterizam o sentido dado aos enunciados. Sob esse prisma, a noção de cultura é um edifício de significados, uma construção social semiótica estabelecida como um sistema de códigos.

Isso permite que os participantes se comuniquem mediante um sistema de códigos de uma determinada comunidade e de suas respectivas características lingüísticas. A possibilidade de se registrarem formas, mediante as quais as comunidades trocam significado por intermédio da língua em uso, amplia a proposta semântica de normatizar a relação que se estabelece entre o significado do signo e o mundo real e retoma o projeto de semiologia de Saussure (1972), segundo o qual o estudo da vida dos signos no meio da vida social, entretanto, não destaca a língua como instrumento de comunicação dos estudos sobre a linguagem.

Dessa forma, Halliday (1994b) analisa epistemologicamente² as possibilidades de desenvolvimento da língua pela criança, posicionando-se a favor do enfoque ambientalista para estudos da linguagem, o qual ao representar a tradição das pesquisas etnográficas se recusa a distinguir o ideal do relativo, definindo a gramática como o que é aceitável e considerando a língua como recurso funcional humano para significar.

Ao se desenvolver concomitantemente à noção de gramática funcional, a sociolingüística propõe-se a categorizar as formas mediante as quais o sujeito observa o mundo.

A linguagem origina-se espontaneamente no indivíduo, pois o instinto de imitação e de simbolismo é inerente a todos os seres inteligentes, homens ou animais: entretanto, como na poesia e na arte, seu desenvolvimento é social (HALLIDAY, 1994a).

Esse olhar acaba por postular que os significados, mediante os quais interagimos pela linguagem verbal, se estabelecem pela fala em determinados contextos de comunidades interpretativas específicas. Essa característica acrescenta definitivamente ao caráter sistêmico

² Epistemologia é a disciplina que toma as ciências como objeto de investigação tentando re-agrupar: a) a crítica do conhecimento científico (exame dos princípios, das hipóteses e das conclusões de diferentes ciências, tendo em vista seu alcance e seu valor objetivo); b) a filosofia das ciências (empirismo, racionalismo, etc...); c) a história das ciências. (MARCONDES; JUPIASSÚ, 2001, p. 85)

da língua o componente interpessoal de interação dos signos motivados pelos falantes bem como a noção da lógica do pressuposto simbólico semântico, que versa sobre a possibilidade de se registrarem manifestações de pensamentos durante a enunciação.

Fiorin coloca na publicação *Astúcias da enunciação* (1996) que:

Cada manifestação da langue põe em jogo um enunciador e um enunciatário com seus pontos de vista, que ocorre num espaço e num tempo precisos, que se refere a uma semiótica do mundo natural e que visa, em última instância, à persuasão...sendo sociais os pontos de vista do enunciador, a parole só pode ser vista como individual se for tomada como o mecanismo psico-físico-fisiológico de exteriorização do discurso (FIORIN, 1996, p. 29).

Conseqüentemente, a noção de dialeto como código compartilhado por uma determinada comunidade e num contexto específico passou a demandar análise de sub-parâmetros relacionados a aspectos geográficos, temporais e sociais dos padrões das línguas em uso, cuja normatização nem sempre atende às inquietações dos estudos da tradução.

À medida que ocorrem desvios interpretativos e a “fidelidade” ao sentido do original não é alcançada, as pesquisas não encontram fundamentação científica para os aspectos extralingüísticos da língua que contemplam a não-equivalência entre os códigos.

Esse limite dos trabalhos antropológicos sobre registros abertos, como o de Manilowsky (apud Hatim e Masom, 1994), ao traduzir para o inglês o idioma cotidiano dos povos da Ilhas Trobian e do Pacífico ocidental, conclui que a tradução literal seria ininteligível para o leitor em inglês, razão pela qual o tradutor optou pela tradução livre, procedimento também adotado por Eugene Nida (1982).

As pesquisas discursivas, apoiadas em estudos sociolingüísticos – que pretendem solucionar aspectos da variação das formas de significação com vistas a manter a validação e a evitarem-se desvios de significado – acabam por exigir do tradutor conhecimento do código lingüístico e domínio da estrutura social, ideológica e morais vigentes em que ele está inserido.

Os procedimentos técnicos lingüístico-semânticos, por sua vez, não são suficientes para garantir a “fidelidade” ao sentido do original. Cabe ao tradutor, como agente comunicador, explicitar seu papel que vai contar apenas com as funções que a linguagem desempenha, mas sem nenhuma teoria que o respalde cientificamente.

A expansão dos meios e da própria comunicação acabou por exigir uma abordagem mais flexível, mais criativa do tratamento que o tradutor dispensa à linguagem. Das análises sobre procedimentos tradutórios ela exigiu um processo em contraposição ao estático proposto pela lingüística.

Hatim e Masom (1999) comparam o ato de tradução a qualquer outro ato comunicativo que implique interação verbal. Mesmo os textos jurídicos e os poemas traduzidos devem provocar reações do receptor, uma vez que é o desenvolvimento de parâmetros de análise que atendem às inquietações sobre as formas como são construídos os significados.

Em vez de os modelos de crítica de tradução diferenciarem as características da tradução literária da não-literária, do intérprete do texto oral e do tradutor do texto escrito, Hatim e Masom propõem uma abordagem textual por parte das pesquisas, tanto do texto escrito como do oral. Ela vai permitir o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento de contexto centradas no processo de significação do tradutor, estratégias essas que vão se relacionar com o parâmetro de competência contextual como fruto de processo de significação do tradutor, assunto a ser desenvolvido neste estudo.

Ao exemplificar a vertente de estudos discursivos sobre a tradução, Peter Fawcett (1997), como Hatim e Masom (1994), retoma a noção de parâmetro pragmático de reconhecimento de contexto, à luz das análises de registro em estudos sociolingüísticos.

Apesar de resolver questões de ambigüidade discursiva, ao fornecer referências para dêiticos, como /este/ e /então/, que provêm de informações sobre enunciados implícitos, a

noção de contexto desenvolvida pela lingüística textual não resiste a descrições científicas como propõe a semântica. Ela sugere a pesquisa de aspectos contextuais que estão além dos registros sociolingüísticos atemporais.

A tradução é

(...) uma atividade exercida no escuro sem um compasso confiável em termos de cultura, ideologia e história. As teorias que construímos pretendem dar algumas direções e conforto para o navegador. O discurso lingüístico é uma dessas teorias, porém, não a única para atender (...) às limitações de tempo e espaço que ocorrem durante o ato tradutório (FAWCETT, 1997, p. 144).

O correspondente em português da frase */She won the butterfly/*, em inglês, */Ela ganhou a borboleta/* tanto pode significar */Ela ganhou um inseto da espécie da lepidópteras/* como */Ela ganhou uma competição de natação/*, traduções que vão exigir um conjunto de unidades maior que a sentença original.

Cita Leech (1981, apud Fawcett, 1997) que coloca que a noção de contexto nasce da tentativa de a lingüística remover da linguagem mental, perceptível, as introspecções inexatas, e transferi-la para a observação científica do co-texto, encarado como evidência de transação comunicativa bem-sucedida entre duas partes de uma mesma estrutura social. Ao traduzir */défense d'entrer/* do francês, para */proibida a entrada/*, em português, é melhor adaptado do que a forma inglesa */no entry/* (não entre) em vez de */forbidden to enter/*, numa tradução mais literal para o inglês.

São propostas diferentes abordagens para o estudo do contexto. Primeiro, pelo ponto de vista do registro – especificação dos elementos constituintes do ato comunicativo registrado no texto: participantes e parâmetros. Esse enfoque é comparável ao das funções da linguagem, segundo o qual os enunciados atribuem diversos fins à linguagem.

Sob o ponto de vista funcional, essa estratégia implica o reconhecimento das características do emissor da mensagem, do destinatário, do meio por que ela foi veiculada, cuja normatização, entretanto, também depende de subparâmetros: tempo, espaço e sociedade nos quais o registro foi efetuado.

O reconhecimento das funções da linguagem não importa aos tradutores de textos escritos da mesma forma que aos intérpretes e, principalmente, aos dubladores. Para estes, a sincronicidade entre fala e movimentos labiais dos atores por vezes pode atropelar os resultados da tradução, sugerindo que a “fidelidade” ao significado original não depende mais de procedimentos técnicos lingüísticos, mas da competência do tradutor em encontrar equivalência de sentido entre as duas mensagens.

Na legendação de filmes, as dificuldades em alcançar a “fidelidade” apresenta-se como decorrência da limitação de espaço em tela e do tempo de exposição das legendas, que podem forçar o uso de estruturas formais, por vezes incompatíveis com o texto oral original, bem como implicar um “enxugamento” das informações no original.

Conseqüentemente, o reconhecimento do contexto está implícito no que está sendo dito, que pode omitir a ordem, graças aos elementos não-verbais, as palavras, o tom, os efeitos, acabando definitivamente por comprometer o processo de significação do tradutor.

A fala não é sempre a mesma, varia de acordo com os contextos e as situações. Apesar de a lingüística analisar essas variações sob o ponto de vista do usuário e das normas do uso da língua, ela não atende ao cerne da linguagem, às suas características subjetivas responsáveis pela variação do uso da língua pela fala.

Segundo Fawcett (1997), outro parâmetro que auxilia no reconhecimento do contexto fundamentado em registro de uso da língua é o que se fundamenta em noções de cena (*scene*) e de estrutura (*frame*). Em princípio, o padrão geralmente escolhido pelos tradutores é o de registro da norma culta, cuja variação de uso é sistematizada em três estágios: conteúdo (*tenor*), forma (*mode*) e domínio (*domain*).

No estágio do conteúdo, a relação entre o emissor e receptor implica marcadores lexicais, gramaticais e sintáticos, que dão a medida do grau de formalidade entre ambos. São determinados pelo status social ou, mais simplesmente, pelo espaço disponível para a edição.

É o caso do lembrete nas embalagens de remédio que costumam dizer */If symptoms persist, consult your doctor/*, /Se os sintomas persistirem, consulte seu médico/, substituído por este mais informal, */If symptoms do not go away, talk to your doctor about it/*, /Se os sintomas não forem embora, converse com o seu médico sobre isso/.

No estágio da forma (*mode*), o tradutor escolhe entre a forma da escrita ou da fala, que pressupõe signos extralingüísticos e apresenta dificuldades de equivalência, diferentemente do conteúdo (*tenor*), dos aspectos formais da linguagem escrita, que exige equilíbrio entre informações implícitas e explícitas da mensagem. Nos bilhetes de geladeira trocados entre um casal, a forma */be back at 5/*, /volto às 5/ é mais comum que */I shall return home at 5 p.m/*, /Devo retornar à casa às 17/.

Essa contextualização não deixa de ser problemática uma vez que em algumas línguas as formas de escrita e de fala são demarcadas e em outras não. Conseqüentemente, quanto mais rígidos forem os limites impostos entre o significado da forma oral e o da escrita, mais difícil se tornará a decisão do tradutor, em razão de a língua oferecer diferentes formas de expressão de seu conteúdo pela linguagem verbal, a ponto de o Ministério da Educação da França publicar edições regularmente revisadas de “erros” que devem ser evitados pelos falantes.

No terceiro estágio de análise, o domínio (*domain*), o tradutor vê-se às voltas com as limitações impostas pela tradução da forma oral para a escrita, uma vez que esta exige dele controle da ampla variedade das expressões escritas a serem adequadas ao texto de chegada. Neste estágio, o significado não é tão claro para o tradutor quanto os dois primeiros. Aqui, a definição do tradutor depende do inter-relacionamento intrínseco entre fala e registro, o que demanda dele soluções subjetivas.

Neste ponto de suas análises, Fawcett acaba por abrir uma brecha nos estudos da tradução ao sugerir que a noção de contexto também possa ser analisada por intermédio da

teoria dos atos de fala, de Austin (1962) filósofo analítico anglo-saxônico, cuja indagação primeira busca responder “como pode uma sentença ter significado”.

Essa interação entre língua e fala compreende três aspectos. O ato locucionário, em si mesmo instrumental, que realiza-se graças ao conhecimento de um código lingüístico compartilhado. O ato ilocucionário, cuja força recorre às estratégias extralingüísticas adotadas em determinadas circunstâncias de tempo e espaço para se fazer compreendido e o ato perlocucionário, de compreensão tanto da estrutura da locução quanto da intenção da ilocução.

Ao enunciarmos as nossas idéias e pensamentos por intermédio da força ilocucionária que imprimimos ao ato locucionário estrutural, fazemos coisas com as palavras, aspecto performativo da linguagem em acréscimo à função designativa de representação do nosso observar o objeto.

Devido à força ilocucionária com que é enunciada a frase */Can you stop singing, Bruce?/,* em inglês */Bruce, você pode parar de cantar?/,* em português, sem que o contexto de emissão do enunciado seja delimitado, tanto pode significar sua forma interrogativa, se a força ilocucionária de quem pergunta sugerir uma pergunta, quanto uma lembrança ao interlocutor, que apresenta problemas nas cordas vocais, ou ainda um comando.

Assim, a relação entre a noção de ato perlocutório e ato tradutório coloca o tradutor responsável tanto pelo domínio dos aspectos lingüístico-semânticos do ato locutório quanto pela pragmática do reconhecimento da força ilocucionária do autor, que implica em inferências sobre o contexto.

Entretanto, o tradutor sujeita-se a não corresponder às expectativas das intenções do autor em relação ao público-alvo ou mesmo a avaliar, mesmo que com falhas, em que medida esse público está ou não apto a compartilhar essas expectativas. Essa tarefa demanda lógica de

pressupostos durante o ato tradutório, recurso que sugere que as pesquisas da área voltem-se para a teoria do conhecimento.

Considerando-se a evolução dos modelos de crítica de tradução de parâmetros centrados na representação lingüística do significado em direção a investigações que esclareçam os fatores extralingüísticos implícitos no reconhecimento do contexto do original, à luz da noção de ato de fala tradutório proposto por Fawcett, o ato de significação pela linguagem será investigado analiticamente sob alguns aspectos da filosofia da linguagem no movimento da Virada Lingüística na filosofia.

Capítulo 2

Competência contextual – Sentido e referência na linguagem

Os aspectos para nós mais importantes das coisas estão ocultos pela sua simplicidade e trivialidade. (Podemos não notá-los por tê-los sempre diante dos nossos olhos.) Os homens não se dão conta dos verdadeiros fundamentos de sua pesquisa. A menos que uma vez tenham se dado conta disto. – E isto significa: não nos damos conta daquilo que, uma vez visto, é o mais marcante e o mais forte. (I.F. 129).

Os modelos de crítica de tradução que inicialmente cobravam do tradutor habilidade para transferir o significado do texto original para o traduzido deslocaram essa cobrança para a habilidade de reconhecer o contexto do original para que a tarefa fosse validada.

Com Jakobson (1971), a língua, que passou a ser vista como um sistema de codificação e esquemas formais, e a metalinguagem ganham ênfase e são pesquisadas pela semântica, na medida em que atendiam a um número significativo de fenômenos lingüísticos que revelam as diferenças ocorridas no uso da língua como sistema estabelecido por determinados grupos.

Dentro dessa perspectiva, ao utilizar a linguagem, o sujeito é capaz de inferir as crenças e valores implícitos no significado dos signos lingüísticos, noção conhecida como lógica dos pressupostos semânticos, atrelada por Noam Chomsky (1978)³ à gramática gerativista. Seus estudos tentam provar que a competência lingüística nasce com o homem e é universal.

Por sua vez, Michel Bréal (1992), diz que o mapeamento do significado das línguas como código de comunicação apresenta uma brecha na validação do sentido, estabelecido entre a palavra e o objeto por ela designado, o que, portanto, diz respeito ao seu conteúdo.

As línguas estão condenadas a uma perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa, pois

³ Ao elaborar uma teoria da sintaxe e seus universais lingüísticos, fundamentando-se na lógica da gramática de Port-Royal, Noam Chomsky desenvolve uma explicação racional do fenômeno lingüístico e dos princípios universais, relacionando a linguagem à lógica (1978).

(...) a expressão é tanto demasiado ampla quanto demasiado restrita. Não nos apercebemos dessa falta de ajuste porque a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias, graças ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso, e porque no ouvinte, que é sempre metade em toda a linguagem, atenção indo direto ao pensamento, sem se deter no valor literal, a restringe ou a estende segundo a intenção de quem fala (BREAL, 1992, p. 79).

Dessa forma, passa a ser repensada a noção clássica da filosofia, que metaforiza a linguagem como um drama no qual as palavras figuram como atores, e o agenciamento da lógica gramatical reproduz os movimentos dos personagens. A fala não faz parte do início de sua evolução, não foi instrumento de descrição e narração dos fatos, mas expressão de desejos, de ordens e de posse.

Ao agir por intermédio da linguagem, analogamente à noção do ato de fala, de Austin (1962), o sujeito intervém nela e mistura suas reflexões aos seus sentimentos, tende a agenciar a linguagem sob seu ponto de vista. Conseqüentemente, a noção de elemento subjetivo reina sozinha como fator primordial da linguagem humana, o que diferencia o homem dos animais.

Conviria acrescentar a Bréal que, no caso do ato tradutório, os modelos lingüísticos de crítica ao alcance da fidelidade do significado original não atendem às análises dos desvios, justamente por dizerem respeito à brecha de potencialidade de validação de sentido que se estabelece entre a palavra e o objeto, na medida em que o original se encontra distante espaço-temporalmente de sua interpretação.

Apesar de a evolução dos modelos semânticos, voltada para as vertentes críticas culturais e pragmáticas, ter deslocado o foco do texto para a emissão da mensagem, ela continua restrita a aspectos de intencionalidade do autor, desconsiderando, portanto, a possibilidade de o aspecto da produção de sentido do tradutor influenciar no processo tradutório.

A noção do elemento subjetivo na linguagem acentua a diferença conceitual entre análise sobre sentido graças à teoria semântica e à teoria da referência. Segundo Dubois e al. (2001), a primeira propõe-se a explicar as regras gerais que condicionam a interpretação dos

significados dos enunciados vistos como universais. Regras essas que descrevem os sentidos das palavras a partir de traços semânticos recorrentes, isto é, que aparecem na descrição de outros termos do conjunto de palavras que remete por similaridade ao mesmo significado.

Exemplificado pela descrição da palavra /cadeira/, a partir dos traços semânticos — encosto, pernas, etc. — recorrentes, os quais aparecem nos outros termos de conjunto de assentos — poltrona, banco, etc.. Por sua vez, a referência à palavra /cadeira/ diz respeito à relação, também conhecida como denotação, que existe entre essa palavra e os diferentes objetos — cadeiras.

Em termos de lógica pode-se dizer que a definição da palavra /cadeira/, em compreensão do significado intencional, interessa à semântica, ao passo que a definição da palavra /cadeira/, em extensão (A, B, C, N são cadeiras), interessa à teoria da referência.

A fim de estabelecer valores de verdade e falsidade às proposições, questões sobre lógica, formas de argumentação, maneiras por intermédio das quais encadeia-se o raciocínio relacionam-se à descrição do objeto e ao valor veritativo que damos a esse observar.

A partir da noção da lógica semântica de definição por extensão, que implica a teoria da referência, este estudo pretende pesquisar os limites dos modelos de crítica de tradução desenvolvidos pela lingüística e pela pragmática, que, por se apoiarem em estudos objetivos de registros, não atendem a aspectos intersubjetivos, portanto contextuais, da interpretação do tradutor diante do texto como signo.

Para tal, retoma-se o movimento filosófico analítico do final do século XIX, conhecido como a Virada Lingüística na Filosofia. Esse movimento procurou, por intermédio das proposições que efetivamos pela linguagem, esclarecer aspectos sobre os valores veritativos que atribuímos aos significados do signo lingüístico, concomitantemente à busca de Saussure (1972) em sistematizar a língua como representação das idéias.

2.1 A virada lingüística na filosofia

A Virada Lingüística na Filosofia caracteriza-se pela proposta de alguns filósofos de investigar a teoria do conhecimento a partir de princípios de funcionamento da linguagem, pois eles julgavam que a chave dos problemas filosóficos consistia em um estudo sobre a linguagem, como meio de expressão⁴ dos pensamentos.

A partir desse período, a linguagem deixa de ser considerada fruto da consciência, entidade abstrata e misteriosa e passa a sugerir análises sob seu aspecto subjetivo, o qual, pelo senso comum, ficou conhecido como a linguagem privada, deslocando os estudos sobre a linguagem formal, característica da lógica clássica, para a linguagem natural.

Na lógica clássica platônica, a relação que se estabelece entre teoria do conhecimento e linguagem é trabalhada no mundo das hipóteses e não demanda compromisso existencial, pois a validação do nosso *observar o objeto* pela linguagem é tributada ontologicamente ao *mundo das formas*. Já na abordagem aristotélica, cabe ao sujeito identificar empiricamente o espelhamento da essência do real na substância, unidade transcendental.

Assim, a forma para Aristóteles existe apenas de modo imanente ao sujeito que está de fato no mundo, portanto, responsável pela observação da substância, cujas propriedades se manifestam no objeto. Tudo que existe tem certas propriedades ou características analogamente às funções exercidas pela linguagem em padrões de Jakobson.

Um jarro, por exemplo, é um recipiente para conter líquidos, propriedade que define, portanto, a essência que constitui o jarro como objeto. Poder conter líquidos é a marca da essência do jarro. Mesmo que outras propriedades variem suas funções em relação ao objeto, o sujeito não deixa de reconhecê-lo como tal. Dessa forma, o jarro pode ser de vidro, de barro, ou de metal, pode ser transparente ou vermelho. (ZINGANO, 2007, p. 45).

⁴ De acordo com Dubois et al. (2001), chama-se expressão o aspecto concreto do sistema de significante que se apresenta como uma seqüência ordenada de sons específicos do discurso humano, pondo-se ao conteúdo.. Considerada como uma substância sonora ou visual, segundo se trate de expressão oral ou escrita ou como a forma manifestada por essa substância, isto é, como a matéria fônica ou gráfica organizada, aquilo pelo qual o plano de expressão articula-se no plano do conteúdo.

Por outro lado, as propriedades que pertencem a um objeto, mas não são necessárias para que ele seja tal objeto, são chamadas de *acidentes*. Portanto, o indivíduo, ao preencher o mundo, o faz segundo suas respectivas essências ou formas, as quais reconhece por intermédio de suas expressões pela linguagem verbal.

De acordo com Ghirardelli Junior (2005), a metafísica é vista por Aristóteles como um tipo de narrativa sobre o mundo natural que se posiciona além da física, expondo de modo racional o funcionamento do mundo como um todo ao separar o mundo físico do empírico. “A filosofia apresenta-se como a única ciência que considera o ser enquanto ser, que pode se dizer de muitas maneiras” (*Metafísica*, Livro Quarto 2, 1003 b/20), para as quais ele fornece uma lista de dez tipos gerais: substância, qualidade, quantidade, relativo, onde, quando, estado, disposição, ação e paixão.

Um homem, um cavalo são *substâncias*; uma cor é *qualidade*, a largura ou o número descrevem uma *quantidade*, que, por comparação, designa um *relativo*; o lugar é um caso da categoria do *onde*; o momento vale para o *quando*; o *estado* é um modo de ser passageiro; a *disposição* é um modo de ser fixo, como ter sensibilidade; a *ação* é descrita por verbos como ver ou amar; e a *paixão*, um olhar para as formas do mundo, traduz-se pelo fato de o sujeito sofrer uma ação como ser visto ou ser amado. (ZINGANO, 2007, p. 45).

O que vai delimitar o significado do *ser* como objeto observável é o aspecto científico pelo qual ele é conceituado, entretanto, sempre dito em referência a uma unidade e a uma realidade pré-determinada, pois pertence ao mundo das formas. Uma determinada substância, no caso a *saúde*, pode ser referida desde como algo *salutar* até o modo como se diz *médico*, analogamente a diversas formas segundo expressão do sujeito em muitos sentidos enquanto ser.

(...) (assim como se implicam reciprocamente princípio e causa), ainda que não sejam passíveis de expressão como uma única noção. (...). De fato, as expressões “homem” e “um homem” significam a mesma coisa, do mesmo modo que “homem” e “é homem”; e não se diz nada de diferente quando se duplica a expressão “um homem” e se diz “é um homem”. (ARISTÓTELES, 2002, 1.003 b. 30).

O *ser* não se separa de sua *unidade* nem na geração nem na corrupção. O mesmo vale para o *um*, evidenciando que o acréscimo de conceitos que o homem cria sobre si enquanto espécie humana é tautológico, apenas repete a mesma coisa, mas não o diferencia do *um*. Dessa forma, a teoria do conhecimento, a observação do objeto fundamenta-se na lógica formal,⁵ a qual se coloca como um saber peculiar que pretende mostrar de modo exclusivo os fundamentos de todos os outros saberes.

Diferentemente da cosmologia, que relaciona o fato a ser observado ao mundo físico natural onde vivemos, a metafísica ocidental coloca-se como um saber secundário que apela para esquemas dualísticos, de um lado “o real” e do outro o “aparente”, em uma relação de causa e efeito (causalidade natural) e de antecedentes e conseqüentes (relações lógicas) (GHIRARDELLI, 2005, p. 21).

A metafísica separa, de um lado, o aspecto ontológico do ser do aspecto epistemológico do conhecer. Os conceitos científicos e as formas puras constituem o mundo inteligível, que se compreende por intermédio da razão, e os objetos particulares, que constituem o mundo sensível e são compreendidos pelas faculdades de produzir conjectura graças às crenças do sujeito.

A proposta da filosofia da linguagem no final do século XIX caracteriza-se justamente pela busca de soluções para os aspectos problemáticos sobre a estrutura do pensamento diante dos objetos particulares, que constituem o mundo sensível e que, à época, eram pesquisados por filósofos idealistas, e a corrente psicologista, que relacionava a observação aos estados da consciência, à visão mental.

⁵ A lógica formal ou aristotélica consiste em uma investigação das categorias e princípios através dos quais pensamos sobre as coisas, do ponto de vista apenas da estrutura formal desse pensamento, abstração feita de seu conteúdo. Divide-se em lógica do conceito, ou seja, dos termos ou categorias que usamos; lógica das proposições, ou seja, do modo como formamos nossos juízos relacionando os conceitos e expressando-os em proposições; e uma lógica do raciocínio, ou do silogismo, que examina como entendemos inferencialmente as proposições para delas extrair conclusões. O caráter formal da lógica aristotélica pode ser representado pelo uso das variáveis. Assim, da proposição “todo A é B”, podemos deduzir corretamente que algum “B é A”, mas não que todo “B é A”, sem quais forem os As e Bs a que nos referimos (MARCONDES; JUPIASSÚ, 2001, p. 166).

A solução encontrada foi trazer o mundo transcendental das formas de conhecimento para o mundo das formas gramaticais por intermédio do qual a linguagem passa a representar o pensamento durante a descrição do objeto.

Assim, Gottlob Frege (1848-1925), lógico matemático, relaciona a lógica dos significados das proposições descritivas à matemática,⁶ que, como ciência pura, poderia ser aplicada à lógica da linguagem verbal. Ao descrever alguns objetos, chamados de nomes próprios, atribui-se-lhes predicados que podem apresentar sentidos diferentes, apesar de terem a mesma referência (GEACH,1986).

No caso do planeta Vênus, se se diz que a *estrela da tarde* é um planeta cujo período de revolução em torno do Sol é menor do que o da Terra, expressa-se um pensamento diferente do que em *a estrela da manha* é um planeta cujo período de revolução em torno do Sol é menor do que o da Terra. Aqui a similaridade de significado não equivale à similaridade de pensamento, pois, para quem não sabe que as duas frases se referem ao planeta Vênus, uma delas parecerá falsa.

Então, ao verificar a veracidade do significado de uma proposição, pode-se fazê-lo considerando o sentido que ele produz. Esse método hipotético-dedutivo de pesquisa sobre o uso da linguagem acaba por aproximar o empírico subjetivo do ontológico objetivo, possibilidade excluída pelos estudos metafísicos.

A proposta de Frege de “logicização” da linguagem sob padrões matemáticos busca fundamentar a verificação da observação do objeto pela linguagem que relaciona o sentido de uma proposição; *Sinn*, em alemão, ao significado ou referência *Bedeutung*. Dessa forma, o valor veritativo das proposições descritivas coordenadas ou subordinadas a respeito de um

⁶ A lógica matemática construída a partir de Frege e Russel, com inspiração em Leibniz, consiste na construção de um sistema formal dedutivo, axiomático, que aplica essencialmente os princípios de uma lógica algébrica à lógica formal (MARCONDES; JUPIASSÚ, 2001, p. 166).

objeto, porque simbólico, portanto abstrato, não dependeria de comprovação de sua referência no mundo real.

A referência ao objeto, constituinte de seu significado passa a não pressupor a comprovação da sua realidade, pois o que importa é a proposição fazer sentido, ao ser empregada pelo consenso alcançado em determinada comunidade interpretativa. Noção exemplificada pela proposição: */O unicórnio é o pet dos filósofos/* cujos significado e referência, apesar de imagéticos, são validados pelo senso comum da comunidade filosófica.

O sentido da descrição, pensamento expresso com valor de verdade por intermédio da proposição que constitui sua referência, não seria assim questionado, pois a lógica dos pressupostos fundamentados nas referências do objeto não teria negação, como na resolução de problemas matemáticos, cujo valor a ser atribuído se encontra no âmago da expressão.

Para a lógica matemático-simbólica, o *pressuposto* e o *posto* das operações pela linguagem encontram-se no mesmo nível, pois a validação delas, dotadas de uma lógica própria, independe das impressões que passam pela cabeça do observador. Rajagopalan aponta que, na metáfora criada por Frege, “*a linguagem é como se fosse um telescópio, que ‘liga’ o astrônomo/usuário ao firmamento/realidade extralingüístico*” (RAJAGOPALAN, 1992, p. 41).

Dessa forma, para a lógica simbólica, a linguagem é algo que medeia a mente humana e o mundo externo. O que está no firmamento nem sempre é captado, e o que está se passa na cabeça do astrônomo, campo de investigação psicológica. Portanto, fazer sentido não significa ser real. O sentido caracteriza-se como “o modo de ser do objeto”, o estado da substância aristotélica. Um círculo quadrado tem sentido, apesar de não ter função, referência.

Em, mais uma vez, a estrela da manhã é a estrela da tarde, os nomes estrela da manhã e estrela da tarde referem-se a um mesmo objeto, portanto as diferenças que existem entre

esses objetos estão no modo como o sujeito se refere a eles, nas formas como o astrônomo o acessa por intermédio da linguagem.

Ao perder o caráter transcendental da lógica formal, a noção da referência passa a constituir um conceito utilizado ambigualmente pelos teóricos da linguagem. No verbete *reference*, publicado na *Fitzroy Dearborn Encyclopedia of Linguistics* (2005), Rajagopalan coloca que, para a lingüística, esse conceito apresenta-se sob três designações diferentes: como a relação entre a expressão de referência e aquilo a que ela se refere; como aquilo a que a expressão de referência se refere — também conhecido como referente; e, finalmente, como o ato de referir-se a alguma entidade extralingüística pelo uso de uma referência.

Essa problemática que se põe para os estudos da linguagem exemplifica-se na situação em que o emissor da proposição /aquele cavalo é agitado/, ao apontar para um quadrúpede em movimento, consegue ser compreendido mesmo que o animal em questão represente uma mula. Apesar de não haver correspondência entre a referência e a denotação, como extensão do conceito que expressou o significado da palavra cavalo, fica claro que a validação do sentido substitui a necessidade de verificação pela explicitação dos fatores extralingüísticos envolvidos no contexto.

Assim, aventada a hipótese da verificação das expressões pela linguagem não estar condicionada à equivalência entre a referência e sua denotação pelo signo lingüístico, é justamente a noção de referência como o ato de referir-se a algo extralingüístico que não preenche as expectativas dos modelos de crítica lingüísticos aplicados à tradução, que se propõem a validar o reconhecimento da referência extralingüística atemporalmente.

A solução para as análises sobre aspectos extralingüísticos do significado são procedidas pela psicologia, cuja crença é de que o nosso contato com o mundo é estabelecido pelos sentidos (ver, ouvir, pensar, sentir, querer). Dessa forma, as nossas idéias sobre os

objetos passam necessariamente por verificações empíricas de nossas percepções e sensações que acabam por atrelar as interpretações às categorizações semânticas em nível de universais.

A propósito do uso da linguagem, Thá (2001) exemplifica as análises psicológicas sobre a ocorrência de atos falhos colocando que Freud faz uma analogia entre “ato psíquico válido como objetivo próprio” e “afirmação com conteúdo e significado” com o uso do termo “ato psíquico válido”.

De acordo com Thá, Freud quer isolar os fenômenos observáveis na vida mental que derivam de processos mentais e com “objetivo próprio” de se referir ao fato dos fenômenos não serem casuais, terem uma intenção, “*o conceito elaborado por Freud não é outro senão o da proposição, conceito importante na filosofia de modo geral e central na filosofia da linguagem e na semântica formal.*” (2001, p. 40).

Essa crença justifica a expectativa dos modelos de crítica de tradução de que seja possível em todas as tipologias textuais haver transferência atemporal de significado a partir de registros semânticos, uma vez que se considera a verificação da representação pelo signo lingüístico da realidade extralingüística, sob o ponto de vista da lógica simbólica, acima da verdade nela contida.

Os pressupostos semânticos do tradutor não teriam negação, na medida em que os valores a serem atribuídos à referência extralingüística, ao referente, encontram-se no interior do significado como se encontram os valores a serem abstraídos em cálculos, no interior das expressões matemáticas.

Saussure já havia considerado a noção da referência extralingüística em aberto ao apontar o símbolo como liame natural de significados dos signos lingüísticos motivados, aspecto corroborado por Jakobson, segundo qual o fator primordial para decodificação das mensagens, o referente como a referência ao contexto, é “*uma nomenclatura algo ambígua*”

(JAKOBSON, 1971, p. 123), uma vez tratar-se de realidade não passível de sistematização nem normatização pela lingüística.

A lógica simbólica não tem deixado de lembrar-nos que as “significações lingüísticas”, constituídas pelo sistema das relações analíticas de uma expressão com outras expressões, não pressupõe a presença das coisas. Os lingüistas, ao contrário, fizeram o impossível para excluir a significação, e todo o recurso à significação da lingüística. Dessarte, o campo de significação permanece terra de ninguém. Esse jogo de esconde-esconde deve terminar (1971, p. 33).

À época de suas pesquisas, as questões sobre a noção do extralingüístico implícita nos registros semânticos acabaram por desenvolver parâmetro de estudos semiológicos estruturalistas, que procuraram estabelecer graus diferentes entre a relação natural e os objetos pesquisados.

Para Roland Barthes, pesquisadores como Hjelmlev, Prieto e Greimas chegaram a preconizar o *“estabelecimento de um método de classificação verdadeiramente formal, no qual seria necessário reconstituir oposições de significado e isolar em cada uma delas um traço pertinente comutável.”* (2000, p. 47).

Em meados do século passado, a proposta da semiologia como ciência da vida do signo na sociedade foi também a de classificá-los quanto à sua forma e não quanto à sua substância, pois se considerava que instituições tais como moda e culinária apresentavam uma acomodação necessária entre os meios empregados e os fins visados. Entretanto, ao atualizá-las, Barthes questiona se as práticas significantes não-arbitrárias como o código da etiqueta social, mesmo apresentando certa relação com a expressividade natural, não deveria também ser considerado um sistema semiológico.

Edward Lopes (2005) retoma aspectos da referência para a lógica simbólica que considera

(...) problemática para os estudos da semântica à medida que a noção de referência de Frege introduz no seio de um fenômeno cultural um objeto de realidade fenomênica, extralingüística e, por outro lado, faz a significação depender do seu valor de verdade (LOPES, 2005, p. 247).

Os problemas da verdade/falsidade são, portanto, para a lingüística, da ordem da Ética e da Moral, não um problema lingüístico, pois, quando dois falantes em uma situação de comunicação lingüística interagem por intermédio de um ato de fala, e um saber transita de um para o outro, esse ato envolve não um objeto (referente ou *denotatum*) mas um saber (*designatum*) prévio sobre o saber em transmissão.

Sob esse ponto de vista, a única condição para o sentido estabelecer-se está na relação entre a *performance* de saber em transmissão do emissor e a competência lingüística do destinatário em decodificar a mensagem. Exemplificado com a mensagem /Perseu matou o minotauro/, na qual a compreensão não é extralingüística desses seres mitológicos, mas se dá devido à competência em decodificar os saberes implícitos na mensagem como elementos de existência intralingüística.

(...) Para efetuar tal tradução, os falantes se valem do seu saber sobre o código, isto é, de elementos ausentes da mensagem. Os signos do código capazes de traduzir os signos da mensagem constituem o interpretante da mensagem: a essa relação que chamamos sentido. O processo de significação, desse modo não relaciona um signo e um objeto: relaciona signos entre si. (Idem, 2005, p. 249).

A noção do *interpretante*, como definição dos elementos ausentes da mensagem proveniente de um código, aplica-se à mensagem como um operador de sentido, e a língua põe em funcionamento sua capacidade metalingüística, que coloca a linguagem como um sistema que se explica por si mesmo, mediante sucessivos sistemas de convenções normatizados pela semântica, que se explicam umas às outras.

Rajagopalan (2001), entretanto, refuta a noção objetiva da metalinguagem ser vista como sistema que se explica por si mesmo, a partir de convenções sobre o significado normatizadas pela semântica, colocando que a capacidade metalingüística caracteriza-se justamente pela intervenção que fazemos ao utilizá-la.

Entre outros argumentos a respeito da relação entre a realidade e as idéias sobre os objetos que observamos por intermédio da língua, qualquer pesquisa sobre a língua deve

pressupor inclusive que a teoria produzida pelo pesquisador seja impregnada por suas conotações ideológicas e políticas, consciente ou inconscientemente.

Considerando, segundo Lopes, que a função da filosofia da linguagem seja a de desenvolver parâmetros ético e moral para suas análises, Bertrand Russel (1971),⁷ reage à Frege e fundamenta sua teoria de descrição do observar o objeto, colocando que conhecemos os objetos no mundo de duas formas: conhecimento direto, por familiaridade (*acquaintance*) e conhecimento por descrição.

O conhecimento por familiaridade é o que se tem das coisas que se experimenta se postos em contato, por intermédio de sensações, dados sensíveis, como cor, forma, dependendo, portanto, dos *sense data* sobre cor, forma, etc. O que pode acontecer por diferentes causas dentre as quais, como fruto de dados memorizados, que permitem ao sujeito inferir em experiências passadas; juízos conceituais internalizados e por introspecção de suas próprias ações.

O conhecimento direto implica, portanto, a experiência perceptiva de o sujeito observar o objeto, geralmente fruto de crenças em determinados universais, aspecto simbólico do significado estabelecido pelo senso comum *da* comunidade a que ele pertence. Dessa forma, ao validar o sentido produzido por uma determinada proposição, o sujeito efetiva seus pressupostos sobre a referência do seu significado e a julga conceitualmente.

Uma das análises de Russel sobre conhecimento direto diz respeito ao aspecto ontológico dos nomes logicamente próprios que o filósofo analisou diferentemente dos nomes próprios comuns. Caso de qualquer proposição a respeito do centro da massa do sistema solar, a qual, por não ser possível conhecê-la diretamente, só tem referência por intermédio da descrição. Esse tipo de afirmação por familiaridade é considerada atômica, pois contém a verdade em si sob padrões da lógica matemática.

⁷ As análises filosóficas de Cambridge eram desenvolvidas a partir de estudos das ciências e da matemática (OTTONI, 1998).

O exemplo dado por Frege sobre o nome próprio comum /estrela da manhã/ e /estrela da tarde/, os quais dizem respeito ao mesmo referente, o planeta Vênus, mesmo tendo sentidos diferentes, é expandido por Russel ao explicar sobre a lógica de nomes próprios comuns com a proposição /O atual rei da França é calvo/. Nela, a existência de uma referência extralingüística, referente, como pré-condição, pressuposição para que a frase possa ser ou falsa ou verdadeira, deixaria a frase sem condições de ser nem falsa nem verdadeira em termos de valor de verdade, pois este dependeria do contexto.

O significado da sentença é de que existe um rei na França e ele é calvo, não constituindo, portanto, uma referência genuína como nos nomes atômicamente lógicos. Assim, um nome real não poderia ter conteúdo descritivo e no sentido lógico das palavras só poderia ser um pronome demonstrativo como *isso* ou *aquilo*, acompanhado por um gesto com o qual o falante aponta para algo que vê em um determinado momento, análogo ao conceito de referência extralingüística, referente descrito por Rajagopalan (2005).

Essa análise acrescenta à noção de pressuposição fundamentado na lógica simbólica sob padrões matemáticos de Frege, o aspecto de *entailment* (acarretamento), base para as teorias pragmáticas que se fundamentam em axiomas, fórmulas não-demonstráveis por uma teoria lingüística.

Recorro a Van Dijk (1999) para ilustrar o desdobramento do conceito de análise semântica axiomática em estudos lingüístico-pragmáticos, a partir do exemplo de análise de dados coletados em uma pesquisa sobre opiniões étnicas em Amsterdã, a respeito dos imigrantes. Entre elas a sentença /eles não trabalham, bem, não trabalham, eles fazem trapalhadas com carros e vendem/.

Sob este ponto de vista teórico, o significado da proposição /eles não trabalham/ pode implicar uma proposição de longo alcance – como /eles não querem trabalhar/ ou /eles são preguiçosos/ –, que pode ser interpretada como um preconceito. Portanto, como estratégia de

reparação para que não haja mal-entendido, procede-se uma operação semântica junto a estratégias mais gerais de conversação, nas quais serão utilizados aspectos conversacional, pragmático, retórico e interacional.

Em contrapartida, Strawson⁸, (1971) ao analisar a teoria de descrição de Russel, acrescenta que, ao utilizar as expressões para referir-se a pessoas, objetos, lugares e processos, o sujeito descreve atribuindo-lhes qualidades que os singularizam.

Rajagopalan (2000) coloca que a noção de singularidade atrapalha os axiomas lingüísticos uma vez que vai de encontro a noções de plural, universal, comum, de encontro, portanto, ao conceito metafísico do que há e pode ser observado.

Após versejar sobre a tentativa da lógica simbólica e da semântica em universalizar o significado, afirma que

O singular, em suma, é aquilo que sempre resiste a todas as tentativas de teorização, que sempre escapa e sobra, que, no entanto, sempre volta para assombrar teorias, que como sinal de capitulação, contentam-se em confiná-lo a um espaço do além (p. 83).

Corroborando a questão metafísica da estruturação do mundo, cuja realidade é representada pela linguagem, Ludwig Wittgenstein propõe que a linguagem seja investigada não mais como constituída pela totalidade das coisas, mas como totalidade dos fatos, combinações de objetos passíveis de observação.

Dessa forma, o aspecto ontológico da semântica garantiria sobre padrões da linguagem ideal, uma lógica objetiva como condição de toda a representação da realidade. Lógica que se constitui em mais do que um instrumento epistemológico⁹, pois representa o elo entre o mundo e a linguagem, que garante o simbolismo perfeito da representação do mundo com o absoluto.

⁸ A escola analítica de Oxford aborda a filosofia a partir dos estudos das humanidades clássicas (OTTONI, 1998).

⁹ O termo grego *epistémé* significa ciência, por oposição a *dóxa* (opinião) e a *téchne* (arte, habilidade). Diferentemente do sujeito psicológico ou individual, ou seja, de cada "eu" tendo consciência de uma unidade, apesar da diversidade de seus pensamentos ou de suas percepções, o sujeito epistêmico (epistemológico ou universal) é o conjunto das propriedades da razão, universais e idênticas, em todo o indivíduo (MARCONDES; JUPIASSÚ, 2001, p. 84).

Influenciado pela crise de linguagem e cultura à época que caracterizava o esvaziamento do discurso político em Viena, sua cidade de origem, o filósofo propôs analisar o mundo sob o aspecto ontológico factual. A proposição é uma figuração da realidade tal qual é observada. Em *Tractatus Lógico-Philosophicus*¹⁰ (2001) argumenta que a estruturação do mundo não seria mais constituída pelas coisas, mas pela lógica da *linguagem ideal*, que busca explicar como é possível, por intermédio dela, representar e compreender o mundo.

A linguagem é comparada ao organismo humano em sua complexidade, cuja lógica é impossível ser extraída de imediato. Tais possibilidades de combinação constituiriam um estado de coisas observável. O que se pensa só pode ser expresso de uma forma totalmente explícita pela frase completamente analisada, pois as frases só não são percebidas imediatamente como modelos da realidade porque não são analisadas na sua totalidade.

A linguagem como instrumento capaz de espelhar a estrutura da realidade responderia, portanto, a questão central da filosofia que diz respeito à forma de conhecer o mundo por intermédio da relação estabelecida entre ela, o pensamento e a linguagem. A substância do mundo enquanto forma e conteúdo é constituída pelos objetos fixos e subsistentes. Cabe ao sujeito a função de observar a realidade a partir da existência e inexistência de estados de coisas (*Tract.* 2.06).

A possibilidade de o homem conhecer, pensar e falar sobre o mundo deve-se ao fato de haver algo em comum entre o mundo e a linguagem, entretanto, a capacidade de construir linguagens com as quais são expressos os sentidos, não habilita o sujeito fazer idéias do que cada palavra significa, bem como ele fala sem saber como se produzem os sons particulares (*Tract.* 4.002).

A função de verdade acarretada pela lógica do pensamento sobre o fato coloca, portanto, a linguagem como sua correspondente proposição significativa, que se estabelece

¹⁰ Em todas as citações do *Lógico-Philosophicus* utilizarei a tradução brasileira elaborada por Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2001.

A partir desse ponto, todas as referências ao *Tractatus Lógico-Philosophicus* serão feitas da seguinte forma: no corpo do texto, apenas por *Tractatus*. As citações serão feitas abreviadamente por *Tract.* seguidas pelo número do aforismo a que se referem.

como figuração ou imagem do mundo. Conhecida como *teoria pictorial* da frase, as declarações são vistas como figurações ou quadros da realidade; modelos capazes de reproduzi-la pela linguagem. Conseqüentemente, o objeto a ser descrito só tem sentido em relação à proposição cujos signos, como átomos, o representaria.

Essa simetria, conhecida como *isoformismo*, entre a proposição e o estado de coisas, implica a existência de uma forma lógica ou de afiguração de nosso conhecimento. Como nem toda afiguração tem que necessariamente ser espacial, não há necessidade do signo ser relacionado a uma imagem acústica, na medida em que o suporte de significação seria dado pela lógica da gramática, que permitiria aos objetos serem substituídos por sinais como nas expressões matemáticas.

Estabelece-se o contraste entre proposição e nomes, considerando estes últimos como signos primitivos ou proposição elementar. *A possibilidade da proposição repousa sobre o princípio da substituição de objetos por sinais. Minha idéia básica é que as “constantes lógicas” não substituem; que a lógica dos fatos não se deixa substituir (Tract. 4.0312).*

O limite para o pensar por intermédio da forma lógica de representação objetiva, comum à proposição e à realidade, seria garantido, portanto, pelo simbolismo perfeito da linguagem.

De fato todas as proposições de nossa linguagem correntes estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem. O que há de mais simples, que nos cumpre aqui especificar, não é uma símile verdade, mas a própria verdade plena (nossos problemas não são abstratos, mas talvez os mais concretos que existam) (Tract. 5.5563).

Na medida em que os nomes são vistos como signos primitivos ou proposições elementares, mesmo que o sujeito tenha um conceito de uma proposição elementar a partir de uma abstração, somente importam os símbolos relativos a um sistema, uma determinada cultura e não os símbolos singulares. Este limite do pensar por intermédio de uma forma lógica objetiva simbólica de representação, comum à proposição e à realidade, é garantido pela linguagem. (*Tract. 5.555*).

Dessa forma, a fidelidade aos fatos como representação da realidade corrobora o aspecto logocêntrico da linguagem ideal de tradição ocidental, no qual a semântica objetiva normatizar atemporalmente, por intermédio de registros, o uso simbólico da linguagem feito por determinadas comunidades interpretativas.

Esse parâmetro de análise de significação, se transferido para a área de estudos da tradução, reflete-se na expectativa semântica de que a relação estabelecida entre o sentido do referente extralingüístico e o significado do signo lingüístico garanta a validação da função referencial da linguagem.

Segundo Arrojo (1992b), essa abordagem leva às últimas conseqüências a noção do signo lingüístico como arbitrário e convencional, pois coloca que a interpretação da realidade do texto a ser traduzido só acontece após a decodificação do significado nele contido independentemente das circunstâncias e do contexto de sua realização, na medida em que

(...) toda a tradução por mais simples que seja, traz sua procedência, revela suas opções, as circunstâncias, o tempo e a história de seu realizador (...), essa ligação intrínseca e inevitável que qualquer tradução mantém com uma interpretação tem criado um sério embaraço para a grande maioria das teorias de tradução, em especial para aquelas que alimentam a ilusão de chegar um dia a uma sistematização do processo de traduzir (p. 68).

Concordo que o processo de tradução não possa ser sistematizado justamente pelo fato de ele, por ser um processo, só tenha condições de ser refletido durante a interação com o texto, caso da proposta metodológica do ensino de tradução. Ao constatar durante o processo de leitura do texto os pressupostos semânticos intencionais que traz para a interpretação, representados pelas escolhas estruturais e semânticas, o tradutor constata que sua singularidade interpretativa é extensiva, uma vez que diz respeito ao conteúdo e não à forma do texto como signo.

Por outro lado, parâmetros de análise de tradução fundamentados no positivismo lógico da Escola de Viena que se desenvolveu a partir da filosofia atomística da fase do Tractatus de Wittgenstein aliados à gramática sistêmico-funcional de Halliday (1994) têm

auxiliado a área de pesquisas de tradução automática por fornecer dados quantitativos importantes para o desenvolvimento de lingüística de corpus¹¹.

Na seqüência de seus escritos, são desenvolvidos parâmetros que possibilitem elucidar aspectos de nossa lógica gramatical por intermédio da qual descrevem-se os objetos observados como um jogo de linguagem do qual o sujeito participa no cotidiano. Em *Gramática Filosófica*¹² (1974) Wittgenstein problematiza o fato de a ciência e a matemática analisarem as proposições sem que seja esclarecido o entendimento dos significados dos signos envolvidos nos jogos de linguagem.

Ao ser apresentado a uma sentença em um código desconhecido, caso do exemplo do criptanalista dado por Jakobson (1972), o tradutor tem de decodificá-la primeiro. Após a decodificação ele inicia o entendimento, portanto, entender uma sentença é poder responder à pergunta o que essa sentença diz?

Nesse momento é descartada a possibilidade de os processos psicológicos das nossas experiências acompanharem as reflexões que se faz sobre o uso da linguagem, pois o que interessa é o entendimento que se incorpora na explicação do sentido da sentença. A lógica, a gramática da palavra *significar* implica a relação que se estabelece entre duas expressões lingüísticas.

(...) o processo a que chamamos de entendimento de uma sentença ou de uma descrição é, às vezes, um processo de tradução de um simbolismo para outro: decalcar uma imagem, copiar alguma coisa ou traduzir em um modo de representação. Nesse caso, entender uma descrição significa fazer para si uma imagem do que é descrito. E o processo é mais ou menos como fazer desenho para que corresponda a uma descrição (G.F. 07).

Aqui há o resgate da noção sgnica de Frege, segundo a qual o esclarecimento do entendimento pode ser feito a partir da primeira imagem que ocorre ao sujeito que observa o

¹¹ Lingüística de corpus fundamentada na gramática funcional, vê a linguagem como um sistema probabilístico, que apresenta a frequência de ocorrência num texto e a probabilidade no sistema, que permite a análise quantitativa da linguagem como prática discursiva e social (PAGANO; VASCONCELOS, 2005).

¹² Em todas as citações do livro *Gramática Filosófica* utilizarei a tradução brasileira elaborada por Luis Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2003.

A partir desse ponto, todas as referências ao livro *Gramática Filosófica* serão feitas da seguinte forma: no corpo de texto, por *Gramática Filosófica*. As citações serão feitas abreviadamente por G.F. seguidas pelo número do aforismo a que se referem.

objeto, diferentemente do isoformismo proposto pela teoria pictórica da realidade do *Tractatus*.

O entendimento é, portanto, fruto do fenômeno que ocorre quando o sujeito ouve ou lê uma sentença em uma linguagem familiar. Ele pode entender um gesto como uma tradução em palavras, e o entendimento das palavras como uma tradução em gestos. Na verdade ele explica as palavras por meio de um gesto, e um gesto por meio de palavras. Quando ele diz que /entendo esse gesto/ com o mesmo sentido de /entendo esse tema/, significa que ele retoma uma experiência particular enquanto a interpreta.

Assim, entender uma palavra pode significar saber como ela é usada a partir de uma experiência anterior. Portanto, o falante é capaz de aplicá-la no jogo de linguagens que efetiva ao comunicar-se com o outro. Nessa noção de jogo, a proposição representa, portanto, o juízo do falante sobre a situação de interação mediante a qual se sente responsável, conceito relacionado à tarefa do tradutor.

2.2 Lógica e regras de jogos de linguagem

Ao traduzir um texto de uma língua estrangeira, o tradutor utiliza o juízo que tem formado sobre o contexto do original tal como uma régua, a qual, como toda a comparação lógica, é ela própria um caso particular, um signo propositivo, que ele relaciona ao objeto que observa. *“Antes de medir o corpo, ela, a régua, é morta e não alcança nada do que o pensamento alcança”* (G.F. 85).

Se ao se comunicar, os símbolos que representam a lógica dos pensamentos são considerados por natureza insatisfeitos, as funções da linguagem dos comandos, conjeturas e crenças necessitam de sua complementação, que ocorre na medida em que a expectativa do sujeito é concretizada.

Dizemos que a expressão da expectativa “descreve” o fato esperado e pensamos em um objeto ou complexo que torna seu aparecimento como o cumprimento da expectativa. – Mas não á a coisa esperada que é o seu cumprimento, mas antes: seu acontecer (G.F. 90).

No caso de desejar que a chuva passe, o sujeito pode expressar-se tanto dizendo por /desejo que a chuva passe/ como /realmente desejo que a chuva passe/, entre outras tantas formas. Portanto, a certeza de desejar que algo aconteça expressa pela linguagem pode ser explicitada por diferentes elementos gramaticais criadas pela linguagem, fato que corrobora a proposição do filósofo de que é na linguagem que tudo é feito.

Quando busco algo, carrego uma imagem do que estou procurando, portanto, a intenção do mecanismo de busca acaba por se expressar no seu efeito. Por outro lado, quando espero que algo aconteça, a imagem que tenho dessa expectativa ao não se concretizar representa minhas intenções. Portanto, o pensamento de que algo seja o caso não pressupõe que seja o caso: mesmo se considerado que deve haver algo no fato que seja um pressuposto até mesmo de se ter o pensamento.

Se projeto uma imagem enquanto penso e entendo algo, realizo ao mesmo tempo uma projeção que tem algo em comum com o que é projetado e me é familiar uma vez que faz parte do meu repertório e me permite reconhecer o objeto. A noção de familiaridade exclui, à época da *Gramática Filosófica*, as considerações de impressões, experiências e reações, na medida em que não é possível pensar que algo é vermelho se a cor vermelha não existir.

A noção implícita de que haja “harmonia entre o mundo e o pensamento” coloca que os pensamentos estão no mesmo espaço das coisas que admitem dúvida sobre eles, o que permite, portanto, a confrontação entre eles da mesma maneira que uma régua é confrontada com o que deve ser medido.

Dessa forma, a gramática como régua que mede as possibilidades dos pensamentos representarem a realidade por intermédio da linguagem não é definida como um arranjo que cumpre um propósito definido; é considerada uma coleção de sistemas de signos, nos padrões

saussurianos, tais como o alemão, o inglês, e vários outros sistemas. Wittgenstein se interessa pela linguagem como fenômeno, não como meio para um fim particular (*G.F.* 137).

Uma linguagem pode ser inventada como se inventa um instrumento para um propósito particular, com base nas leis da natureza analogamente à invenção de um jogo, cujas regras são arbitrárias. Como a gramática filosófica explica o significado dos signos a partir da teoria da figuração, os jogos de linguagem sob a lógica gramatical são comparados a ferramentas que se utilizam para comunicar-se, da mesma forma que os operários usam o martelo para martelar e o serrote para serrar. Sob essa visão utilitarista da linguagem, não há, portanto, uma função comum das expressões da linguagem nem mesmo algo que possa ser considerado como o jogo de linguagem, pois esse é processo.

Apesar de Wittgenstein colocar que a “linguagem é qualquer coisa que possamos usar para nos comunicar” (*G.F.* 138), o conceito da existência de signos nos padrões freguianos, como característica essencial do ser vivo, tem sua indeterminação comparada à do conceito de linguagem.

Os processos de significação que ocorrem durante os jogos de linguagem implicam ligações causais e regularidades empíricas, sobre as quais Wittgenstein problematiza dizendo:

(...) Para nós, a linguagem é um cálculo; ela é caracterizada por atividades lingüísticas. Onde a linguagem consegue a sua significação? Podemos dizer “Sem a linguagem não poderíamos nos comunicar um com o outro?”. Não. Não é como “sem o telefone, não poderíamos falar da Europa para a América”. Podemos dizer “sem boca, os seres humanos não poderiam comunicar-se entre si”. Mas o conceito de linguagem está contido no conceito de comunicação (*G.F.* 140).

Apesar de a gramática ser responsável pelo que é logicamente possível ser dito, não é com toda a figuração em forma de frase, como anteriormente buscado no *Tractatus*, que se sabe o que fazer. Essa insatisfação com a forma pela qual a “frase”, a “palavra” e o “signo” apresentam-se no cotidiano, desloca a busca de Wittgenstein de esclarecimento filosófico para os problemas decorrentes do enfeitiçamento da realidade pela linguagem, da noção do ideal para a noção do real.

A noção de verificação da linguagem passa a depender das regras que se aceitam para validar os “jogos de linguagem”, que são vivenciadas no cotidiano vinculado a um contexto específico. A evolução da noção de verificação da linguagem para a noção de validação é comparável ao movimento desencadeado por Jakobson, na lingüística, e a teoria de informação, que acabaram por focalizar o aspecto comunicativo intersubjetivo da linguagem, que, já à época, enfatizou a importância da função contextual, cognitiva ou referencial para os estudos da língua.

De acordo com a publicação póstuma *Investigações filosóficas*¹³ (1991), a concepção verificacionista do significado de Wittgenstein fundamentada na teoria da afiguração evolui para a noção de que os significados de uma expressão, palavra ou frase são equivalentes à aplicação que se faz dela na linguagem. As expressões adquirem, portanto, diferentes funções, que variam de acordo com o contexto no qual são empregadas, noção que ratifica o aspecto não-arbitrário do signo e a conseqüente importância do reconhecimento das circunstâncias do original para as questões sobre a fidelidade do significado.

Dessa forma, investigações sobre a validação dos jogos de linguagem dos quais se participa e se experimentam os processos de significação, quando da observação do objeto, extrapolam a noção da lógica simbólica das proposições e retomam as questões sobre o referente como realidade extralingüística implícita na linguagem.

Na medida em que as expressões podem equivaler tanto a palavras quanto a frases, as análises da veracidade destas encontram-se além do código lingüístico utilizado, pois “combinam os atos, as atitudes e as formas de comportamento, que levou Wittgenstein considerar como o uso da linguagem em sua totalidade” (*I.F.* 122).

Essas relações pragmático-lingüísticas seriam, então, estabelecidas pelas *regras* dos jogos de hoje, pois a linguagem, apesar de continuar a ser considerada um cálculo, passa a ter

¹³ Em todas as citações do livro *Investigações filosóficas* utilizarei a tradução brasileira elaborada por José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

A partir desse ponto, todas as referências ao livro *Investigações filosóficas* serão feitas da seguinte forma: no corpo de texto, apenas por *Investigações*. As citações serão feitas abreviadamente por *I.F.* seguidas pelo número do aforismo a que se referem.

os resultados de sua aplicação avaliados a partir dos acordos do jogo, como no caso do parâmetro de cobrança do alcance da fidelidade ao significado do original adotado pela maioria dos modelos de crítica da comunidade dos teóricos da tradução.

As regras seguidas são como uma práxis análoga que obedece a uma ordem. O tradutor é adestrado através da função descritiva da linguagem comparável ao ensino ostensivo que aplica às crianças durante demonstração e nomeação dos objetos.

Conseqüentemente, a forma gramatical como se representa a linguagem é antes de mais nada a projeção das vivências do falante pela linguagem, que se transformam em hábitos chamadas de *formas de vida*. Fenômenos espaciais e temporais, que constituem o sistema de referência interno ao qual se recorre ao interpretar uma linguagem desconhecida, *que podem nascer e envelhecer e serem esquecidos como acontece com as modificações conceituais da matemática (I.F. 23)*. Noção já comparada ao ato de decodificação na *Gramática filosófica*.

Portanto, o hábito é fruto de internalizações que se efetuam pelos conceitos a partir de experiência comunicativa vivida na linguagem e ao trazerem-se pressuposições sobre as regras necessárias para interagir em jogos de interação. São elas que estabelecem parâmetros de julgamentos sobre as assertividades.

No entanto, o autor se questiona: Como pode uma regra ensinar o que fazer neste momento? Seja o que for que faça, deverá estar em conformidade com a regra por meio de uma interpretação qualquer (I.F. 19). Neste trecho, Wittgenstein está se referindo à validação das regras trazidas para os jogos, que não podem desconsiderar a objetividade da normatização tampouco os hábitos interpretativos que as permeiam. Na medida em que as regras estão disponíveis, não é mais possível transgredi-las, o que permite ao sujeito continuar sendo compreendidos nos jogos.

A validação dos jogos é espaço-temporal. O contexto que direciona como as formas são entendidas e como reagir a ele pela linguagem vai caracterizar os processos de

significação. Quem fala? Para quem fala? Em que situação fala? São elementos importantes na busca de esclarecimento epistemológico do filósofos.

A lógica nas *Investigações* deixa de se fundamentar na crença da linguagem ideal. Consequentemente, a relação gramatical intralingüística projetada na linguagem deixa de ser vista como uma relação metodológica conceitual entre ela e a realidade por ela representada (*I.F.* 97). O que é chamado “frase”, “linguagem” não é a unidade formal por intermédio das quais o sujeito se representa, mas a família de estruturas gramaticais mais ou menos *aparentadas entre si* estabelece a regularidade da ordem na qual as regras são utilizadas.

A possibilidade de variação de representação da realidade que a lógica gramatical permite exemplifica-se no caso da tradução do grito /lajota!/, que pode ser considerado uma frase ou uma palavra. Como comando, a frase pode significar /traga-me uma lajota/. No entanto, só é possível saber se uma palavra significa uma frase de comando, se o houver domínio da língua. O estrangeiro precisará atentar ao tom e à circunstância de emissão da frase, desde que ele tenha aprendido que, ao pedir uma lajota, usa-se a frase /traga-me uma lajota!/.

Como seguir uma regra é análogo a seguir uma ordem, pois para isso alguém é treinado e reage de um determinado modo, quando as reações dos participantes dos jogos, para uma mesma regra da linguagem não coincidem, a questão que se põe é qual delas seria considerada a verdadeira (*I.F.* 207).

Mesmo diferenciando as noções de hábitos e regras, esse conceito torna-se ambíguo, pois não há delimitação sobre o que considerar como hábito internalizado pela técnica de adestramento em relação às regras que também são seguidas como ordens e são impostas externamente.

Não há como indicar algo que seja comum a tudo aquilo que se chama linguagem, mas sim fenômenos aparentados uns com os outros de muitos modos diferentes. No caso da

tradução interlingual, mesmo que o tradutor tenha habilidade lingüística para interpretar as regras gramaticais do jogo do original, ele também vai precisar da regularidade com que as regras semânticas são estabelecidas para ser fiel ao significado, portanto, deve estar atento ao fato de *quando sigo a regra, não escolho, sigo a regra cegamente* (I.F. 219).

Se a regra for seguida cegamente, não é possível contextualizar nem privilegiar o ato de interação em si, e se houver estranhamentos de determinadas formas de expressão, eles podem ser resultado de uma atitude que tomada perante a linguagem, como se ela tivesse um valor ideal. Como linguagem ideal nos padrões formais, ela seria a detentora da essência do mundo, desconsiderando a necessidade de serem reconhecidas as regras que a efetivam contextualmente. “Quando dizemos ou achamos que algo está deste ou daquele modo, não nos detemos diante do fato e por vezes podemos até pensar o que não ocorre” (I.F. 95).

Se se pensa em algo que não ocorre durante os jogos, essa dinâmica sugere que por vezes o aspecto intersubjetivo de significação das proposições não é privilegiado. Aprisionado em regras pré-fixadas, fruto de suas experiências anteriores similares pela linguagem, o tradutor desconsidera a importância que a noção da percepção da referência extralingüística, o referente, em contexto real, assume na validação dos sentidos que ele impõe às expressões.

Ao perceber auditivamente a referência extralingüística do tom do interlocutor que profere a *proposição o /tempo não está maravilhoso?/* (I.F. 25), apesar de ao ser analisada gramaticalmente como uma frase interrogativa, pode assumir a função de uma afirmação, característica que corrobora a importância do referente como referência extralingüística durante o processo de significação e distancia definitivamente a lógica dos jogos da lógica proposicional de Frege, segundo a qual as sentenças afirmativas são assim categorizadas por poderem ser desdobradas pela forma: */é afirmado que tal coisa se dá /*(I.F. 22).

A preocupação de Wittgenstein com os mal-entendidos decorrentes do uso indevido que se faz da linguagem problematiza a expectativa da lógica da linguagem poder ser

representada pela proposição, sem considerar o aspecto subjetivo das regras trazidas para os jogos, que por vezes são representadas pelo referente.

Se se contemplam outros tipos de jogos que se praticam, como os de tabuleiros, de cartas, torneios esportivos, que apresentam algo em comum e não se pensa neles, seria possível ver semelhanças, parentescos entre outras questões que se cruzam e se envolvem mutuamente em rede como se faz pela linguagem. Assim, o filósofo acaba por questionar o caráter arbitrário da linguagem.

(...) nem toda a técnica tem um emprego em nossas vidas (...) e quando, na filosofia somos tentados a contar entre as frases algo de inteiramente inútil, isso freqüentemente acontece porque não refletimos suficientemente na sua aplicação (I.F. 520).

Ao refletir sobre o emprego que se faz das expressões, o emprego incompreendido que o tradutor faz de uma palavra pode ser interpretado como expressão de um processo estranho da mesma forma “como pensamos o *tempo* como um meio estranho, a *alma* como um ser estranho” (I.F. 196).

Esse estranhamento de significado dá-se, portanto, no âmbito da significação. Por vezes se estranha o emprego de uma expressão, porque o significado da palavra habilita a interpretá-lo antes mesmo de sua significação ser efetivada por seu emprego em determinados jogos. A noção de pressuposto semântico é comparada por Wittgenstein à dinâmica das regras dos jogos, como no caso do xadrez. Mesmo querendo jogar xadrez, o jogador não sabe o que quer jogar antes de jogá-lo.

Se fosse possível prever todas as possibilidades dos jogos, todas as regras estariam nos atos de intenção do jogador, não no processo de efetivação dos jogos. A relação de dependência entre o ato de intenção e o processo é análoga à relação entre o sentido das palavras /joguemos uma partida de xadrez/ e todas as regras que esse jogo pressupõe tanto nas instruções como na práxis contextual diária do jogo.

Aspectos de intencionalidade implicam crença e, apesar da linguagem ser vista como um instrumento de medição de pensamentos, como o pé e a polegada o são para a física,

sistemas de crenças não equivalem ao ato de pensar. Assim, a adoção de análise empírica que busca refletir sobre os processos da linguagem por intermédio do comportamento diante do fenômeno na esfera psíquica, o faz diferentemente do físico que vê, ouve o fenômeno para então refletir sobre ele e transmitir o resultado de sua pesquisa.

A fim de analisar fenomenologicamente¹⁴ as projeções das regras nos jogos, sem entrar no aspecto do sensível, isto é, psicológico, Wittgenstein coloca que essas projeções são fruto dos contatos imagéticos que o sujeito procede em seu espírito os quais acabamos por efetivar em significados subjetivos.

Assim, as conexões estabelecidas durante os jogos entre *dizer alguma coisa* e *querer dizer alguma coisa* podem ser esclarecidas através do parâmetro de visão panorâmica do uso que se faz das palavras. Ao propor a adoção de visão panorâmica, portanto, em contexto espaço-temporal para que se evite estranhamento de significados pela linguagem, Wittgenstein distingue o aspecto descrito do atributivo das nossas proposições, corroborando a função referencial da linguagem.

De acordo com Rajagopalan (2000), o uso da expressão */Dhat/* proposta por Kaplan (1978, apud Raja, 2000) representaria apontar o objeto durante a observação, solucionando o problema da referência, na medida em que o pronome dêitico */that/*, em inglês e seus equivalente em outras línguas não distinguem a singularidade do objeto ao qual se refere.

Retomo, portanto, o exemplo de Rajagopalan no verbete */reference/*, no qual o autor exemplifica o referente como apontar o quadrúpede como cavalo, mesmo em se tratando de uma mula, para justificar que a mensagem só foi entendida pelo fato de a temporalidade da proposição ser compartilhada pelos participantes da interação.

¹⁴ Análise fenomenológica – termo criado no século XVIII pelo filósofo J. H. Lambert – designa o estudo puramente descritivo do fenômeno* tal qual ele se apresenta à nossa experiência (MARCONDES; JUPIASSÚ, 2001).

* fenômeno – como termo genérico adquire o sentido de “tudo o que é percebido, que aparece aos sentidos e à consciência (Idem, ibidem).

A contradição é contextual por pertencer ao tempo e ao espaço dos jogos de linguagem, não sendo mais possível como no *Tractatus* compará-las a cálculos matemáticos. O preconceito de que haja uma lógica cristalina faz com que os filósofos da lógica falem das frases e das palavras como um fantasma fora do tempo e do espaço e não como se fala no cotidiano, considerando-as fenômenos espaciais e temporais (*I.F.* 108).

Assim, a prática de reflexão panorâmica, do uso que se faz da linguagem em contexto possibilitaria que se desenvolvesse uma ordem no conhecimento para uma determinada finalidade, a partir da qual se salientariam as diferenças que as formas habituais, portanto subjetivas de uso da linguagem não-refletido, não se deixem perceber.

Então, contextualizando as regras espaço-temporalmente, evitam-se as injustiças ou o vazio das afirmações, comparando-as às regras que trazidas para os jogos, não como pré-juízo, ao qual a realidade deva corresponder, mas como fruto de experiências acumuladas na memória (*I.F.* 131), constituintes do processo de significação.

O conceito de “querer dizer” esclarece, portanto, a tendência de o tradutor se aprisionar as regras. Na medida em que as coisas se passam de modo diferente do que ele quis dizer e prever, é exatamente o que ele diz, quando, por exemplo, surge a contradição: /não foi o que eu quis dizer/ (*I.F.* 125).

A filosofia teria como tarefa não mais a resolução de questões sobre contradições na linguagem por meio de uma descoberta lógica ou lógico-matemática nos padrões da lógica simbólica, mas de tornar visível o estado da regra matemática que inquieta o sujeito, o estado anterior à resolução da contradição.

O problema filosófico constitui-se, portanto, a posição cotidiana da contradição ou sua posição no mundo, na medida em que coloca as questões para serem discutidas e não necessariamente solucionadas. A problematização diz respeito às possibilidades de conhecimento que ficam ocultas em razão de sua obviedade, simplicidade e trivialidade e

principalmente porque o sujeito não se dá conta das verdadeiras razões para resolver as inquietações pela linguagem.

O conceito de Filosofia proposto por Wittgenstein seria aquele que diria respeito a todas as possibilidades de conhecimento em estado latente antes de elas serem descobertas e/ou inventadas, dependendo do ponto de vista do observador. O método seria capaz de resolver as questões na medida em que elas fossem se colocando para o sujeito como exemplos de dificuldades a serem resolvidas. Assim ele estaria aplicando uma ação terapêutica por intermédio da linguagem que ficou conhecida como a filosofia da psicologia.

Essa abordagem permitiria metodologicamente que fosse avaliada a extensão que assume a projeção dos hábitos interpretativos, como regras seguidas na efetivação dos significados que se trocam em contexto dos jogos do cotidiano. “O conceito de representação panorâmica é para nós de importância fundamental. Designa nossa forma de representações, o modo pelo qual vemos as coisas. (É isso uma “visão de mundo”?)” (*I.F.* 122).

A partir da noção pragmática das *Investigações*, a normatização semântica do significado das palavras não determina sozinha sua significação. Entretanto, a aplicação da lógica gramático-lexical pode se efetivar por intermédio de pequenos segmentos, que são diferentes, múltiplos e parcelados, pois a única semelhança que apresentam entre si é o que o filósofo chama de “um certo ar de família”.

A noção de *ar de família* permite que se reflita sobre os sentidos dado às palavras, evitando que as regras utilizadas não provoquem estranhamento. “Mas as palavras pronunciadas significativamente não têm apenas superfície, mas também uma dimensão de profundidade!” (*I.F.* 594).

Na publicação *Da certeza* (1969), o filósofo relaciona a dimensão profunda do significado das palavras à possibilidade de a expressão ter um sentido que possa ser compartilhado em determinadas circunstâncias.

Quando alguém diz: “Talvez este planeta não exista e o fenômeno da luz se produza de qualquer outro modo”, então, apesar de tudo, essa pessoa precisa de um exemplo de um objeto que exista de verdade. Este não existe-como, por exemplo, existe (...). Ou devemos dizer que a certeza é apenas um ponto idealizado do qual há certas coisas que se aproximam mais, outras menos? Não. A dúvida perde gradualmente o sentido. Este jogo de linguagem é justamente assim. E tudo o que é descritivo num jogo de linguagem é o domínio da lógica (p. 56).

Entretanto, a possibilidade de reconhecer as circunstâncias como normais para que o significado seja validado não garante que se possa descrevê-las com precisão. Por vezes não é possível descrever algo com precisão, justamente porque, ao descrever esse algo, o sujeito está tão envolvido com hábitos subjetivos de expressividade, que eles o impedem de privilegiar o espaço e o tempo nos quais os está vivenciando.

No caso do ato tradutório, as projeções das formas de vida como regras interpretativas potencializam-se pelo fato de a referência extralingüística ser atemporal. O reconhecimento desse referente vai depender do saber prévio do tradutor sobre as circunstâncias em que o jogo original foi estabelecido.

Assim, objetivando que o processo de significação tanto descritivo como expressivo possa ser analisado panoramicamente, recorrerei à teoria dos atos de fala, a qual parte justamente do aspecto descritivo, constativo, e do aspecto expressivo, chamado de performativo dos enunciados, para estabelecer um método de análise sobre as ações desenvolvidas através das expressões lingüísticas.

2.3 Atos de fala e lógica do consenso

Apesar de esse olhar também sugerir análises culturais para as quais poderia recorrer a estudos sociolingüísticos como *constructo* de semiótica social, como já apresentado nos modelos de crítica, optei por não desenvolver essas questões pelo fato de as mesmas desembocarem em teoria crítica, a qual foge do escopo deste trabalho.

Portanto, por intermédio da teoria dos atos de fala de Austin, trago a noção de lógica do consenso a partir de convenções de uso da linguagem, que, por envolver valores éticos e

morais da comunidade estrangeira a ser traduzida, pode ser analisada como fator constituinte de regras pragmáticas trazidas para os jogos de tradução.

A teoria dos atos de fala de John Langshaw Austin, filósofo analítico de Oxford, precursor da Filosofia da linguagem ordinária, *Ordinary Language Philosophy*, tira a análise da lógica formal e da lógica simbólica do significado definitivamente do aspecto metafísico e a traz para o cotidiano.

A linguagem não é mais examinada em abstrato, mas sempre relacionada a uma situação que, mesmo que imaginária, é validada pelo alcance da compreensão do sentido produzido. O significado de uma sentença, portanto, não depende mais somente dos elementos lógicos gramaticais que a constituem.

De acordo com Ottoni (1998), Austin se auto-localiza historicamente afirmando que não se pode pensar na linguagem humana de forma compartimentada, institucionalizada, possibilitando uma visão performativa da linguagem (p. 27). Na medida em que se emprega performativamente a linguagem, entre sistemas de signos lingüísticos e a realidade externa por eles representada, ela acaba por conflitar os estudos da linguagem, pois rompe a barreira entre o lingüístico e o filosófico.

Esse deslocamento das análises filosóficas anteriormente fundamentadas na lógica gramatical e na teoria subjetiva de afiguração da primeira fase de Wittgenstein em direção à análise dos aspectos empírico-subjetivos de nossa expressividade em atos de fala como ato mental, substitui a teoria do significado pela teoria da ação.

Atos de fala como fruto de ato mental implicam a noção de *cognição*¹⁵ inerente às crenças e certezas, parâmetro que se direciona para as práticas sociais, os paradigmas, e valores das comunidades nas quais são praticados e o conceito de contexto acaba por superar

¹⁵ “A noção tradicional da cognição relaciona-se aos produtos e processos inteligentes da mente humana, incluindo entidades psicológicas como processos mentais superiores, tais como conhecimento, consciência, inteligência, pensamento, imaginação e criatividade, classificação e simbolização, entre outros. Como classe mais humilde, menos puramente cerebral e intelectual, incluem-se os movimentos dos bebês e a percepção. As variedades de cognição social voltada para o mundo dos objetos humanos e os usos sócio-comunicativos em oposição aos privado-cognitivos também se inserem nessa classificação” (FLAVEL et al., 1999, p. 9).

a barreira entre linguagem, mundo e realidade. Assim, a noção de cognição inclui condições de adequação ao contexto, tais como: /o falante sabe que P/, /o falante acredita que P/, /o falante quer P/ e /o falante considera que P, tratadas como premissas em padrões de lógica formal.

A possibilidade, portanto, de elucidarem-se as idéias a respeito de um determinado signo lingüístico a partir do uso que se faz dele nas expressões lingüísticas, como produto de cognição, imprime um caráter provisório ao método de análise da linguagem, como já colocado no capítulo anterior, nas doze conferências que proferiu em Harvard e foram publicadas postumamente sob o título *How to do things with Words* (1962).

Nessas conferências, o filósofo utiliza-se da comparação entre o aspecto descritivo, constativo, expressivo e performativo dos enunciados para pesquisar a relação que se estabelece com o significado, sentido e referência. Quando o enunciado é descritivo assertivo, o ato expressivo, chamado de ilocucionário, encontra-se sujeito à verificação de falsidade, exemplificado pelo enunciado /a terra é redonda/. Nele, a cognição encontra-se implícita /eu sei (...) que a terra é redonda/. No caso dos atos constativos em primeira pessoa, a análise fica entre os aspectos de omissão ou explicitação.

Entretanto, nos atos performativos, como /eu prometo que virei amanhã/, a ação que se procede implica o reconhecimento além do significado, de uma força ilocucionária de convencimento que substitui a noção de verdade e de falsidade do ato constativo e fica sujeita à dimensão de felicidade para o ato, na medida em que o receptor da mensagem se convença e espere. O aspecto convencional que representa a necessidade de adequação do ato performativo às circunstâncias da sua enunciação implica acima de tudo a necessidade de haver sinceridade entre os participantes.

Na perspectiva de Austin, a proposição passa a ser analisada a partir de seu aspecto de validade e não mais de veracidade, exemplificado pelas sentenças /aceito este homem como

meu legítimo esposo/, validado durante uma cerimônia de casamento sob determinadas circunstâncias que consensualmente não provocam estranhamento e */batizo este navio em nome de Julio César/*.

Na medida em que o aspecto pragmático dos atos de fala torna o sentido relativo ao contexto, condições espaço - temporais nos quais são efetivados, a validação do sentido depende da suposta lógica de consenso estabelecida pela comunidade como regras para os jogos em circunstâncias específicas.

Ao destacar a importância do contexto para que a interação seja bem-sucedida, o método de análise proposto pela Filosofia da linguagem ordinária privilegia o aspecto intersubjetivo de significação, apoiando-se no caráter contratual ou de compromisso entre os participantes.

Assim, a expressão pela linguagem como divisor de águas dos valores nos campos de bem do mal, quando analisado sob parâmetros racionais em uma sociedade multicultural, acrescenta a noção das regras consensuais, as regras simbólicas de Frege e a atomística da primeira fase de Wittgenstein, trazidas para os jogos.

Esta acaba por representar a máxima da filosofia analítica de Oxford, que analisa como as outras filosofias do século XX, o compromisso ético e moral assumidos em contextos específicos, considerando o aumento de diversidade de princípios de convivência que foi favorecido pela rapidez do desenvolvimento científico e tecnológico.

Lacuna que, de acordo com Loparic (2007), foi deixada pela proposta de Wittgenstein de que a filosofia fosse substituída pela administração das regras trazidas para os jogos de linguagem sociais, a fim de que seja atingida a eficácia na comunicação social sem necessariamente determinar a responsabilidade para com o *modo de agir e de falar*.

Austin apresenta em Harvard a aplicação de seu método na área de Direito e categoriza em cinco níveis a utilização de verbos implícitos ou explícitos em enunciados, a

saber: *vereditivos*; que emitem juízos (considero, interpreto, etc.); *exercitivos*, como ato judicial (aconselho, anuncio, declaro aberta, peço, etc.); *comissivos*, que implica comprometimento (pretendo, sou a favor de, delego, concedo, etc.); *comportamentais*, que significam adotar uma atitude para com outra pessoa (agradeço, felicito, protesto, etc.) e *expositivos* (relato, explico, observo, etc.).

Ao longo das palestras fica clara a interdependência de sentido que existe entre essas categorias. Se comparados os significados dos verbos exercitivos com as dos vereditivos, caso de *considero* e *interpreto*, eles podem ser analisados como exercitivos se utilizados em atos oficiais.

A inclusão da noção do sentido para a relação entre significado e referência corrobora o fato de que, para que seja atingido o consenso sobre a validação da proposição, é necessário o reconhecimento das circunstâncias nas quais as regras de uso dos verbos são aplicadas.

Então, em princípio, o caráter convencional do ato de fala se estabelece como condição *sine qua non* para que não haja estranhamento demandando reflexões sobre a responsabilidade social que o tradutor assume ao imprimir força ilocucionária em seus jogos de linguagem, já que ao se expressar ele age sobre o real.

O fato de a convenção ser fruto de consenso de valores e costumes como códigos compartilhados pelos participantes de uma determinada comunidade, faz com que essa abordagem possa ser considerada complementar à visão utilitarista de reflexão, de Wittgenstein, sobre as regras trazidas para os jogos.

Portanto, a dimensão de felicidade do ato ilocucionário, que se credita à lógica do consenso, fica dependente das atitudes éticas e morais inerentes aos sentimentos, pensamentos e intenções do enunciador, não considerando os efeitos contingentes que podem ser causados aos participantes do ato e nem da possibilidade de haver estiolamento causado pela insinceridade do enunciador.

É importante enfatizar que a noção objetiva de uma lógica de consenso como resultante de regras compartilhadas do jogo não responde às questões decorrentes da heterogeneidade dos processos de significação dos demais participantes diante da força ilocucionária.

(...) como a produção de efeitos que o ato locutório e ilocutório produzem nos sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir tais efeitos (...) O falante realizou um ato que pode ser descrito fazendo referência oblíqua ou mesmo sem fazer referência alguma ao ato locucionário ou ilocucionário (AUSTIN, 1962, p. 90).

Assim posto, os efeitos causados pelos atos de fala implícitos no enunciado de Fernando Pessoa, *Tudo vale a pena quando a alma não é pequena*, permitiriam a distinção, respectivamente: *Pessoa disse que (...)*, no caso do locucionário; *Pessoa argumentou que (...)*, no caso do ilocucionário; e *Pessoa me convenceu de que (...)*, no caso do perlocucionário. Entretanto, se considerado que o ato perlocucionário é inerente a um processo cognitivo dos interlocutores de Pessoa, são essas atitudes mentais que determinarão o processo de significação que foi estabelecido, saindo do âmbito objetivo da lógica do consenso para o parâmetro de lógica intersubjetiva que é contextual.

O papel da teoria do significado passa a ser o de tornar explícito o funcionamento da linguagem e os princípios que governam seu uso, por intermédio de atos simbólicos e não como sistema formal ou representação mental. A idéia que se tem das palavras equivalem às expressões lingüísticas utilizadas pelo sujeito ao interagir pela linguagem e não a uma entidade mental, como na psicologia ou objeto lógico, como na teoria atomística de Russel e de Wittgenstein do *Tractatus*.

Dessa forma, a equivalência entre idéia e expressão lingüística colocada por Austin, ratifica o olhar de Wittgenstein de que o que está diante do sujeito é tão óbvio que ele não percebe. Como posto no *Tractatus*, a preocupação constante do filósofo com os mal-entendidos que acontecem no uso da linguagem fazem com que estabeleça a lógica atômica

como representante da totalidade dos fatos presenciados, o que limitando o mundo pela linguagem.

Entretanto, nas *Investigações*, já é aventada a hipótese de, por intermédio de uma visão panorâmica relacionada à competência contextual, pode-se refletir sobre as características da lógica das regras trazidas para os jogos, mesmo que em sua maior parte descritivos, a fim de que se evitem estranhamentos.

Portanto, Austin também se interessa em elucidar o fenômeno do ato de fala total na situação espaço-temporal de sua efetivação, acrescentando que a noção de performativo deixa em aberto a possibilidade de projeções do sujeito em atos perlocucionários serem analisados sem necessariamente passarem por aspectos do sensível. Em contexto, a verificação do sucesso do ato de fala diria respeito à validação do significado que envolveria tanto aspectos gramático-semânticos como pragmáticos de reconhecimento do ar de família, fruto de pressupostos.

O reconhecimento semântico do *ar de família* seria analisado tanto a partir de aspectos éticos e morais em consenso da comunidade interpretativa à qual pertence o sujeito como nas dimensões profundas da linguagem que ele utiliza, considerando as experiências pela linguagem que teve anteriormente. Dessa forma, a proposta de filosofia terapêutica de Wittgenstein fica corroborada pela expectativa de Austin de que no século XXI fosse desenvolvida, a partir dos conceitos desenvolvidos, uma ciência da linguagem que abarcasse filosofia, gramática, lógica e matemática.

Austin (1979) compara a filosofia ao sol, astro inicial e central que de tempos em tempos lança uma parte de si mesmo para se transformar em uma ciência, um planeta frio e bem regulado, dirigindo-se a um distante ponto final.

(...) isto ocorreu há muito tempo com o nascimento da matemática e novamente com o da física. Recentemente, no século passado, presenciamos outra vez o mesmo processo lento e na época quase imperceptível, no nascimento da lógica matemática, através do trabalho conjunto de filósofos e matemáticos. Não será possível que o próximo século testemunhe o nascimento através do trabalho conjunto de gramáticos, filósofos e muitos outros estudiosos

da linguagem, de uma verdadeira e compreensível ciência da linguagem? (AUSTIN, 1976, p. 232)¹⁶.

Aponto, portanto que a noção de efeitos ilocucionários na perlocução, deixada em aberto por Austin, possibilita o desenvolvimento de parâmetro de competência contextual como lógica pragmático-semiótica de recepção de mensagem fundamentada nas regras que o tradutor traz para os jogos de tradução.

Entendo a competência contextual como mote facilitador da validação do reconhecimento do contexto do original como ato perlocucionário do tradutor e retomo a problematização inicial quanto a expectativa dos modelos de crítica lingüísticos de que seja alcançada a fidelidade ao significado do original, sem serem considerados os aspectos tanto de subjetivação quanto de intersubjetivação implícitos na tradução distante espaço-temporalmente da sua enunciação.

Acrescento que o ato locucionário, aquele que diz respeito a estratégias de alcance de equivalência lingüística e semântica entre os dois códigos apesar de facilitar a contextualização do significado do original não garante que a adoção do procedimento não literal atinja consenso entre os críticos.

Os efeitos ilocucionários do texto na perlocução do tradutor já haviam sido pesquisados por alguns analistas, dentre os quais destaco Nida (1982) e Newmark (1982). Eles desenvolverem os parâmetros dinâmico e comunicativo para justificar o aspecto contingente dos efeitos perlocucionários, que acarretam a heterogeneidade de interpretações, considerando que nem sempre são alcançadas as equivalências locucionárias.

Ora, aqui há ainda dois tipos de regras trazidas para os jogos de tradução, uma subjetiva, fruto das experiências, e uma objetiva, da qual se compartilham valores e costumes por consenso. Entretanto, ainda não estão sendo considerados os processo de significação intersubjetivos do ato perlocucionário do tradutor.

¹⁶ Optei por utilizar a tradução de Danilo Marcondes (In: MARCONDES, 2000. p. 59).

Proponho que ele seja analisado como reação perlocucionária à força ilocucionária do emissor e sua conseqüente ilocução dessa reação para o receptor final. No caso da tradução da frase /No smoke/, a perlocução de um tradutor experiente seria /Proibido fumar/, decisão que demonstra que entre as possibilidades de tradução literal, /Não fume/ e /É proibido fumar/, a força ilocucionária da escolha, uma vez mais adequada ao contexto brasileiro, terá um efeito perlocutório no receptor final mais acentuado.

O resultado da perlocução do tradutor e a conseqüente ilocução representam não somente os aspectos subjetivos das regras que ele traz para o jogo e as referências culturais, a nosso ver objetivas, uma vez fruto de consenso registráveis, como permite o acréscimo da noção de processo de significação intersubjetivo e contextual que se estabelece entre autor, tradutor e receptor final.

Essa noção intersubjetiva, por sua vez, torna-se fator complicador para a expectativa dos modelos de crítica lingüísticos apresentados no capítulo anterior justamente por representar o limite da abordagem das pesquisas que consideram a língua como sistema de normas, desconsiderando o ato perlocucionário do tradutor.

Como também delimita a pragmática da teoria dos atos de fala, por ela não alcançar o caráter fenomenológico das expressões lingüísticas justamente por implicar análises extralingüísticas. Conseqüentemente, após Austin, a teoria dos atos de fala desdobrou-se em axiomas, caso dos estudos de Searle,¹⁷ e Grice¹⁸ que focalizam a intencionalidade do autor e as convenções de uso, ignorando os aspectos extralingüísticos envolvidos no processo de recepção do tradutor.

As estratégias de decodificação de os jogos de tradução como atos de fala foram analisados por George Steiner em *After Babel* (1992).

¹⁷ Searle (1981) desdobra as cinco categorias dos atos ilocucionários de Austin – vereditivos, expositivos, exercitivos, comportativos e compromissivos – em taxionomias que focalizam o aspecto de intencionalidade aplicado à linguagem escrita.

¹⁸ Grice (apud Fawcett, 1997) fundamenta o conceito de implicatura e estabelece as máximas de quantidade, qualidade, relação e gestos, aplicadas a estudos discursivos de linguagem escrita, descrevendo a tradução como uma cooperação intercultural.

2.4 Decodificação e tradução

O autor aproxima as análises filosóficas sobre a linguagem à teoria de tradução, colocando que a tradução existe justamente porque há línguas diferentes. Entretanto, é somente quando exposto a essa pluralidade de códigos que o sujeito reflete sobre a *estranha ordem* da linguagem humana no que diz respeito à *verdade* nela contida.

O processo de decodificação e codificação dos atos de fala, apesar de ficar mais evidente quando dizem respeito a sistemas diferentes, deve ser também pesquisado em atos comunicativos intra-linguais, pois “*dentro ou entre línguas, a comunicação humana equivale a uma tradução*” (STEINER, 1992, p. 49).

A expansão das abordagens teóricas de tradução para a área de teoria da linguagem aponta a possibilidade da *estranha ordem da verdade do mundo* que a linguagem representa sob os padrões lingüísticos que utilizamos para nos expressarmos, determinar a forma como percebemos o mundo. Noção essa que comparo à idéia de projeção de *formas de vida* de Wittgenstein.

Sua proposta é: análises sobre a natureza da linguagem, como um lugar comum epistemológico, devam considerar os estudos da tradução não só sob aspectos técnicos e convencionais. Dessa forma, por intermédio da metáfora do mito de Babel, Steiner argumenta que o logo do cosmos como verdade universal espelhada pela linguagem ideal estaria fadado a não ser mais encontrado em nenhuma língua.

Segundo o autor, nem o desenvolvimento dos estudos lingüísticos de *constructo* universal fundamentados na semântica e na gramática gerativa de Chomsky, nem os esforços das pesquisas antropológicas foram capazes de responder a esta questão que Levy Strauss *considera o mistério supremo da antropologia* (STEINER, 1992, p. 51).

Não há dois sujeitos que compartilhem contextos associativos idênticos (p. 178), pois estes são compostos da totalidade de existências individuais por compreenderem não somente a

soma de memória e experiências pessoais como também um reservatório de subconsciente particular que difere de pessoa a pessoa. Não existe fac simile de sensibilidade, nem espíritos gêmeos (STEINER 1992, p. 178).

Conseqüentemente, todas as formas de discurso pressupõem um elemento de especificidade individual, como um idioleto, não necessariamente sob a noção de linguagem privada de Wittgenstein, que, conforme já argumentado neste trabalho, estabelece primeiramente o limite de mundo pelo limite da linguagem para, a seguir, atrelar as questões sobre as regras do jogo ao sistema de referências subjetivas delas.

Se obedecidas as regras como ordens em jogos, uma vez preestabelecidas, a tendência é justamente que ocorra o estranhamento durante as circunstâncias da interação. A partir da reflexão sobre o estranhamento, é possível refletir sobre as expectativas que por vezes estão descontextualizadas.

O fato de haver referências subjetivas sobre o significado de determinadas palavras ou gestos, a interpretação que se faz dele em contexto deverá passar pela verificação pública para ser validado e apontar para a possibilidade de desenvolvê-lo a partir da adoção de visão panorâmica do contexto mediante a competência estratégica de reconhecimento de sentidos negociáveis intersubjetivamente. No caso da tradução entre autor, tradutor e leitor.

Análogo à Wittgenstein, Steiner considera que todo o registro de comunicação humana carrega consigo uma expressão de conteúdo pessoal, podendo até mesmo a percepção panorâmica do som de determinadas unidades mínimas fonéticas desencadear associações e valores simbólicos específicos. Qualquer forma de expressão e código simbólico está sujeita a contingências de memória e de novas experiências, cujos valores semânticos são afetados por questões tanto individuais quanto histórico-culturais.

Resumindo todo ato de comunicação consciente ou inconsciente, baseia-se em uma construção complexa e fragmentada, que pode ser comparada a um iceberg quase totalmente submerso (...) cuja maior parte de conteúdo é individual e, no senso comum, privado (...). Quando nos comunicamos, falamos da “superfície” de nós mesmos (...). A ilusão da existência da opacidade na linguagem que vivenciamos em atos de fala públicos tornam-se essenciais para o equilíbrio da nossa psique. A língua articulada e internalizada constitui o principal componente e valida a nossa consciência enquanto seres humanos (STEINER, 1992, p. 181).

Apesar de, em certo sentido, o tradutor ser padronizado, aspecto que possibilita a normatização semântica de significados, é no uso de seu conteúdo associativo que testa sua identidade distinta. O uso da língua e sua mútua inteligibilidade são indivisíveis pois

Nossas línguas estruturam e são estruturadas pelo tempo, pela sintaxe do passado, do presente e do futuro (...) pelo fato de a linguagem ser em parte física e em parte mental, a gramática é temporal, cria e informa a experiência do tempo pelo falante (Idem, *ibidem*, p. 168).

A noção da *estranha ordem* da linguagem e da verdade nela contida poderia, portanto, ser mapeada como jogos de linguagem que representariam a forma como se organiza a experiência humana na linguagem e como ela é compartilhada com o grupo, dialogando com a matriz de tempo e espaço na qual o tradutor se localiza por intermédio de formas gramaticais.

Essa localização pode, portanto, ser feita a partir da elucidação do mapeamento das regras que o tradutor traz para os jogos, que também pode ocorrer como fruto de transição da gramática filosófica, que é superficial para a gramática de dimensão profunda de Wittgenstein, na qual se reconhece o “ar de família”.

As questões sobre o significado podem também ser analisadas sob o conceito de força ilocucionária de Austin, que esclareceria aspectos de intencionalidade sem ser necessariamente reduzida a um único método, no caso o lingüístico. A perlocução do tradutor teria conseqüentemente como ferramenta os aspectos perceptivos sobre o que está implícito, inferido, omitido sob determinadas circunstâncias, com propósitos específicos, prevendo diferentes espacializações que acarretam diferentes validações.

Apesar de reconhecer a importância de procedimentos semânticos, históricos e psicológicos para as análises da área, coloca que especificamente no caso de tradução de textos históricos, literários, poesia ou drama, os modelos de crítica desenvolvidos pela lingüística para justificar os desvios decorrentes da heterogeneidade de interpretações tornam-se tão subjetivos quanto imprecisos.

Até mesmo os estudos filosóficos sobre lógica simbólica, que reconheceram que deveria haver, de alguma forma, uma terceira realidade além do fluxo da linguagem, na qual o significado tem um *status* atemporal, não solucionam a determinação de todas as funções que um texto possa ter, consideradas as dimensões do contexto, distante da sua matriz.

No caso da tradução de um texto atemporal como o de Robespierre, ela pressupõe não somente o conhecimento léxico-sintático da língua estrangeira como também o de todas as formas de comunicação convencionalmente aceitas no contexto da época, fato que destaca a posição do tradutor como um *outsider*¹⁹ em relação ao autor.

Conseqüentemente, a busca filosófica pela racionalização ortográfica da personificação²⁰ da cultura e da existência humana na linguagem em face da internacionalização da língua inglesa apresenta um desafio ainda não solucionado pelos modelos de crítica. Em virtude de sua utilização como um *esperanto*, código mundial de comércio, tecnologia e turismo, constitui o agente principal da destruição da diversidade lingüística anteriormente questionada pelos estudiosos da área.

Estudos sobre o status do significado, como a *estranha ordem* da linguagem humana, implica, portanto, esclarecimentos sobre a substância e os limites da tradução, no que diz respeito à possibilidade do tradutor como *outsider*, conseguir alcançar equivalência das regras utilizadas pelo autor (*insider*) utilizador das regras como *insider* (nativo).

A proposta para solucionar esse impasse é a do estudo hermenêutico²¹ acrescido de parâmetro de topologia cultural. Dessa forma, a noção da tradução como uma hermenêutica de responsabilidade, de restituição, de personificação permitiria ao tradutor superar o modelo

¹⁹ A posição do tradutor como um *outsider* (estrangeiro) das regras sintático-semânticas e pragmáticas utilizadas pelo autor (*insider*) implica estranhamento ainda maior do que o ocorrido na tradução de jogos intralinguais.

²⁰ A expressão “personificação” é tradução da adjetivação do substantivo *embodiment*, que equivale também à “encarnação”, ambas derivadas do verbo *embody*, que em inglês significa “incluir como parte de algo, ou incluir, mostrar ou representar por comportamento” (*Cambridge International Dictionary of English*).

²¹ Termo originalmente teológico designa a metodologia própria à interpretação da Bíblia: interpretação ou exegese dos textos antigos, especialmente dos textos bíblicos (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2001).

triádico da distinção entre literalismo, paráfrase e imitação livre, o qual se tornaria contingente sagrado,

(...) seria irônico se a resposta para o mito de Babel, que vaticinou que os homens não conseguiriam mais uma linguagem universal que os permitissem interagir, não fosse mais o pentecoste e sim o pidgin, variação popular do inglês (STEINER, 1992, p.495).

Corroboro a posição de Steiner de que é necessário superar o modelo triádico de distinção entre literalismo, paráfrase e imitação livre, que aponta a dificuldade de os modelos de crítica lingüístico-semânticos aplicados à tradução encontrarem ao esclarecer essa *estranha ordem* da linguagem. Esse fato levou as pesquisas da área a se debruçarem sobre a pragmática, como exporei a seguir.

Arrojo (1993) ratifica a problematização anterior em relação à influência da tradição logocêntrica nos estudos de tradução, na medida em que, para ela, o ato de interpretar a realidade ou o texto só poderia vir depois da compreensão da realidade nele contida. A tradução é, portanto, comparada à leitura detalhada que se faz de textos nativos ou estrangeiros, cuja expectativa é de que

(...) aquilo que necessariamente implica uma tradução – o desencontro com a origem com a diferença no tempo e no espaço que separa o original de sua tentativa de repetição e a interferência de pelo menos uma segunda voz autoral no processamento de significação – possa ser encaixado no bom comportamento previsto pelo racionalista de equivalências perfeitas e estáveis, imunes a qualquer perspectivismo (ARROJO, 1993, p. 53).

Contrapõe essa abordagem colocando que é na linguagem metafórica que o homem trabalha a verdade e não na essência das coisas. Conseqüentemente, não pode haver resgate total dos significados originais de um texto, ou das intenções de seu autor, porque nem o próprio autor estaria plenamente consciente de todas as suas intenções e de todas as variáveis que permitiram a produção de seu texto.

Considerando que os moldes logocêntricos são incompatíveis com a noção pragmática de jogos e de força ilucionária na linguagem, as colocações de Arrojo corroboram os modelos de crítica de Hatim e Masom e Fawcett, segundo os quais o reconhecimento

pragmático do contexto é visto como estratégia de facilitação de alcance de fidelidade ao significado do original pelo tradutor.

Ora, se as convenções contextuais, além da recorrência logocêntrica aos registros sociolingüísticos, são pragmaticamente estabelecidas no momento em que o objetivo e as circunstâncias do texto são interpretados pelo leitor-tradutor, as projeções de formas de vida efetivadas como efeitos de perlocução de textos atemporais ficam mais sujeitas à verificação, problematizando o parâmetro de lógica consensual que analisei a partir da teoria dos atos de fala.

Nessa perspectiva, a pragmática fica incumbida de categorizar as diferentes tipologias de convenções contextuais a fim de serem estabelecidos parâmetros de validação do processo de significação das expressões lingüísticas em complementação ao aspecto veriditivo das descrições.

Herman Parret compila alguns estudos que procuram distinguir aspectos da filosofia da linguagem e da lingüística ligados ao contextualismo da pragmática e, em 1988, com a publicação de *Enunciação e pragmática* estabelece cinco tipos de pragmática, que admitem superposições e se relacionam aos tipos de contextos considerados relevantes para uma descrição e explicação do discurso e de outras seqüências semióticas.

2.5 Pragmática do contexto

Inicia seus estudos apontando que a discussão entre semântica e pragmática sobre a normatização da validação do significado foi desdobrada em dois parâmetros filosóficos distintos.

O parâmetro da vertente anglo-saxônica, que introduz o conceito de contexto situacional e psicológico, desenvolvido a partir dos estudos de Carnap e Morris,²² e relacionado à seqüência discursiva ao usuário do sistema lingüístico. Ele é analisado como um conjunto de dados psicoacústico-biológicos que atua como um componente do contexto indexicalizado²³.

A partir dessa abordagem, a lingüística contemporânea, que passa a considerar os signos pragmaticamente motivados, diferentemente da saussuriana, categoriza epistemologicamente²⁴ as análises sobre as regularidades que ocorrem durante a utilização da língua em três níveis: a que se apóia no aspecto estrutural saussuriano; a da lingüística gerativa-transformacional, de Chomsky (1978), que se centra na noção da regra e a da lingüística pragmática, a partir das noções de estratégias de discurso de Wittgenstein na fase das *Investigações* (1991).

O segundo parâmetro filosófico seria o desenvolvido pela Academia continental,²⁵ com base nos estudos de Frege, Husserl e Russel, cujas análises são procedidas sob conceitos psicológico e histórico da noção de subjetividade proposta *pela teoria de comunicação*, os quais, por sua vez, são deslocados para a teoria da enunciação que estabelecem indicadores ou marcadores convencionais durante o percurso narrativo. É sob essa vertente que o autor categoriza cinco tipos de pragmáticas: do co-texto, situacional, acional, psicológica e existencial.

²² Morris e Carnap dão um passo importante para um programa de unificação da ciência que ficou conhecido como Positivismo Lógico. Os ramos da sintática, da semântica e da pragmática designariam semiótica separadamente. A referência ao locutor diz respeito à pragmática. A referências às expressões e aos significados dizem respeito à semântica. Se analisarmos somente as relações ente as expressões estamos no campo da sintaxe (lógica). (ROCHA, 2006).

²³ “Pela palavra índice, pode-se designar uma relação causal posta entre um fato lingüístico e o objeto significado” (DUBOIS et al., 2001).

²⁴ O termo grego epistémé significa ciência em oposição a dóxa (opinião) e a techné (arte e habilidade). Diferentemente do sujeito psicológico ou individual, o sujeito epistêmico é o conjunto das propriedades da razão universais e idênticas em todos os indivíduos (MARCONDES; JAPIUSSÚ, 2001).

²⁵ A terminologia “continental” refere-se aos conceitos desenvolvidos pela academia européia em contraposição à filosofia “peninsular”, que se refere aos conceitos desenvolvidos pela academia anglo-saxônica.

A pragmática do contexto como co-texto funciona como um contexto de decodificação diferentemente das gramáticas sentenciais e semânticas proposicionais clássicas, como a de Frege. Metodologicamente, propõe-se, a partir da sintaxe textual, explicar a coesão e a coerência textuais como categorias gramaticais, conectando-as a outros tipos de contextualidade, que se desdobra em abordagem semiótica discursiva.

Ainda sob essa vertente, Diana Barros (1999) coloca que as relações entre enunciação e discurso são examinadas pela semiótica textual ²⁶sob a forma de diferentes projeções das coordenadas espaço-temporais: não devem ser confundidas com o sujeito, o espaço e o tempo da enunciação. O texto é concebido, portanto, como objeto de significação e objeto de comunicação cuja construção de sentidos é procedida tanto por mecanismos internos quanto externos ao sujeito.

Para construir o sentido do texto, a semiótica concebe seu plano de conteúdo sob a forma de um percurso gerativo, que passa por três etapas: estruturas fundamentais nas quais surge a significação como uma oposição semântica mínima; estruturas narrativas, sob as quais, do nosso ponto de vista e do nível do discurso, assume-se a narrativa ao enunciá-lo. Para projetar as estruturas discursivas do percurso narrativo, faz-se uma série de opções fruto das pressuposições do tradutor.

Colocação que permite a aproximação dessa dinâmica de projeções de pressupostos no percurso narrativo da noção de formas de vida como regras trazidas para os jogos. De acordo com as *Investigações*, elas são passíveis de uma análise contextual/panorâmica sobre os efeitos semióticos do texto, como signo em relação a outros signos envolvidos no processo de perlocução.

Ora, por mais que as análises discursivas textuais atemporais se fundamentem em normatizações sistêmicas da língua, não podem ser desconsiderados os signos

²⁶ Semiótica textual. Teoria semiótica desenvolvida por A.J.Greimas e pelo grupo de investigações Sêmio-lingüísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Estuda questões de uso da língua ou as implicações do contexto social e histórico dos falantes. (BARROS, 1999)

extralingüísticos envolvidos no texto como signo original, cuja atemporalidade, no caso da tradução, implica por vezes estranhamento das regras.

Dessa forma, José Luiz Fiorin (1996) resgata a dicotomia saussuriana entre *langue* e *parole* e coloca que, a partir das reflexões de Jakobson e de Benveniste, a noção de enunciação como especificidade situacional de comunicação, amplia-se e passa também a ser reconhecida como categoria na constituição do discurso, comparada à categorização estrutural da vertente filosófica anglo-saxônica.

Portanto, a noção de enunciação passa a ser vista não mais como um aglomerado de frases, mas um todo de significação que será definido como um processo semiótico que envolve os fatos (relações, unidades, operações, etc.) situados no eixo sintagmático da linguagem, portanto, que dizem respeito à fala.

A enunciação com o ato é estudada por uma teoria narrativa, como um simulacro de ações humanas, que por catálise permite a reconstrução do ato gerador do enunciado. Graças às relações de pressuposição que os elementos manifestos do discurso mantêm com os que estão implícitos, dos elementos deixados elípticos nos diferentes níveis de articulação discursiva (GREIMAS E COURTÈS, 1979, p. 33, apud FIORIN, 1997).

Nesse trecho fica clara a noção implícita em estudos discursivos de que existe a possibilidade de o ato gerador do enunciado ser reconstruído em uma dinâmica de *simulacro*. A estratégia de análises da narrativa humana como simulacro é atemporal, acaba, portanto, por ratificar a crença de que existe uma linguagem ideal pertencente ao mundo das formas cujos significados sîgnicos podem ser recuperados por estudos pragmáticos da linguagem.

No que concerne aos estudos de tradução, o aspecto logocêntrico dessa vertente por si só implica a ocorrência de desvios de significado que acabam por justificar circunstancialmente a máxima *Traduttore, tradittori*.

Fiorin destaca três questões a serem consideradas para que, sob a abordagem de simulacro, a análise discursiva seja validada. Primeiramente, para a produção de um enunciado é necessário competência textual, interdiscursiva, intertextual, pragmática e

situacional; a seguir devem ser considerados os aspectos éticos implícitos na informação e, por fim, a existência do acordo entre o enunciador e o enunciatário.

Essas questões ratificam as estratégias pragmáticas de recorrência a registros sociolingüísticos, para que, a partir deste *saber prévio*, seja possível decodificar o texto; adotar uma postura ética e moral diante da enunciação; e recorrer ao discurso retórico²⁷.

Conforme retomada nos modelos teóricos de tradução desenvolvidos por Hatim e Masom (1994) e Fawcett (1997), sob a terminologia de contexto funcional, a pragmática de contexto situacional parte de registros de pesquisas sociolingüísticas, que, por dizerem respeito a classes amplas de indicadores sociais, acabam por determinar parcialmente o significado do original, se forem consideradas as heterogeneidades que ocorrem na perlocução.

Como posto por Fawcett, as estruturas argumentativas e persuasivas do discurso, ao se apoiarem nas hierarquias sociais, restringem os papéis desempenhados pelos participantes do ato comunicativo e as análises de produção e compreensão dos conteúdos nele envolvidos.

Exemplifico essa tendência de análise contextual situacional aplicada a pesquisas de tradução, procedida por intermédio de estratégias de simulacro discursivas, retomando as três dimensões tradutórias propostas por Hatim e Masom (1994). A dimensão comunicativa, que à época, segundo os autores, se encontrava incipiente em termos teóricos; a pragmática, que é relacionada à habilidade de se fazerem coisas com as palavras; e a dimensão semiótica, que diz respeito a uma noção comunicativa, incluindo o valor pragmático do texto como signo dentro num sistema de outros signos.

A interdependência dessas noções é demonstrada pelo problema enfrentado da tradução para o inglês dos “títulos honoríficos” (Sayyid/ HH the Amir Shaikh / the Sheik) encontrados em um mesmo texto árabe publicado, sob as formas:

²⁷ Chama-se retórica o estudo das propriedades dos discursos (fala-se também de análise do discurso). A retórica comporta, em particular, o estudo de três componentes essenciais do discurso: a *inventio* (temas e argumentos), a *dispositio* (arranjo das partes) e, sobretudo, a *elocutio* (escolha e disposição das palavras). Acrescenta-se, seguidamente, a *pronuntiatio* (ou modo de enunciação) e a *memoria* (ou memorização) (DUBOIS et al., 2001, p. 522).

Texto 1 – *Sayyid Faisal bin Ali, The minister for National Heritage and Culture, left Muscat yesterday for New York.*

Tradução – Xeiue Faisal bin Ali, ministro da Cultura e Patrimônio Nacional, partiu de Muscat para Nova Yorque.

Texto 2 – *HH the Amir Shaikh Isa Al Khalifa received Shaikh Mohammad Al Khalifa, the Foreign Minister,... and Ghazi Al Gosaibi, Bahrain's ambassador to the United States.*

Tradução – Sua Excelência o Xeiue Isa Khalifa recebeu o Xeiue Mohammad Al Khalifa, ministro de Relações Exteriores... e Ghazi Al Gosaibi, embaixador de Bahrain nos Estados Unidos.

Texto 3 – *And when he had accomplished that, there was such a shouting and singing and hustle and bustle, a veritable babel, that was only restrained when the sheik, their father got up...*

Tradução – E quando ele conseguiu aquilo, houve tanta gritaria, canto, alvoroço e animação, uma verdadeira babel, que somente foi contida quando o Xeiue, seu pai, levantou...

Em todos os textos, a dimensão comunicativa foi uma questão de nível de formalidade, que requereu conhecimento sobre os valores pragmáticos além do significado semântico lexical. No texto 1, o título *sayyid* foi mantido por se tratar de um descendente do profeta Mohammad. Em outros contextos ele poderia ter sido substituído por Mr. (senhor). Nos textos 2 e 3, o título Shaikh foi mantido por razões descritas em notas de roda-pé, a saber Shaikh ou sheikh significa literalmente pessoa mais velha; Shaikh pode se referir a um doutor em medicina ou religião, já que no Islam não há sacerdotes, ou até mesmo senador, ao passo que sheikh é usado no texto 3 em sinal de respeito a um chefe de família como também a alguém que memorizou o Corão.

Assim, as questões convencionais da pragmática situacional que determinam as escolhas do tradutor acabam por desembocar na pragmática acional, cuja proposta, fundamentada na teoria dos atos de fala, de Austin, é determinar classes de situações que especifiquem as seqüências lingüísticas como ações contratuais estabelecidas por convenções sociais.

Convenções que implicam a assunção das intenções das regras trazidas para os jogos como forças ilocucionárias, ao mesmo tempo que apontam as expectativas dos nossos interlocutores para que as reconheçam e se alcance o consenso.

Hatim e Masom (1994) enfatizam a inter-relação estabelecida no texto entre os três atos de fala: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. É ela que dá suporte para o tradutor manter sua coerência interpretativa, como ilustra este texto em francês:

Avant que la nuit s'installe, une parure d'étoiles./ Trompeuse (Pomonti 1979, apud Hatim e Masom, 1994), /Antes que a noite se instale, um adorno de estrelas. / Enganadora/.
 A ele, um grupo de tradutores em treinamento deu as seguintes sugestões:
 Sugestão 1: /*As night draws on, the sky is deceptively adorned with stars*/ ,/Na medida em que a noite avança, o céu se adorna enganosamente com estrelas/.
 Sugestão 2: /*As night draws on, the sky is adorned with stars. It is misleading*/. /Na medida em que a noite avança, o céu é adornado com estrelas. É enganador/.
 Sugestão 3: /*As night draws on, the sky is adorned with stars. But appearances are deceptive*/. /Na medida em que a noite avança, o céu se adorna com estrelas. Mas as aparências são enganadoras/.

Os autores consideram a primeira solução inadequada por unir as duas frases, o que provoca a perda da força ilocucionária que a palavra “*trompeuse*”, separada, assume no poema. A fala está personificada justamente na frase “*trompeuse*”, que conota o pessimismo após o primeiro momento de euforia.

Na segunda tradução, a solução carece de pontuação que explicita a seqüência dos dois momentos. Na terceira, apesar de não haver equivalência dos atos ilocucionários separadamente, há equivalência de seqüência temporal.

Por sua vez, sob a abordagem da pragmática psicológica, também são pesquisados aspectos de enunciação como ação intencional em atos de fala. Ela se propõe, por intermédio de análises conceituais de uso da linguagem e observações empíricas de comportamento, a

estabelecer categorias mentais e psicológicas chamados *frames*²⁸, que permitem o reconhecimento das intenções, crenças e desejos do falante graças ao sentido de seus enunciados.

Assim, a pragmática psicológica não representa a *vida da mente*, mas a parte da atividade mental realizada em procedimentos de produção e compreensão de processos lingüísticos determinados gramaticalmente. Oriunda da lógica dos pressupostos semânticos, diz respeito a uma categoria mais ampla de comportamento significativo dos jogos de linguagem e propicia interpretações sobre objetos não verbais tais como filmes, fotografias, gestos, pinturas, que envolvem aspectos de referência extra-lingüística, sem entretanto considerar a subjetividade interpretativa do processo de recepção.

O mapa conceitual da semântica discursiva proposto por Van Dijk (1999) exemplifica a busca pela sistematização do processo cognitivo fundamentada em análises discursivas, cujo mapeamento implica a existência dessas múltiplas conexões, que se estabelecem, entre os significados do discurso e o uso real na comunicação.

²⁸ Frame – É o nosso conhecimento de mundo e a sua organização mental que decidem se as condições necessárias à adequação dos atos de fala foram realmente são preenchidas ou não (VAN DIJK, 1999, p. 80).



Figura 1 – Esquema dos princípios competentes de uma análise semântica do discurso
Fonte: VAN DIJK, 1992, p. 72

O mapeamento cognitivo da estruturação de frames é analisado a partir de premissas pragmáticas, fundamentadas na lógica do pressuposto na qual o falante sabe que P/o falante acredita que P/ o falante quer que P/ o falante considera bom que P/.

Essa série de processos através do quais os usuários da língua atribuem forças ilocucionárias a enunciados particulares constitui-se na possibilidade de serem compreendidas pelos ouvintes as informações emitidas

Sob padrões comunicativos, essas informações vêm de vários pontos e através de vários canais, a saber:

a. propriedades das estruturas dos enunciados (como se determinadas por regras gramaticais);

b. propriedades para-lingüísticas: velocidade, ênfase, entoação, tom, etc., além de gestos, expressões faciais, movimentos corporais, etc.;

c. observação/percepção real do contexto comunicativo (presença e propriedade dos objetos, pessoas, etc.);

d. conhecimento/crenças já armazenados na memória a respeito do falante e suas idiossincrasias, ou sobre outras características da situação social;

e. em particular, conhecimentos e crenças relativas aos tipos de interação em curso e estruturas dos contextos precedentes à interação em curso e estruturas dos contextos precedentes à interação;

f. conhecimento/crenças derivados de atos de fala precedentes, isto é, partes precedentes do discurso, tanto no nível micro (ou local) quanto no nível macro (ou global);

g. semântica geral, em particular a convencional, conhecimentos sobre inter(ação), regras, etc. – em especial as da pragmática; e

h. outros tipos de conhecimento do mundo (frames).

O único princípio organizador envolvido nas investigações sobre a execução adequada de uma ato de fala é o de relacionar certos propósitos, intenções e certas ações (enunciados com determinadas propriedades) a estados e eventos contextuais (VAN DIJK, 1999, p. 77 e 79).

Assim, os estudos cognitivos pragmáticos fundamentados em frames conceituais e empíricos objetivam esclarecer aspectos fenomenológicos das propriedades psicológicas e

sociais do processamento lingüístico durante a interação comunicativa. Fornecem insights²⁹ não apenas sobre processos e estruturas envolvidas na produção real, compreensão, armazenamento, reprodução e outros tipos de processamento das sentenças e discursos, como também sobre as formas de planejamento, execução e compreensão das ilocuções em atos de fala.

A partir do mapeamento desses procedimentos, alguns grupos de pesquisa europeus, dentre os quais destaca-se o da Universidade Autônoma de Barcelona têm procurado desenvolver parâmetros que esclareçam a noção de competência tradutória, que será desdobrada no próximo capítulo deste trabalho.

A diferença entre os frames pragmáticos e psico-lingüísticos se relacionam às análises desses últimos sobre aquisição de linguagem, que não interessa à pragmática. Para a psicolingüística, a linguagem é adquirida a partir de fundamentos neurofisiológicos ou biológicos da atividade mental, abordagem que desconsidera as relações que se estabelecem entre os conteúdos mentais e as suas representações em expressões lingüísticas.

Dentro dessa perspectiva, a noção de contexto é uma abstração teórica derivada de uma situação físico-biológica, considerada irrelevante pelos estudos pragmáticos do contexto, justamente pelo fato das investigações psico-lingüísticas dizerem respeito ao posto e não ao dito, característica das análises sobre a enunciação.

Conseqüentemente, a noção de pressuposição constitui-se em pré-condição pragmática e passa a ser pesquisada como propriedade contextual. A contextualização relaciona-se à habilidade do falante/tradutor em atribuir às sentenças uma determinada força ilocucionária que será fruto dos frames apoiados nas lógicas estrutural e consensual.

Isto posto, fica claro que durante o processo tradutório, a lógica dos pressupostos determina a contextualização do original. A partir dos pressupostos semânticos, as

²⁹ *Insights* representa o fruto da síntese de todos os componentes informacionais da compreensão pragmática quando ela não consegue atribuir uma força ilocucionária definitiva (VAN DIJK, 1999).

informações recebidas são relacionadas ao conhecimento lingüístico e outros conhecimentos arquivados em sua memória. Movimento análogo ao reconhecimento da função referencial, contextual cognitiva, apontada por Jakobson como mote facilitador da compreensão das demais funções de linguagens textuais.

Localizando o aspecto informacional para reconhecimento da força ilocucionária que pode vir da observação, da percepção real do contexto comunicativo (presença e propriedades dos objetos e pessoas), Parret estabelece a categoria da pragmática existencial, na qual são retomadas algumas questões aqui já colocadas sobre a teoria do conhecimento no que diz respeito à *estranha ordem* da significação diante do objeto.

Essa categoria de contextualização, procedida pela lingüística estruturalista a partir de trabalhos de filósofos e filólogos, coloca que as seqüências lingüísticas ganham sentido pela relação com seus referentes, estado de coisas e acontecimentos, retomando, portanto, as questões sobre *Sinn*, sentido e *Bedeutung*, significado ou referência, levantadas pela Filosofia da linguagem na Virada Lingüística.

É, portanto, a pragmática existencial que desloca a noção de veridicção semântica para a validação pragmática, propiciando o desenvolvimento de parâmetro que permita análises sobre o falante, seu interlocutor e sua localização espaço-temporal, sem recorrer a noção objetiva dos frames semânticos para esclarecimento do processo de significação.

O parâmetro verifuncional é estabelecido quer pela noção de índices desenvolvida por Benveniste (1966, apud Parret, 1988), quer pela noção de expressões indiciais desenvolvida por Russel (1905, apud Parret, ibidem) ou categorias dêiticas de pessoa, tempo e espaço, como elementos identificadores.

Os aspectos ontológicos dos objetos, estados de coisas e acontecimentos no mundo, desenvolvidos pelo atomismo lógico, são indiciados ou relativizados a uma determinação verifuncional. Índices sobre pessoa, tempo e espaço, considerados abstratos pela pragmática

psicológica passam a fazer parte de análises sobre fenômenos gramaticais de modalidade do modo e dos tempos verbais.

(...) já vimos que tudo o que pertence à relação entre a temporalidade da enunciação e a do enunciado está no domínio da localização espacial. Os acontecimentos que não têm temporalização podem ser apresentados sucessivamente ou simultaneamente. A sucessão pode respeitar a relação de implicação lógica ou não, pode desenrolar-se de maneira progressiva em seu encadeamento de causa e consequência ou não (FIORIN, 1996, p. 242).

É importante enfatizar que essa abordagem opõem-se ao aspecto reducionista da maior parte das análises fundamentadas somente em regras, pois julga que não há enunciação em lingüística sem implicações filosóficas e considera a enunciação como um esforço teórico de reconstrução do contexto que transcende as normas observáveis das convenções lingüísticas, porém aplicável a domínios específicos e empiricamente reconhecíveis.

Concordo com o aspecto reducionista das análises que se apóiam em regras e acrescento que o parâmetro de semiótica textual para validação de reconhecimento de contexto aplicados em análises de textos atemporais, como apresentado nos modelos de crítica sociolingüísticos de Hatim e Masom (1994) e Fawcett (1997) deixam claro que, o tradutor ao inferir a partir de frames, similares às regras trazidas para os jogos de significação, aciona a lógica subjetiva que por vezes, interfere no alcance de fidelidade ao original.

É justamente essa dinâmica de pressupostos a priori, muitas vezes não percebida, que impede o alcance da literalidade. Assim, a noção da pragmática existencial acaba também por dizer respeito não só, como abordado pela pragmática indicial ao mundo real, como a todos os mundos possíveis, por intermédio da teoria dos modelos em colaboração com a lógica modal³⁰.

Entretanto, a independência e autonomia ontológica dos contextos reais e possíveis em relação ao discurso, colocada pela filosofia dos lógicos modais é questionada por Parret que diz:

³⁰ Lógica modal trata do sistema lógico que leva em conta não só as inferências entre sentenças declarativas do tipo "S" e "P", mas também entre sentenças que expressam modalidade, isto é, relações de necessidades, possibilidades e impossibilidades ente os termos "S" e "P". Noções já tratadas por Aristóteles em seu *Organon* (MARCONDES; JUPIASSÚ, 2001, p. 166).

Como pode um mundo possível ser um referente sem qualquer intermediação psicológica ou sem algum impacto de faculdades psicológicas como a imaginação e a construção de conceitos? (1988, p. 18).

Dessa forma, a proposta de categorização das pragmáticas do contexto, por intermédio de mapeamentos das possibilidades de contextualizações, acaba por deslocar as pesquisas das regras gramaticais para a noção de gramática filosófica de Wittgenstein, explicitada no texto:

Evidentemente, a “gramática” que interessa ao estudioso de pragmática é antes a de Wittgenstein do que a de Chomsky: Wittgenstein (1953), padroeiro dos filósofos e semiotistas orientados pragmaticamente, desenvolve uma noção de gramática profunda, que é, na realidade, a gramática de todo o uso da língua, em sua diversidade e infinidade (PARRET, 1988, p. 22).

Entretanto, a noção de gramática profunda de Wittgenstein, apesar de aventar as contingências do uso infinito da linguagem, ainda se encontra para os estudos pragmático-lingüísticos análoga ao conceito de estrutura profunda de Chomsky que separa as investigações sobre competência lingüística do seu uso pela performance.

Retomo a questão sobre o reconhecimento do contexto como estratégia de compreensão dos significados das expressões lingüísticas do original pelo tradutor para propor investigação sobre o ato tradutório análoga à noção de visão panorâmica dos jogos de linguagem, hipótese já aventada por Jakobson na passagem:

(...) A estrutura verbal de uma mensagem depende basicamente da função predominante. Mas conquanto um pendor para o referente, uma orientação para o CONTEXTO – em suma, a chamada função referencial, “denotativa”, “cognitiva” – seja a tarefa dominante de numerosas mensagens, a participação adicional de outras funções em tais mensagens deve ser levada em conta pelo lingüista atento (1972, p. 123). (grifos do autor).

Apesar das expressões lingüísticas denotarem outras funções de linguagem, essas são orientadas para a função cognitiva da linguagem que possibilita o mapeamento das estratégias de contextualização do original, verificável pelo produto lingüístico da tradução, à medida em que as escolhas semântico-pragmáticas do tradutor ao contextualizar o original, representam as lógicas estrutural e consensual das expressões lingüísticas utilizadas nos jogos.

Eugene Coseriu (1991) já havia colocado que a função expressiva³¹ da linguagem em atos de fala não se constitui em pura reação, como previsto por Austin. Expressões muito semelhantes podem por vezes levar a significados diferentes, de acordo com o contexto nos quais são interpretadas. Caso do campo semântico das palavras, “cavalo” e “corcel”, que só terão seus significados correspondentes validados em contextos específicos.

Rosemary Arrojo (1992b) exemplifica essa bipolaridade de realidades contextuais, sugerindo um concurso de fantasias realizado na cidade de São Paulo na década de 1920, cujo tema seria Cleópatra, rainha do Nilo. A fantasia escolhida pelos jurados seria fotografada e, se comparada a um concurso da década de 1970, provavelmente mostraria as diferenças, fruto das idiosincrasias interpretativas que ocorrem na prática de tradução atemporal.

Na práxis do cotidiano, para que o significado da observação do objeto seja compartilhado durante os jogos de linguagem e o ato comunicativo seja bem sucedido, é necessário que se privilegie a vivência contextual intersubjetiva, fato que a torna singular.

Rajagopalan (2002) ratifica o aspecto de singularidade do uso lingüístico pela fala e aponta o fato de a maioria das teorias pragmáticas ter objetivado delimitar a prática lingüística em vez de descrevê-la ou explicá-la, justamente por não considerar que ela se distingue pelos tropeços, acasos e imprevisibilidades, que serão determinadas pelo contexto.

À medida em que a expectativa da pragmática enquanto campo diferenciado da lingüística, é a de analisar o sistema interno dos demais componentes da linguagem, principalmente a lógica sintática, ela acaba por transformar-se no lugar das sobras da lingüística. As regras de decodificação sistematizadas pelas teorias lingüísticas sintático-semânticas e pragmáticas, não explicam a heterogeneidade que ocorre no ato tradutório atemporal.

³¹ Função expressiva é a função da linguagem mediante a qual a mensagem está centrada no falante, cujos sentimentos expressam essencialmente (DUBOIS et al., 2001).

Conseqüentemente, a tradução dos signos lingüísticos e extralingüísticos implícitos na mensagem problematiza o alcance da fidelidade ao significado do autor, estabelecendo o paradoxo dos modelos de crítica fundamentados na língua como sistema, cujas expectativas são de que a decodificação objetiva do significado do texto não altere o sentido do original.

Ora, se a decodificação diz respeito ao sentido e ao significado, como no ato tradutório atemporal podem ser estabelecidos parâmetros que atendam só a um lado da mesma moeda?

É fato que a decodificação de uma língua estrangeira pressupõe que durante o processo de significação do tradutor sejam acionados frames sistematizados a priori, entretanto, é na experimentação do processo de contextualização dos signos lingüísticos e não lingüísticos que a pragmática existencial pode ser investigada.

Assim, é no processo de decodificação da força ilocucionária que se encontram as regras trazidas para os jogos. A semelhança semântica, o ar de família reconhecido a fim de que sejam evitados estranhamentos, nem sempre contextualiza objetivamente os signos extralingüísticos da mensagem original, causando paradoxalmente desvios na tradução.

Dessa forma, a noção de decodificação demanda análises de cognição situada no contexto, cuja avaliação de conteúdo de expressão depende da rede de lógicas envolvidas na ocasião do processo de significação.

Acrescento que os modelos de crítica de tradução lingüístico-pragmáticos subjetivam o texto em vez de objetivá-lo. O ato perlocucionário da tradução só seria literal se a mente do tradutor não acionasse a cognição. Como o tradutor se manteria passivo durante o processo de significação?

Se o processo de significação da mente do tradutor se estabelece a partir da verificação do sentido e do significado que ele atribui ao texto durante a tradução, esse não se constitui somente em um ato de decodificação simbólica e consensual, implica aspectos cognitivos inerentes à atividade.

Característica que problematiza o alcance das explicações lógico-gramatical e consensual sobre a singularidade de significação do tradutor diante de um texto-signo que por ser atemporal, se coloca como receptáculo de interpretações do leitor.

No caso do ato de legendação, objeto deste trabalho, a simulação do jogo comunicativo que se estabelece entre o legendista, o texto audiovisual e a audiência demanda esclarecimentos sobre a cognição do legendista ao contatar o posto diferentemente dos tradutores de textos atemporais, que contatam o dito.

As regras implícitas nos jogos de legendação sugerem que a função semiótica da realidade indique as características de percepção do processo do legendista, que o habilitam a alcançar a coerência entre texto audiovisual e legenda.

Portanto, objetivando buscar argumentos para prosseguir essa análise, acrescento aos modelos de crítica lingüístico-pragmáticos, a abordagem semiótica de Peirce (2003) de investigação triádica sobre a interpretação do signo, cujo status da referência aos signos extra-lingüísticos coloca-se como um signo que interage com outros signos por intermédio do interpretante.

Nessa rede de possibilidades de significação, a habilidade do legendista de fazer coisas com as palavras representa o valor semiótico pragmático do signo e desloca o foco dos parâmetros do significado da autoria para a cognição do tradutor, na qual a lógica do interpretante atua como agente regulador da rede de signos à qual o legendista é exposto, bem como propicia desenvolvimento de parâmetro de competência contextual para os jogos de legendação.

Capítulo 3

Competência contextual e a semiose da tradução

Conceitos nos levam a investigações. São a expressão de nosso interesse e o dirigem.

Paralelo enganador: a psicologia trata de processos na esfera psíquica, como a física, na esfera física.

Ver, ouvir, pensar, sentir, querer, não são objetos da psicologia no mesmo sentido que o movimento dos corpos, os fenômenos elétricos, etc. são objetos da física. Isto você percebe pelo fato de que físico vê, ouve esses fenômenos, reflete sobre eles e o transmite a nós, enquanto que o psicólogo observa as manifestações (o comportamento) do sujeito. (I.F. 570-571).

A possibilidade de a abordagem semiótica peirciana ser aplicada aos estudos de tradução já havia sido aventada por Jakobson (1971). O fenômeno de mudança de código (*code switching*) entre duas comunidades lingüísticas vizinhas, as quais, mesmo apresentando diferenças dialetais, tendem a se entender durante o ato de fala, fosse investigado por intermédio da noção do interpretante como componente do processo cognitivo.

Peter Newmark (1982) acrescenta que os aspectos da lógica e da filosofia levantados por Charles Sanders Peirce seriam de extrema importância para o aprofundamento dos estudos da fala como língua em contexto de tradução, na medida em que:

O significado de um signo consiste em todos os efeitos que possam ter as suas relações em um determinado interpretante, o qual variará de acordo com o seu intérprete – nenhum signo, portanto tem um significado pré-estabelecido (p. 5).

Hatim e Masom (1994), por sua vez, sugerem que o processo de tradução seja pesquisado à luz da lógica interpretativa do tradutor como agente regulador da interação entre os signos aos quais ele é exposto. De acordo com os autores, a vantagem da abordagem semiótica peirciana é que ela advoga o início da experiência do signo por intermédio de signos extralingüísticos. “Entretanto, as identificações tornam-se imprecisas para o pesquisador de tradução, por faltarem terminologias lingüísticas por intermédio das quais se possa falar sobre significado extralingüístico” (p. 108).

O processo de tradução como visão panorâmica de jogos de linguagem de legendação, análoga à experiência da mensagem como signo por intermédio de signos extralingüísticos, permite investigação sobre a rede de lógicas³² envolvidas na competência do legendista em contextualizar o texto audiovisual, que se coloca como estratégia de alcance de literalidade ao sentido e significado do original.

3.1 A noção de competência em tradução

Stroonbants (1994) coloca que o desenvolvimento de parâmetros de competências para avaliação de ensino e aprendizado é fruto de pesquisas pedagógicas fundamentadas na sociologia da educação, que se questionam sobre o tipo de saberes a serem ensinados. A noção de conhecimentos em construção impõe-se, a fim de quebrar modelos cognitivos culturais, como saberes disciplinares que predominavam na esfera educativa.

As competências se enriquecem também com todas as aptidões que se destacam dos saberes técnicos. (...) a fórmula mais corrente para definir essas capacidades consiste em justapor a palavra “saber” a uma ação ou a um verbo de ação. (...) esses conhecimentos tácitos não parecem ser adquiridos de outra forma senão no local de trabalho (p. 141).

Para tal, pesquisadores como Ropé (1994) partem dos resultados de uma pesquisa de experiência de avaliação em processo de ensino e aprendizagem da língua estrangeira feita nas décadas de 1970 e 1980, na qual relaciona-se o conceito de competência ao de *performance* lingüística como parâmetro de análise do processo comunicativo em língua estrangeira.

Desenvolvi pesquisa sobre ensino de método comunicativo em língua inglesa em laboratório de línguas, publicada em (1998), na qual aponte a necessidade de ser investigada a *performance* da competência lingüística como parâmetro de

³² Rede de lógicas como estrutura cognitiva diz respeito ao modo como vemos os mundos físico e social, incluindo nele todos os fatos, conceitos, crenças e expectativas assim como o padrão de suas relações mútuas (CABRAL; NICK, 1996. p. 61).

contextualização de mensagens em língua estrangeira, facilitador de “desenvolvimento de novas metodologias de ensino que permitam ao aluno construir um processo de aprendizagem com características individuais” (REIS, 1998, p. 15).

À época, coloquei que a noção de *performance* em atos de fala comunicativos poderia esclarecer algumas questões deixadas em aberto por Chomsky, uma vez acreditar que é na ação pela linguagem que surgem as causas das variáveis dos processos de significação, tais como percepção, memória e pensamento, não passíveis de sistematização pelos estudos lingüístico-pragmáticos como concluído no capítulo anterior.

Ropé (1994) ratifica essa colocação relatando na mesma publicação que, no final da década de 1970, os grupos de lingüística aplicada, apoiados na gramática gerativa de Chomsky, dissolvem-se na França justamente por não terem chegado a um consenso sobre a noção de desenvolvimento da *performance* apoiada na lingüística.

Conseqüentemente, a dificuldade de estabelecer o parâmetro de lingüística aplicada a investigações sobre a *performance* comunicativa em língua estrangeira direcionou as pesquisas metodológicas para parâmetros didáticos de avaliação de competências.

Essas competências são localizadas e compostas de indicadores, microprocessos que facilitam a avaliação da *performance*, divididos em três níveis. Primeiramente, a competência de leitura, que diz respeito à compreensão de textos escritos. A seguir, a competência de identificação de fatos da língua necessários para a compreensão de textos, tais como aspectos estruturais e semânticos; e, por fim, a competência de observação, que permite a investigação de aspectos de estruturação do conhecimento.

Relaciono essas competências às lógicas estrutural e consensual e destaco a competência de observação, que diz respeito justamente a aspectos epistemológicos da *performance* na tradução de línguas estrangeiras.

Pesquisas sobre a natureza da linguagem são, portanto, relacionadas aos mecanismos de tradução que permitem o exame das relações estabelecidas entre o original e o traduzido, à luz dos parâmetros de literalidade à forma do original, fidelidade ao sentido e aspectos subjetivos da interpretação do tradutor.

A tradução, segundo Arrojo (1992 a), constitui-se em uma das mais complexas atividades humanas e sugere esclarecimentos sobre a competência de produção de significado em um segundo código. O desenvolvimento de competência tradutória, a partir do aprofundamento dos aspectos extralingüísticos implícitos nas abordagens pragmáticas dos modelos de crítica como procedimento metodológico de treinamento de tradutores, também é buscado por Hatim e Masom (1994).

A capacidade de transferência de significados implica estudos sobre a competência comunicativa característica do tradutor, habilidade para o uso da língua que, dividida em subcompetências, aponta o parâmetro de competência contextual como estratégia de reconhecimento de contexto que compensa, no início de aprendizado, a falta de conhecimentos extralingüísticos necessários ao processo.

Retomo aqui algumas noções levantadas durante a pesquisa desenvolvida sobre método comunicativo de ensino de língua inglesa (REIS, 1998), na qual foi utilizado o modelo teórico de Canale (1983), que inclui na noção de competência comunicativa quatro tipos de competências: a lingüística, a sociolingüística, a discursiva e a estratégica.

Traço uma analogia entre as noções dessas subcompetências como conhecimento necessário em atos reais de comunicação em língua estrangeira, para que

a interação se estabeleça o desenvolvimento de parâmetros de modelos de crítica de tradução em suas respectivas épocas.

Assim, a noção de competência lingüística para ensino de língua estrangeira fundamenta-se na gramática gerativa-transformacional de Chomsky.³³ A competência sociolingüística apóia-se em estudos culturais, a partir do aspecto interdisciplinar das pesquisas antropológicas. E a competência discursiva relaciona-se ao movimento da pragmática da enunciação, colocado neste trabalho por intermédio da categorização de Parret.

Por fim, a competência estratégica seria aquela que, ao singularizar o processo de significação, aponta para a reflexão sobre a estranha ordem dos significados lingüísticos que se manifestam na *performance* comunicativa.

Como colocado no capítulo anterior, é a noção de *performance* como competência estratégica que, por dizer respeito a aspectos singulares de observação de objetos, o uso da língua em atos de fala sugere investigações sobre o processo cognitivo da observação do texto pelo tradutor como índice de competência tradutória.

O metodologista Albir (2005) também relaciona os estudos de tradução à noção de competência comunicativa de Canale.

A competência comunicativa deve ser vista como parte essencial da comunicação real. (...) ela diz respeito tanto ao conhecimento quanto às habilidades em usar este conhecimento em atos reais de comunicação, sendo que o conhecimento aqui se refere ao que o indivíduo sabe consciente e inconscientemente sobre a língua (1983, p. 5).

A noção de competência comunicativa de Canale é expandida para investigações cognitivas desenvolvida pelo grupo Pacte,³⁴ liderado por Albir na Universidade Autônoma de Barcelona.

³³ A gramática gerativa-transformacional critica o modelo distribucional e o modelo dos constituintes imediatos da lingüística estrutural, formulando hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da linguagem – esta específica à linguagem humana, universal e inata. A gramática é um mecanismo que permite gerar o conjunto infinito das frases gramaticais de uma língua e somente elas (DUBOIS et al. 2001, p. 314).

³⁴ O grupo Pacte, processo de aquisição da competência tradutória e avaliação, desenvolve pesquisa na UAB, Universidade Autônoma de Barcelona.

A partir de resultados de estudos empíricos, o grupo deduziu que a competência tradutória é diferente da competência bilíngüe defendida pelo lingüista Mounin (1975), e aproxima-se da noção comunicativa de mudança de código (*code-switching*) proposta por Jakobson. Assim, o fato de uma pessoa falar dois idiomas não lhe assegura a competência em traduzi-los, “nem todos têm esta competência tradutória, que se diferencia da competência comunicativa por ser considerado um conhecimento especializado” (ALBIR, 2005 p, 28).

O modelo Pacte aponta que os diversos enfoques de metodologia de ensino de tradução podem ser divididos em duas macroáreas de investigação: a das teorias comportamentais interessadas no *quê* os estudantes *fazem* e a das teorias cognitivas que se concentram nos processos cognitivos que dão origem ao comportamento mais do que no próprio comportamento, pois se interessam por *o quê* os estudantes *sabem* e como chegam a esse conhecimento.

Dentro da macroárea comportamental, a noção de competência tradutória engloba cinco subcompetências: a bilíngüe, a extralingüística, o conhecimento sobre a tradução, o instrumental e as atitudes estratégicas.

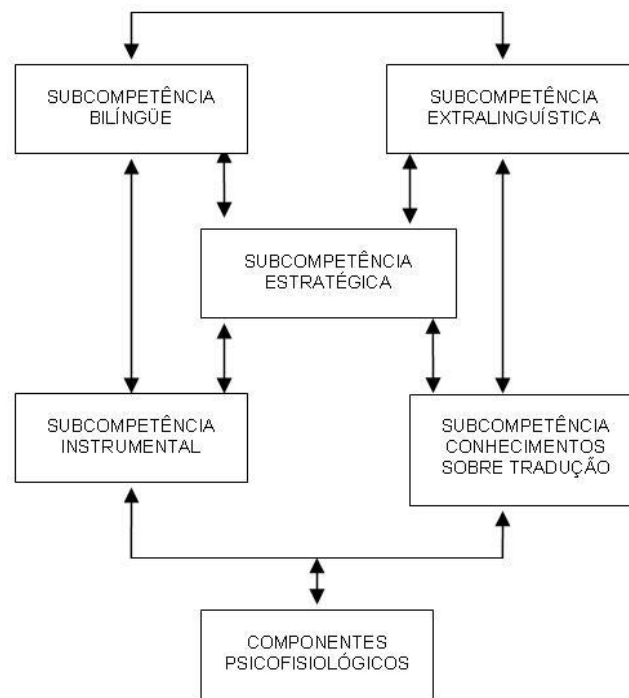


Figura 2 – A competência tradutória segundo o modelo holístico de Pacte
Fonte: ALBIR, 2005

1. A subcompetência bilíngüe envolve os conhecimentos operacionais necessários para a tradução como processo comunicativo tais como: conhecimento pragmático, sociolingüístico, textual e léxico-gramatical.

2. A subcompetência extralingüística diz respeito ao conhecimento declarativo sobre o mundo em geral e, em âmbito particular, aos conhecimentos culturais e enciclopédicos.

3. A subcompetência de conhecimentos sobre a tradução integra conhecimentos declarativos sobre os princípios que regem a tradução, a unidade de tradução, tipos de problemas, métodos e procedimentos utilizados e sobre aspectos profissionais, tipos de tarefa e de destinatário.

4. A subcompetência instrumental consiste em conhecimentos operacionais relacionados ao uso das fontes de documentação e das tecnologias de informática e comunicação (TIC) aplicadas à tradução.

5. A subcompetência estratégica garante a eficácia do processo, controlando-o a partir de planejamento, elaboração do projeto, avaliação dos resultados parcialmente obtidos em função do objetivo final, ativando e compensando deficiências entre as demais competências.

Em relação à macroárea cognitiva, os componentes psicofisiológicos que intervêm no modelo são: memória, percepção, atenção e emoção; aspectos de atitude, como curiosidade intelectual, espírito crítico e habilidades, tais como criatividade, raciocínio lógico, análise e síntese.

As teorias cognitivas destacam a aquisição de conhecimentos e as estruturas mentais, e o processamento das informações e as crenças. Enfatizam que o conhecimento é adquirido através de procedimentos indutivos (aprendizagem por conhecimento) e que as opiniões dos estudantes sobre si mesmos e sobre seu entorno devem ser levadas em consideração (ALBIR, 2005, p.31).

Variações essas que, se investigadas sobre padrões de pesquisas pragmático-psicológicas de Van Dijk, sobre a interpretação *a priori* da força ilocucionária dos enunciados dos atos de fala, não encontram explicação justamente por tratarem de percepção de signos tanto lingüísticos quanto extralingüísticos.

A aquisição de competência tradutória implica a reconstrução e desenvolvimento das subcompetências da competência tradutória e dos componentes psicofisiológicos, processo dinâmico e cíclico que demanda também reestruturação e desenvolvimento de conhecimentos declarativos e operacionais.

Na mesma compilação (2005), são apresentados resultados de pesquisas teóricas e metodológicas apoiadas na lingüística sistêmico-funcional, a partir de mapeamento cognitivo de análise discursiva sob padrões de pressupostos semânticos registrados por pesquisas sociolingüísticas.

Esse movimento é análogo à proposta de Jakobson apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, que, em meados de 1960, participou de um encontro interdisciplinar, no qual se encontravam as áreas de lingüística, antropologia e teoria da

informação. Esta última estava apoiada em estudos de engenharia de som que procuravam esclarecer aspectos de uso da língua como código de comunicação.

Assim, a aplicação da gramática sistêmico-funcional na área de tradução parte de simulações de atos comunicativos por intermédio dos quais se tenta mapear as variações de percepção do objeto, a fim de aplicá-las a programas de tradução automática. O deslocamento do foco dos modelos de crítica da expectativa do alcance da fidelidade ao significado do original para a noção de competência deve-se em parte à crescente demanda no mercado por traduções automáticas.

Resultados de duas traduções automáticas efetuadas pelo programa LEC Translate (*software* Power Translator PRO. Acesso em: 10 mar. 2008).

Texto 1 – Original

(In: Fitness Heart Rate Monitor. User manual. Polar FS1/FS2/FS3tm. p. 21.)

Interference during exercise. Electromagnetic Interference. Interference may occur near high voltage power lines, traffic lights, overhead lines of electric railways, electric bus lines or trams, televisions, car, motors, bike computers, some motor-driven exercise equipment, cell phones or when you walk through electric security gates.

Exercise equipment. Several pieces of exercise equipment with electronic or electrical components such as LED displays, motors, and electric brakes may cause interference with strays signals. Try to solve the problem, relocate your wrist unit as follows:

1. Remove the transmitter from your chest and use the exercise equipment as you would normally.
2. Move the wrist unit around until you find an area where it displays no stray reading or the heart symbol does not flash. Interference is often worst right in front of the display panel of the equipment, while the left or the right side of the display is relatively free from interference.
3. Put the transmitter back on your chest and keep your wrist unit in this interference-free zone as much as possible.
4. If the Polar heart rate monitor still does not work with the exercise equipment, this piece of equipment may be electrically too noisy wireless heart rate measurement.

Texto 1 – Tradução

Interferência durante exercício. Interferência eletromagnética. Interferência pode acontecer perto de fios de alta tensão de voltagem altos, semáforos, em cima linhas de estradas de ferro elétricas, ônibus elétrico em fileira ou bondes, televisões, carro, motores, computadores de bicicleta, algum equipamento de exercício a motor, cela telefona ou quando você caminha por portões de segurança elétricos.

Exercite equipamento. Vários pedaços de equipamento de exercício com componentes eletrônicos ou elétricos como exibições CONDUZIDAS, motores e freios elétricos podem causar interferência com vagueia sinais. Tente resolver o problema, localize de novo sua unidade de pulso como segue:

1. Remova o transmissor de seu tórax e use o equipamento de exercício como vai normalmente você.
2. Mova a unidade de pulso ao redor até que você acha uma área onde não exibe nenhuma leitura perdida ou o símbolo de coração não flameja. Interferência é freqüentemente pior bem em frente do painel de exibição do equipamento, enquanto a esquerda ou o lado certo da exibição são relativamente grátis de interferência.
3. Reponha o transmissor em seu tórax e mantenha sua unidade de pulso nesta zona sem interferência como muito como possível.
4. Se o monitor de taxa de coração Polar ainda não trabalhar com o equipamento de exercício, este pedaço de equipamento pode ser medida de taxa de coração sem fios eletricamente muito ruidosa.

Por tratar-se de manual de equipamento eletrônico, a tradução automática produz um texto compreensível para o público-alvo. O fato de a estrutura verbal do imperativo não implicar noções enunciativas de tempo e espaço facilita a contextualização dos significados do original.

Texto 2 – Original

(WIERZBICKA, A. A Survey of Semantic Primitives. In.: Semantics. Primes and Universals. Oxford University Press. 1996. p. 71.)

Like

The concept of LIKE can be illustrated with the following sentences:

I did it like this: (...)

I am not like these people.

I think of people like you.

The importance of the concept LIKE in the human conceptualization of the world was justly emphasized by J. L. Austin in his *Sense and sensibilia* (1926b: 74), where he wrote:

Like is the great adjuster-word, or alternatively put, the main flexibility-device, by whose aid, in spite of the limited scope of our vocabulary, we can always avoid being left completely speechless.

Commenting on Austin's words, Tamar Sovran (1992: 342) writes:

The concepts of similarity and its operators seem to have the same function in language and in thought, in the process of acquiring new concepts, and in the process of scientific growth. They help us to leave the safe ground of known, labeled, categorized terms, and to expand our knowledge and language to newly discovered areas.

Texto 2 - Tradução

Como

O conceito de GOSTE pode ser ilustrado com as orações seguintes:

Eu gostou isto: (...)

Eu não estou como estas pessoas.

Eu penso nas pessoas como você.

A importância do conceito COMO na conceptualização humano do mundo foi enfatizado justamente por J. L. Austin no *Senso dele e sensibilia* (1926b: 74), onde ele escreveu:

Como fosse o grande ajustador-palavra ou alternativamente pôs, o flexibilidade-dispositivo principal, por de quem ajuda, apesar da extensão limitada de nosso vocabulário, nós podemos evitar sempre o ser esquerdo completamente estupefato.

Fazendo um comentário sobre as palavras de Austin, Tamar Sovran (1992: 342) escreve:

Os conceitos de semelhança e seus operadores parecem ter a mesma função em idioma e em pensamento, no processo de adquirir conceitos novos, e no processo de crescimento científico. Eles nos ajudam a deixar o chão seguro de condições conhecidas, rotuladas, categorizadas e ampliar nosso conhecimento e idioma a áreas recentemente descobertas.

Por se tratar de texto argumentativo, a decodificação estrutural e semântica da máquina como simulação de competência tradutória não atinge a equivalência necessária entre os dois códigos para que a mensagem seja compreendida pelo público-alvo. No início do texto, a descrição do comparativo */like/ /como/*, que acrescido da partícula de infinitivo */to/* significa */gostar/*, demonstra que aspectos de ambigüidade

relacionados ao processo de significação dos signos extralingüísticos não conseguem ser contextualizados pela máquina.

A aplicação do mapeamento sistêmico-funcional em tradução computacional alcançou um parâmetro de equivalência entre as lógicas estruturais e consensuais dos idiomas envolvidos que permite a compreensão das mensagens como um processo inicial de decodificação comparável ao exemplo da tarefa dos criptanalistas apontada por Jakobson. Entretanto, aspectos de coesão e coerência textuais necessitam das lógicas lingüístico-pragmáticas como elementos psicofisiológicos da mente que traduz.

Assim, os estudos sobre competência tradutória separam as análises das subcompetências que *indicam a priori* como traduzir, das explicações *a posteriori* sobre os efeitos dos elementos psicofisiológicos no processo, justamente por eles dizerem respeito a aspectos de cognição não passível de sistematização.

Mesmo considerando que a prática de reflexão analítica sobre o processo de desenvolvimento de competência tradutória permite o mapeamento das características dos procedimentos adotados durante a tarefa, como demonstrado pela atualização das pesquisas efetuadas pelo grupo Pacte, desvios quanto ao sentido do original relacionados aos frames cognitivos do tradutor não são pesquisados.

Dessa forma, apesar de o processo de decodificação a partir da lógica dos pressupostos semânticos pretender garantir a suposta fidelidade ao significado do original e acabar por sistematizar variáveis de processos de significação, aplicadas em programas de tradução automática, os desvios tanto de significado quanto de sentido não alcançam o consenso dos críticos de tradução.

Comparo essa colocação às distinções feitas pelos modelos de crítica apresentados no primeiro capítulo, que procuram esclarecer as diferenças dos procedimentos de tradução literal e tradução livre no que diz respeito à possibilidade de

o significado do original ser transportado. Linguistas como Coseriu, Jakobson e Mounin já haviam dito que essa não-equivalência de significado e, conseqüentemente, de sentido que ocorre na tradução constitui o maior empecilho para as pesquisas analíticas da área.

Fato que tributo ao distanciamento temporal entre os textos, que implica deduções do tradutor sobre o referente extralingüístico do original, a partir de *frames* singulares análogos às formas de vida de Wittgenstein, pesquisados pragmaticamente por intermédio das relações estruturais que se estabelecem entre as frases.

Análises comportamentais acabam por procurar respaldo em modelos psicológicos, dentre os quais destaca-se a teoria da relevância.³⁵ Nela, as competências aplicadas aos estudos da tradução são consideradas subjacentes às habilidades de quem faz bem o trabalho. Dessa forma são definidos critérios de efetividade de desempenho e coletados dados, a fim de se proceder o treinamento dos tradutores.

Entretanto, se considerarmos que a noção de competência varia entre os sentidos de “aptidão” e de “repertório”, questões sobre decodificação dentro da perspectiva psicofisiológica de percepção prevêem a utilização do conhecimento subjacente do tradutor como elemento gerador de inferências, durante o processo, deslocando o foco da abordagem comportamental para aspectos epistemológicos da percepção.

3.2 Processo de decodificação e lógica da inferência

Em meados do século passado, a academia americana desenvolveu estudos sobre decodificação de mensagens atrelados ao processo de comunicação sob padrões de engenharia eletrônica. Analistas da linguagem, como Claude Shannon e Warren Weaver, coordenador da Universidade de Illinois de pesquisas sobre as grandes

³⁵ A teoria da relevância apoiada em pesquisas de Sperber; Wilsom (1988) parte do princípio de que nós, seres humanos, somos capazes de distinguir cognitivamente informações relevantes das não-relevantes (Alves, 1996).

máquinas de calcular engenharia de sons, apóiam-se na lógica simbólica matemática e desenvolvem um esquema sobre sistema geral de comunicação a partir de investigações realizadas nos laboratórios da Bell Systems, filial da empresa de telecomunicação American Telegraph & Telephone, AT&T (apud: Matterlat, 2003).

Essas pesquisas estão respaldadas nas noções de informação, transmissão de informação, codificação, decodificação, redundância, ruído disjuntor e liberdade de escolha sistematizadas por Shannon. “Com este modelo, transferiu-se, nas ciências humanas que o adotaram, o pressuposto da neutralidade das instâncias “emissora” e “receptoras” (MATTERLAT, 2003, p. 60).

No pós-guerra, a adoção desse modelo aponta a tendência de desenvolvimento das pesquisas interdisciplinares sobre linguagem envolvendo a engenharia análogas à proposta de Jakobson, apresentada no primeiro capítulo, que relaciona o processo comunicativo dos signos motivados a processos de decodificação de signos naturais. A princípio, esse parâmetro de análise era visto como linear, entretanto, com o aprofundamento das investigações, passa a demandar desenvolvimento de estratégias funcionais.

O objetivo passou a ser investigar a forma como as mensagens poderiam provocar determinados efeitos no receptor, característica que estabeleceu a máxima pragmática americana de que comunicar é afetar³⁶.

Considerando que o processo de comunicação é composto de uma fonte de comunicação, um codificador, a mensagem, o canal, o decodificador e o receptor da comunicação, a questão da fidelidade ao sentido diferencia-se da noção de fidelidade ao significado lingüístico e se aproxima da pragmática da intencionalidade.

³⁶ A máxima “comunicar é afetar” tem sua origem na teoria psicológica americana behaviorista enunciada pelo norte americano John Watson, decorrente dos estudos experimentais sobre o comportamento reflexo efetuados por Pavlov. Também chamada de comportamentalismo ou condutivismo, salienta a importância dos acontecimentos objetivos publicamente observáveis (denominados estímulo e resposta, como verdadeira base de toda a psicologia científica em vez da consciência privada ou construtor mentalista (Cabral & Nick, 1996, p. 39).

Assim, o codificador de alta fidelidade é o que expressa perfeitamente o que a fonte quer dizer, cabendo, portanto, ao tradutor, como comunicador, a responsabilidade de decodificar fielmente a intenção do autor. As variações que ocorrem na comunicação acabam por constituir duas faces de uma mesma moeda, dificultando os parâmetros de avaliação.

Que parâmetro adotar para que a mensagem seja bem-sucedida? O da intenção do autor ou o que facilite a compreensão do receptor, como proposto por Nida ao adotar a equivalência dinâmica para traduções bíblicas?

Então, a elucidação de alguns aspectos que compõem a complexidade da comunicação por intermédio de determinantes de efeito que aumentam ou reduzem a fidelidade do processo, ampliam as análises pragmático-lingüísticas sobre a linguagem em direção ao papel da linguagem no comportamento humano.

Definido como animal comunicante, o sujeito nasce desconhecendo qualquer tipo de significado; nenhum objeto ou símbolo significa algo para ele, portanto, o processo de aprendizagem dos significados é análogo aos processos de comunicação dos quais ele participa e cujas significações experimenta.

O aprendizado é feito de condicionamento de estímulos, os quais, a princípio, respondem internamente. Quando, na seqüência do aprendizado, o sujeito é exposto a estímulos lingüísticos, dos sons e dos símbolos escritos chamados palavras e sentenças, essas significações são transferidas para a linguagem.

É, portanto, no ciclo que se estabelece entre produção, transmissão e recepção de mensagens que a ocorrência dos efeitos da comunicação como produtos de comportamentos relacionados com o estado interno do sujeito torna-se possível. Os efeitos provocados no decodificador como receptor da mensagem “são atrelados aos sentidos que damos às coisas, que consistem nos modos como respondemos a tais coisas

internamente, e nas predisposições com que a elas respondemos externamente” (BERLO, 1963, p. 164).

As respostas dadas pela linguagem verbal a processos comunicativos são reações a estímulos externos recebidos pelas mensagens do interlocutor. Entretanto, como nem todos têm o mesmo sentido para cada palavra, um dos fatores que mais dificulta o sucesso no ato comunicativo sob parâmetro de avaliação contextual é justamente a falta da prática de visão panorâmica dos jogos durante a recepção das mensagens.

Dessa forma, para os estudos de comunicação americanos que se apóiam na psicologia behaviorista para desenvolver suas análises, o sentido como produto do processo de significação de uma unidade formal é a soma das situações em que ele aparece como estímulo e resposta comportamentais desencadeadas no interlocutor. E isso é diferentemente do sentido do signo lingüístico saussuriano que aparece como um valor que emana de um sistema, como um fenômeno associativo.

Assim, para a teoria da comunicação de cunho behaviorista, os sentidos das palavras emanam durante o processo de decodificação das mensagens, desencadeando comportamentos desempenhados internamente com a dinâmica de recepção e emissão de sinal-objeto.

Ora, se para a teoria da comunicação, a produção e recepção de mensagens são em grande parte efetivadas por intermédio de códigos lingüísticos, que se estruturam simbolicamente pelo uso motivado dos signos, como símbolos esses códigos não são o objeto em si, mas a representação deles.

Se é fato que não existe um sentido concreto para as palavras e se, em princípio, o significado se estabelece pelas lógicas estrutural e consensual, o conjunto de símbolos significativos que constituem o repertório do sujeito, ao se personificar em atos

comunicativos, relaciona-se com as regras significativas de sintaxe da gramática filosófica de Wittgenstein.

Estas, por sua vez, por serem construídas gradualmente, sob os mesmos princípios de interpretação behaviorista de estímulo e resposta que governam toda a aprendizagem, desenvolvem um padrão lógico de interpretação no sujeito que assume status de código, trazido para os jogos como leis ou regras, e serão acionadas no processo de comunicação.

Esses códigos subjetivos são acrescidos de códigos objetivos. Considerando a noção de singularidade pragmática, nas quais coisas são feitas com palavras, será no ato comunicativo que ela necessita de uma interação intersubjetiva em que serão testados os sentidos internalizados na gramática profunda durante o adestramento pela linguagem.

Ao objetivar expressar suas intenções de modo a fazer com que outras pessoas compartilhem seus sentidos, o sujeito tende a produzir respostas que aumentem a capacidade de afetar o outro durante a interação. É o caso do uso de advérbios, também investigado por Austin, que funcionam como intensificadores de expressões lingüísticas.

As palavras são relacionadas a determinados sentidos a partir do reconhecimento do “ar de família” entre elas, variante já apontada por Wittgenstein nas *Investigações*. Ele diz respeito a aspectos de observação do objeto por *entailment*, dinâmica de atribuição de sentido na qual estão implícitas crenças e valores do observador.

Conseqüentemente, o sentido dado a qualquer palavra é apenas parte da resposta original à coisa representada – parte que foi destacada pela aprendizagem e de alguma forma tornou-se um hábito trazido para os jogos de linguagem, entretanto, passível, nas palavras de Wittgenstein, de estranhamento pelos demais participantes.

Berlo (1963) acrescenta que em razão das percepções centralizadas no observador, crenças estabelecidas em consenso são violadas. Na medida em que as palavras não significam, é o sujeito que as significa e acaba por não dizer o mesmo com todas as palavras.

O preceito áureo que determina: “trata os outros como gostaria que te tratassem”. É uma advertência egocêntrica. No trato com os semelhantes, especialmente os de cultura diferente, é mais útil dizer: “trate os outros como eles gostariam de ser tratados” – o que poderia ser muito diferente do modo como nós gostaríamos que nos tratassem (p. 158).

A singularidade interpretativa se estabelece pelo fato de, ao serem experimentados os estímulos dos significados e a eles serem atribuídos sentidos, essa atribuição ser feita em três dimensões. A primeira, em analogia à lógica simbólica, é a do sentido indicativo, semântico ou de referência. Através dela, os eventos do mundo são conceituados a fim de estruturar a realidade física por intermédio de palavras, como acontece no aprendizado verbal da criança.

Esse sentido indicativo auxilia a relação entre o sinal/palavra e o objeto observado, considerando que os eventos, ao serem conceituados no mundo físico, recorrem a palavras para denominá-los. É por intermédio dessa nomeação que as percepções são estruturadas e criam uma relação entre o nome e o evento cujo código de referência será reconhecido durante a utilização de um determinado sinal-palavra.

Apesar de a dimensão do sentido indicativo semântico existir singularmente, ao ser abstraída e generalizada pelos usuários de uma determinada língua, ela é registrada em dicionários, que constituem uma estratégia de sistema fechado de significados fixos no tempo, utilizada durante o processo tradutório, mesmo sem prescrever as possibilidades contextuais de uso.

O sentido estrutural, por sua vez, é aquele cujo domínio é a realidade formal, não a física, pois sua função é reunir as palavras e normatizar o uso delas por intermédio de estudos gramaticais. Essa dimensão de sentido, como a Semântica, não analisa a relação

entre os objetos e o mundo ao qual as palavras se referem. Na produção de sentido de comunicação e compreensão das idéias, sua função é auxiliar. Essa dinâmica é diretamente proporcional aos aspectos pragmáticos do processo de significação apresentados no capítulo anterior.

No sentido lingüístico estrutural fundamentado na psicologia comportamental, o sinal-palavra auxilia a predição de outro sinal-palavra, e a seqüência de dois ou mais sinais-palavras permite a inferência sobre a relação entre eles, algo que não poderia ser extraído isoladamente de quaisquer palavras.

As inferências são fruto de nossas experiências anteriores, que criam hábitos interpretativos como regras que utilizamos ao decodificar as mensagens. “O que vemos é em parte o que há e, também em parte, o que somos, pois observamos pelo sentido e experiência” (p. 197).

Se se considerar que em todo o sentido há uma dimensão estrutural, são essas estruturas pré-estabelecidas de percepções, trazidas pela linguagem, que, antes mesmo de serem denominadas, são trazidas para os jogos. Conseqüentemente, as interpretações e os julgamentos feitos durante o processo de comunicação não são refletidos de uma forma geral, pois existe a tendência de a lógica de pressupostos ser acionada cognitivamente, que acaba por justificar a proposta de Wittgenstein da adoção da visão panorâmica como filosofia terapêutica.

A dinâmica do recurso ao código subjetivo descreve o objeto e limita a prática da observação, análoga à adoção da visão panorâmica temporal. O sentido estrutural é acionado para reduzir aspectos de incerteza durante o ato comunicativo, chamado pelos físicos de entropia, que já permeava as análises dos jogos de Wittgenstein, a fim de que se evitassem os mal-entendidos.

Conseqüentemente, é a prática de inferência sobre o significado e o sentido do sinal-palavra, apoiados no sentido estrutural, que provoca o enfeitiçamento pela linguagem, que privilegia a noção da linguagem ideal em lugar da linguagem real, na medida em que os signos extralingüísticos implícitos na mensagem não são percebidos.

Se comparado ao processo tradutório, o processo de comunicação demanda do tradutor habilidade para decodificar o original para a seguir codificá-lo, a partir da percepção do estímulo recebido pelo texto que caracterizará o processo de significação. Dessa perspectiva, o tradutor/comunicador pode reduzir a entropia de três formas.

Primeiro, pela repetição das informações, denominada redundância; segundo, pelo conhecimento estrutural das ordens das palavras, peculiar a cada idioma, como é o caso da antecipação do adjetivo ao substantivo, na língua inglesa, e, terceiro, pelo significado da pontuação, conjunto de símbolos sem sentido indicativo, mas que esclarece o sentido estrutural de textos escritos.

Por sua vez, para a engenharia eletrônica, se o sinal-objeto não tiver relação conhecida com o mundo físico, ele é contatado em uma estrutura formal, um parágrafo e, a partir do reconhecimento dos significados dos outros sinais-objetos, é atribuído um sentido contextual ao sinal desconhecido.

Analogamente à atividade humana, o sentido estrutural em contexto gera outros significados pela razão mesma de estabelecer relações formais entre eles. A dimensão do sentido do contexto é considerada uma espécie híbrida de sentido, uma vez indicativa, na medida em que facilita a atribuição de significações indicativas aos termos ainda sem significado, e é estrutural uma vez que facilita a predição das significações indicativas pelas relações formais entre esses termos para os quais já existem significados.

Geralmente cita-se o “contexto” para que sejam validadas as descrições, narrações de pessoas e eventos mediante a linguagem. É o caso da apresentação de um pesquisador em um congresso, que, em geral, é feita mediante a contextualização de sua experiência acadêmica com o propósito de esclarecer à audiência aspectos que facilitem a compreensão do sentido de suas palavras.

Assim posto, trago para as análises de tradução como processo comunicativo a reflexão de que é no sentido contextual verificável pelas escolhas semântico-estruturais e pragmáticas que pode ser esclarecida a forma como os signos foram percebidos pelos tradutores.

Nessa perspectiva comportamental do processo de comunicação, os termos conotativos não se referem primariamente à qualidade do objeto, mas ao estado do organismo, às respostas dadas durante a percepção do objeto. Portanto, os sentidos indicativos e conotativos não são diferentes em qualidade, mas apenas em grau, e a lógica estrutural que fundamenta o sentido indicativo dado às mensagens não pode ser totalmente objetiva pois todos os relatos implicam no quê e em que o relator se constitui.

Considerando que alguma parte do significado atribuído a um objeto observado permanece pessoal e privativa, princípio da linguagem privada.³⁷ e não pode ser duplicada em outros, as dimensões de um sentido se inter-relacionam como partes do processo de significação, e as distinções feitas entre indicativo e conotativo são apoiadas em uma dinâmica contínua entre público-particular.

Definitivamente, ao assumir a noção de processo comportamental em analogia com o processo comunicativo, as análises sobre a linguagem pela academia americana afastam-se de qualquer possibilidade logocêntrica, apoiada no princípio de exclusão da

³⁷ O princípio da linguagem privada defendido por Wittgenstein, no *Tractatus*, preocupa-se com a descrição das sensações, que, segundo o filósofo, não podem ser expressas em linguagem natural, pois só nós sabemos o seu significado (I.F. 243).

lógica formal, para a qual uma coisa ou é A ou não é A, e passam a descrever os sentimentos e as intenções dos usuários.

Assim, podemos dizer que, no ato tradutório, como processo de comunicação, subjazem três códigos, os quais, na relação de sentido contextual, se personificarão, um subjetivamente, relativo aos hábitos interpretativos do tradutor adquiridos pela linguagem, outro objetivamente, estabelecido em consenso, que faz parte do conhecimento de mundo necessário à tarefa, e, por último, o inter-subjetivo, que valida o processo de significação por intermédio da dinâmica de contextualização tanto *a priori*, a partir das inferências, como *a posteriori*, consideradas as possibilidades de se adotar uma visão panorâmica dos jogos.

Termos como /belo/, /justo/ têm sentidos primários conotativos, pois, apesar de dizerem respeito ao mundo físico, implicam valores, juízos e atitudes de quem os emprega. Ao comporem mensagens a serem decodificadas, as idéias ou imagens mentais sobre os signos lingüísticos representam o aspecto extralingüístico não passível de objetivação durante o processo de significação, que é acentuado no ato tradutório comunicativo interlingual.

Essa colocação implica a problematização deste trabalho que discute o alcance da fidelidade de decodificação ao significado do original sob padrões de teoria da comunicação. Se ela tratar a linguagem como código sujeito a sistematizações, deixa de considerar a existência da lógica de contextualização, fruto da percepção cognitiva do tradutor.

A dinâmica cognitiva sugere, portanto, reflexão sobre os sentidos indicativos e estruturais de observação do objeto e ratifica a ocorrência da prática da inferência sobre aspectos estruturais lingüísticos e indicativos, o que implica referência extralingüística das regras trazidas para os jogos.

A abordagem de Berlo sobre a significação diferencia-se do tratamento dado ao significado pela lingüística estruturalista, na medida em que transfere o olhar lingüístico-pragmático objetivo para análises pragmático-comportamental subjetivas e sugere pesquisas empíricas sobre a noção fenomenológica de percepção sîgnica, mesmo que centrada na noção de emissão. Tanto para Berlo como para Jakobson, a comunicação por intermédio do signo lingüístico é fruto antes de mais nada de um processo de decodificação.

Sob essa perspectiva de tradução como decodificação, Douglas Robinson (1997) investiga o experimentalismo fenomenológico-semiótico relacionando-o aos estágios de aprendizado de tradução.

Peirce estabeleceu as conexões entre experiência e hábito sob parâmetro de uma tríade. Entendeu tudo em termos destes três estágios de conhecimento; instinto, nesta tríade é um Primeiro, ou uma prontidão geral desfocada; experiência é um Segundo, apoiada em atividades reais e acontecimentos que atuam do individual para o exterior; e hábito é um Terceiro, que transcende a oposição entre prontidão geral e experiência externa, estabelecendo uma prontidão de ação (Robinson, 1997, p. 97).

Assim, as conexões estabelecidas entre a experiência da cognição e o hábito adquirido em processos tradutórios passa pelos estágios de abdução, indução e dedução. O mapeamento dessas conexões entre experiência e hábito representaria a disponibilidade instintiva humana para traduzir coisas, característica da primeiridade do signo triádico, que se concretiza na secundidade, experiência das atividades no mundo real que operam de fora para dentro, até que essas experiências se constituam em hábitos, terceiridade.

Os aprendizes são expostos a problemas até adquirirem uma natureza subliminar que os permita tomar decisões rápidas diante dos desafios estruturais, semânticos e pragmáticos que o texto traz. Assim, a prática de inferência subjetiva comum à tarefa seria substituída pelo hábito de soluções em determinadas tipologias textuais, o que facilitaria o processo.

Apesar de existirem regularidades no âmbito social que tornam previsíveis algumas regras objetivas utilizadas nos jogos, “toda a tentativa de comunicação em uma idioma estrangeiro, que conhecemos bem confirmará muitas das nossas memórias daquele idioma. (...) entretanto a experiência traz sempre surpresas” (Idem, ibidem, p. 112).

Respeitada a atualização pela lingüística pragmática aplicada aos indicadores da competência tradutória e abarcando os estudos lingüísticos comportamentais análogos à proposta de Robinson de criação de hábito como estrutura subliminar durante o processo comunicativo tradutório, os modelos desenvolvidos, apesar de mapearem algumas possibilidades de decodificação do original *a priori*, ainda não eximem o tradutor da máxima *Traduttore, tradittori*.

Ora, se a tradução de textos atemporais caracteriza-se pela dificuldade do alcance da literalidade, no que diz respeito à fidelidade tanto estrutural quanto semântica, e se se considerar que a base da noção de processo é a crença de que a estrutura da realidade física não é por nós descoberta, mas criada (BERLO, 1967), o ato tradutório como ato comunicativo não pode representar somente um processo de decodificação e codificação fundamentado na estrutura da língua, em hábitos adquiridos decorrentes de respostas a estímulos internalizados durante a experimentação da linguagem verbal como ferramenta de comunicação.

Aqui, abro um parêntese para comparar o fundamento teórico de Berlo e Jakobson sobre a noção de funcionalidade na teoria da comunicação aos efeitos ilocucionários da teoria dos atos de fala de Austin, por intermédio dos quais fazem-se coisas com as palavras.

Por se fundamentar em análises de expressões lingüísticas, esse parâmetro de ação pela linguagem desenvolvido pela Filosofia da linguagem ordinária reforça o

aspecto de emissão da mensagem que busca estratégias de decodificação e posterior codificação da intencionalidade do autor, investigando os aspectos retóricos de persuasão³⁸ implícitos aos jogos de linguagem.

Entretanto, antes de se fazerem coisas com as palavras para afetar ou persuadir, experimenta-se um processo de significação anterior à força ilocucionária que se impõe ao enunciado. Essa noção ressalta a recorrência à lógica de pressupostos como regras que permeiam os jogos de decodificação de linguagem.

Se o elemento psicofisiológico como a cognição permite perceber e decodificar o significado do original, ao acionar a memória ele também faz com que essa decodificação venha amalgamada a códigos subjetivos que interferirão no processo tradutório de textos atemporais.

Assim, a expectativa dos modelos de crítica lingüístico-pragmáticos é alcançar uma suposta literalidade do significado e da conseqüente fidelidade ao sentido original, por intermédio justamente da anulação da reação cognitiva do tradutor durante o processo de recepção da mensagem. Se não houver reação perlocucionária por parte do tradutor à força ilocucionária implícita à mensagem, anula-se o processo de significação latente dos signos lingüísticos e extralingüísticos do original.

Se assim o fosse, a mente do tradutor funcionaria analogamente ao alcance de programas de tradução automática, como demonstrado neste capítulo, por intermédio do programa *LEC Translate Software Power translator PRO*, que decodifica o significado do original sem interpretá-lo, a partir de sistematização das lógicas estrutural e consensual.

Se a tradução automática comprova que aspectos de tempo e espaço da enunciação não encontram equivalências justamente pelo fato de a singularização do

³⁸ “O aparecimento da retórica como disciplina específica é o primeiro testemunho, na tradição ocidental, duma reflexão sobre a linguagem. Começa-se a estudar a linguagem não enquanto ‘língua’ mas enquanto ‘discurso’. Ou seja, cabe à retórica mostrar o modo de constituir as palavras visando a convencer o receptor a cerca de dada verdade” (Citelli, 1995, p. 8).

elemento psicofisiológico da cognição não poder ser sistematizado, mesmo que, operacionalmente, os cálculos sejam análogos à codificação simbólica matemática sob padrões de engenharia de som, ainda assim faz-se necessária a contextualização do original para que a tradução seja compreendida pelo receptor final.

Dessa forma, como pode haver contextualização sem interpretação? Na medida em que a tradução é sobre o dito, a decodificação dos signos extralingüísticos sujeita-se à lógica de inferência do tradutor, que acaba por projetar as referências simbólicas que se encontram na gramática profunda de sua lógica estrutural.

De acordo com a teoria comunicativa comportamental, o sentido contextual, como reação ao estímulo da mensagem, pode esclarecer a relação de sentido produzido pelo tradutor na rede que se estabelece entre suas escolhas subjetivas indicativas e estruturais. Berlo acrescenta que “não há uma forma certa ou legítima de reunir conceitos, de relacionar um conjunto de percepções com o outro” (1963, p. 204).

Ao julgar as mensagens de acordo com as expectativas que compõem as escolhas indicativas e estruturais trazidas para os jogos, o sujeito tende a perceber umas coisas e não outras, o que dificulta o alcance da literalidade ao original. Isto posto, qualquer esclarecimento a respeito dos aspectos cognitivos que levam à prática de inferência durante o processo tradutório acena para análises fenomenológicas sobre a rede de significações estabelecida entre a percepção do observador e o objeto observado.

3.3 Rede de significações e referente

Segundo André Parente (2004), “pensar é pensar em rede.

(...) um dia os teóricos e historiadores da comunicação vão se dar conta de que pensar em rede não é apenas pensar na rede, que ainda remete à idéia de social ou à idéia de sistema, mas é sobretudo pensar a comunicação como lugar de inovação e do acontecimento, daquilo que escapa ao pensamento da representação. Neste dia a comunicação terá se tornado, para além de suas tecnologias, fundamento (p. 92).

Entendo essa colocação como a possibilidade de ser acrescentado ao parâmetro de análise semiótico-cultural, amplamente desenvolvido nas últimas três décadas, principalmente no que diz respeito ao aspecto ideológico do uso da linguagem, um parâmetro epistemológico sobre a comunicação como processo.

O interesse sobre o pensar em rede surgiu em 1960, com a Filosofia e as Ciências humanas, em trabalhos que relacionavam a rede ao estruturalismo (Parente, 2004). O pensamento reticular proveniente dessas análises estabeleceu ou matrizes gerais, que se impõem como uma forma *a priori*, as quais relaciono aos *frames* lingüístico-pragmáticos desenvolvidos na área de tradução, ou uma outra voltada para um empirismo radical, que busca atender aspectos tanto da totalidade quanto da singularidade da significação.

Por um lado, o sujeito é processual e não uma essência, uma natureza: não há sujeito, mas processo de subjetivação. Por outro lado, a subjetivação é o processo pelo qual os indivíduos e a coletividade se constituem como sujeitos, ou seja, só valem na medida em que resistem e escapam tanto aos poderes quanto aos saberes constituídos (p. 96).

Aqui retomo Steiner, segundo o qual o processo de comunicação permite a articulação e internalização dos significados que validam a consciência humana pela linguagem. Apesar de, em certo sentido, haver uma padronização dos significados simbólicos estabelecidos historicamente pela comunidade interpretativa a que o sujeito pertence, é por intermédio da cognição que o conteúdo associativo é concretizado e testadas as características de identidade, testadas.

Portanto, sem o reconhecimento dessa especificação, caracterizada pelo componente subjetivo, a linguagem teria somente uma superfície. Acrescento que pensamentos em rede se estabelecem na interdependência entre as lógicas estrutural e consensual objetivas e a relacionada à gramática profunda, que organiza os pensamentos e as idéias internalizadas sobre o objeto.

Assim, o processo tradutório envolve mais aspectos de interação de signos pessoal do que de palavras, dizendo mais respeito à forma criativa como os tradutores desempenham essas tarefas do que aos registros ou signos pertinentes aos sistemas de regras nelas envolvidos. Conseqüentemente, o ato de tradução como ato comunicativo, quer interlíngua, quer intralingua, acrescenta ao ato de fala a reflexão sobre aspectos subjetivos de percepção da mensagem.

Aspectos cognitivos singulares da mente do tradutor acionam a rede que se forma entre os sentidos indicativo, estrutural e contextual através de elementos psicofisiológicos envolvidos na cognição, tais como percepção, memórias e visão de mundo.

“Quando falamos ou pensamos, nossas falas e pensamentos já não exprimem uma essência que neles se exterioriza: eles são como que colagens que apenas indicam os padrões que nossas articulações tecem” (PARENTE, 2004, p. 95).

Assim, a era do simulacro problematiza a noção de essência representada pelas expressões lingüísticas. Na medida em que os textos compostos de imagens auto-referentes têm a realidade externa anulada, existe uma tendência à regressão da subjetividade, que retoma aspectos da lingüística estruturalista para esclarecimento da percepção do objeto.

Entretanto, como na lingüística não existe a noção da realidade exterior, já que, quando falamos, é a língua que fala, a realidade confunde-se com a língua, cuja proposta de representação do referente extralingüístico o coloca como pura imagem.

A fim de esclarecer a colocação de Parentes quanto à dificuldade da lingüística e da semiologia de tratar questões sobre o referente extralingüístico implícito no processo cognitivo dos atos comunicativos pela linguagem verbal, recorro à análise de Blikstein

(2006), sobre a relação referente extralingüístico e realidade, por intermédio da experimentação do signo pelo personagem Kaspar Hauser.³⁹

Kaspar Hauser foi criado sem nenhum contato humano. Quando, aos dezoito anos, é retirado de seu confinamento em uma torre, inicia o processo de observação dos objetos aos quais é exposto. O texto audiovisual mostra as situações de estranhamento nos jogos de linguagem dos quais o personagem participa representadas pelo olhar perplexo durante o contato cognitivo com pessoas, objetos e paisagens.

Assim, o olhar fixo de Kaspar Hauser implica reflexão sobre análises das expressões verbais no que diz respeito à compreensão lingüístico-pragmáticas e comportamentais dos significados nelas representados. Pode-se colocar que a perplexidade do personagem diante da dificuldade cognitiva de representar seus pensamentos pela linguagem deve-se à falta da experiência de nomeação dos objetos, dinâmica que provê elementos para recurso às lógicas estrutural e consensual.



Figura 3 - Kaspar Hauser

Fonte: Izidoro Blikstein. *Kaspar Hauser ou a fabricação de realidade*. (2006)

³⁹ Blikstein, I. *O enigma de Kaspar Hauser*. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Kaspar Hauser é personagem do filme “Jeder für sich und Gott gegen alle” (O enigma de Kaspar Hauser), do cineasta alemão Werner Herzog, 1974).

Colocado dessa forma, a educação constitui-se uma construção semiológica que nos dá a ilusão da realidade (BLIKSTEIN, 2003). Proposição que relaciono ao aspecto de adestramento pela linguagem de Wittgenstein e ao dos sentidos internalizados pela dinâmica de estímulo e resposta behaviorista de Berlo, desencadeadora dos hábitos interpretativos que acabam por construir o repertório que será trazido como regras para os jogos.

Kaspar Hauser estranha os jogos dos quais participa por não ter elementos para decodificar os sentidos indicativo e estrutural, uma vez que falta-lhe repertório que lhe permita reconhecer o “ar de família” dos signos extralingüísticos. A percepção do objeto extralingüístico, ainda não nomeado pela linguagem, dificulta a relação cognitiva ente o aspecto simbólico por ele representado e o processo de significação que o personifica. Faltam, portanto, a Kaspar Hauser, regras que propiciem o acréscimo da lógica como elemento complementar às lógicas estrutural e de consenso em formação para que a rede de significações seja acionada.

Blikstein (2006) retoma a proposta de Ogden e Richards de situar o significado lingüístico no processo cognitivo, por intermédio da sistematização das análises sobre a relação que se estabelece entre referente, palavra e pensamento, na “busca de justificar o significado do significado” (p. 23).

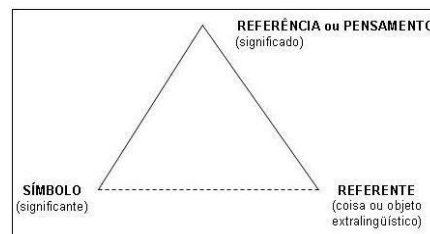


Figura 4 - O triângulo de Ogden e Richards

Fonte: Izidoro Blikstein. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*.

Nessa relação, o objeto extralingüístico insere-se, de uma certa forma, na noção dos significados que coexistem no símbolo como signo motivado, tentando

complementar a lacuna deixada pela dicotomia saussuriana entre o pensamento e palavra. Nessa tríade, a relação perceptiva entre referência simbólica e objeto a ser decodificado apóia-se nas lógicas estrutural e consensual fundamentadas na semântica como ciência responsável pela verificação dos enunciados para que estes não soem como “ficção”⁴⁰.

Pelo fato de a relação entre o pensamento e signo extralingüístico ser considerada mais ou menos direta, como colocado no primeiro capítulo, o significado lingüístico não demanda nenhuma relação entre o simbólico e o referente. Na medida em que essa relação não pode ser sistematizada, os signos extralingüísticos implícitos na rede de significações não são verificados, apesar das tentativas teóricas de alguns pesquisadores.

O referente é, portanto, a coisa representada no signo, a coisa a que ele se refere; se se encontrar na realidade externa, nossa mente pode classificá-lo como ser concreto ou abstrato, noção que coloca o real como uma miragem criada pela noção de signo-simulacro de Parente.

Neste ponto, recorro a Epstein (1999): a objetividade do referente não é suficiente para determinar o significado de um símbolo. Os símbolos desempenham papel importante na vida imaginativa, pois revelam os segredos do inconsciente, conduzem a ações que às vezes não são claras, cujos aspectos de convenção não são completamente arbitrários devido aos recursos que o símbolo utiliza para se significar tais como: a alegoria, a metáfora, a metonímia, a parábola, a hipérbole entre outros.

Assim, o significado de um símbolo transcende a dimensão puramente cognitiva, pois atinge as camadas mais profundas da psique humana (...) sendo possível alinhar alguns atributos usuais do símbolo, para, a partir deles, esclarecer a sua particular importância na comunicação humana (Epstein, 1999, p. 67).

⁴⁰ “Soar como ficção” é terminologia utilizada pelos lingüistas estruturalistas ao se referirem às possíveis interpretações de signos extralingüísticos.

Apesar de alguns teóricos oporem a categoria do símbolo à do signo, há um consenso que considera o símbolo como uma subclasse de signos, cujo significado nunca é completamente esclarecido, deixando sempre um resíduo implícito passível de personificação a partir do reconhecimento de alguma forma de semelhança análoga à noção de “ar de família”. de Wittgenstein.

Considerando que a criação do significado simbólico do signo é algo que de algum modo representa alguma coisa para alguém, não há coerência entre a percepção da observação do sujeito e o objeto observado sem que se considere o aspecto fenomenológico dessa observação. O signo não tem propriedades como o objeto observável, mas exerce uma função que se estabelece na percepção do objeto.

No caso da tradução, é justamente o aspecto simbólico do referente abstrato e atemporal que problematiza a tentativa dos modelos de crítica lingüístico- pragmáticos em sistematizar objetivamente a prática de inferência subjetiva ocorrida no processo de decodificação do tradutor.

Alguns modelos de tradução livre, como a oblíqua, a comunicativa, a dinâmica, tentam explicar o limite de alcance da literalidade ao valor simbólico do signo, como apresentado no primeiro capítulo, categorizando os desvios que ocorrem de acordo com os procedimentos adotados pelos tradutores.

Esses modelos fundamentam-se nas lógicas estrutural e consensual, que, relacionadas à crença de que os sentidos indicativo, estrutural e contextual encontram-se no significado do texto, não consideram a hipótese de o aspecto simbólico do referente ser o aspecto impeditivo de alcance da fidelidade ao significado do original.

A noção de que os significados simbólicos encontram-se no texto retrata o limite da sistematização dos procedimentos de tradução em parâmetros semântico-pragmáticos. Na medida em que o sentido e a referência dos símbolos implícitos nas

mensagens são atemporais, a noção do referente extralingüístico do signo como validação da tradução demanda investigações sobre sua função de objeto no processo de percepção sígnica do tradutor.

O que mais tem sido estudada é a relação da percepção entre objeto e o globo ocular, desconsiderando aspectos menos observáveis que ocorrem entre o que é percebido e aquele que o percebe (SANTAELLA, 1993).

3.1 Aspectos de percepção semiótica do texto-signo

As três grandes correntes contemporâneas de estudos sobre percepção são a construtivista, a gestaltista e a gibsoniana. Para os construtivistas, a percepção personifica-se por correlação ou associação ao estímulo visual mediante inferências probabilísticas.

Os gestaltistas não aceitam a teoria construtivista por conceberem a percepção como fruto de uma organização por correlação ou associação mental, num processo de inferência determinista. Os gibsonianos, por sua vez, analisam a percepção a partir de pesquisas empíricas em serviço de aviação, no qual foi estudada a percepção da distância em movimento no pouso dos aviões.

As vertentes psicológicas não apresentam vínculos filosóficos, e as correntes filosóficas, como o empirismo e o idealismo, lidam com os pressupostos, mas não os relacionam com o ato de percepção sígnica implícita na prática do cotidiano.

Peirce foi o primeiro filósofo a trabalhar a ponte entre os fundamentos e a empiria, que, de acordo com Santaella (1993), só pode ser encontrada no universo dos signos. A linguagem como forma de síntese do sujeito entre a ligação do que está no exterior com o que está no interior, ratifica a metáfora do telescópio, cuja função é ligar

a mente do observador à realidade extralingüística, o referente que se encontra no firmamento.

Assim, a abordagem semiótica revisita aspectos do silogismo da lógica formal para investigar o processo mental de significação do simbólico. A teoria dos signos constitui uma teoria dos objetos que relaciona de uma certa forma a lógica simbólica ao pragmatismo e à sua classificação metafísica idealista das ciências.⁴¹

Peirce (2003)⁴² vai de encontro à posição do Wittgenstein, do *Tractatus*, que, ao seguir a lógica simbólica de Frege (1967), propôs, sob padrões matemáticos, a lógica atômica, a qual assumiria uma correspondência total entre fato e realidade, graças à semântica, e se aproxima do Wittgenstein, das *Investigações*, que coloca que compreender uma sentença é compreender toda uma linguagem e as circunstâncias dos jogos nos quais ela é utilizada.

Existe, portanto, uma resistência ao fato, chamado força bruta, que se apresenta à consciência. “Entretanto, só nos damos conta se a atividade é interna ou externa através de signos secundários e não através de nossa faculdade original de reconhecer fatos” (CP 1.378).

O signo semiótico é qualquer coisa determinada por alguma outra coisa que ele representa, essa representação produzindo um efeito, que pode ser de qualquer tipo (sentimento, ação ou representação) numa mente atual ou potencial, sendo esse efeito chamado de interpretante (...). Basta qualquer coisa, de que tipo for, encontrar uma mente que algum efeito será produzido nesta mente (SANTAELLA, 1993, p. 93).

A pertinência da interpretação ao contexto só é percebida no *continuum* da interação semiótica. Assim, a noção de signo se estabelece como algo que se representa em outro algo para alguém, para alguma mente diferentemente da noção de

⁴¹ O idealismo objetivo de Peirce coloca as questões relativas aos objetos ligadas às discussões ontológicas e mesmo epistemológicas do universo sógnico assim como todos os problemas relativos à percepção (SANTAELLA, 1992, p. 40).

⁴² Peirce, C. S. *Semiótica*. 3 ed. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2003. A partir desse ponto, todas as citações referentes ao livro “The collected papers of Charles Sanders Peirce” serão feitas abreviadamente por C. P seguidas pelo número do aforismo a que se refere.

decodificação *a priori* atendida pelo signo diático saussuriano, segundo o qual o significado emana do sistema, portanto independente da interpretante do sujeito.

O signo semiótico medeia o processo de significação do tradutor diante do texto composto de signos verbais que representam os referentes, realidade extralingüística, os quais problematizam a verificação das regras trazidas para os jogos pela atuação do interpretante, a qual passa a se relacionar à percepção dos jogos de linguagem que envolvem os signos lingüísticos e extralingüísticos implícitos no texto.

Assim, a avaliação do alcance da fidelidade ao significado do original, fundamentada nas escolhas semântico-pragmáticas do tradutor, é acrescida de investigações semióticas sobre a percepção do tradutor e suas representações lingüísticas no texto original a ser traduzido, estabelecendo a noção de lógica contextual sob parâmetros da pragmática existencial apontada por Parret (1988). Abordagem essa que revisita a posição logocêntrica de fidelidade ao significado do original, na medida em que ela inclui a singularidade do interpretante do tradutor na rede de significação envolvida no processo tradutório.

Dessa perspectiva semiótica, o raciocínio dedutivo do tradutor diante do texto, comparável à estrutura subliminar adquirida por adestramento de aprendizado proposta por Robinson (1996), pode ser relacionado à doutrina das probabilidades das lógicas das ciências exatas, que, se regulada pela semiose, sujeita-se ao falibilismo.

(...) exigindo no seu uso toda a precaução do pragmatismo, no qual sua origem indutiva deve ser firmemente mantida em vista como se fosse a bússola pela qual devemos guiar com segurança nosso barco neste oceano de probabilidade (CP 1. 101).

Conseqüentemente, análises sobre o processo tradutório que buscam sistematizar quantitativamente resultados da lógica probabilística de inferência do tradutor, ou esclarecer a singularidade perceptiva dos signos lingüísticos e extralingüísticos, complementam-se com investigações semiótico-pragmáticas sobre o papel do

interpretante como agente regulador da rede de significações implícita no processo tradutório.

“Para Peirce não há nem pode haver separação entre percepção e conhecimento. (...) todo o pensamento lógico, toda a cognição entra pela porta da percepção e sai pela porta da ação deliberada” (SANTAELLA, 1993, p. 16). Conseqüentemente, a teoria da percepção atrela-se à teoria dos signos, a qual não separa os processos mentais e os sensoriais das linguagens em que eles se expressam como ação pela linguagem.

Nessa abordagem semiótica são três as formas de conhecimento relacionadas às classes de signos inerentes à conexão entre observador, coisa significada e cognição produzida na mente. Se houver apenas uma relação de razão entre o signo e a coisa significada, o signo tem uma relação icônica com o objeto; Esta relação é índicial se houver uma relação direta entre referência e referente e nos padrões propostos pela se a mente associar o signo com seu objeto, essa relação é simbólica a mais relevante delas.

Nessa perspectiva semiótica, entretanto, essas classes se interdependem, o que atribui ao símbolo um ingrediente icônico na sua personificação. É o caso das abstrações conceituais que necessitam de uma lei estabelecida para gerar outras leis, noção que distingue as análises de signo diático lingüístico dos esclarecimentos sobre o signo triádico semiótico. A lingüística investiga o sistema, e a semiótica esclarece o uso dele.

Há, entretanto, uma distinção dessas relações entre signo e objeto, que é a de objeto dinâmico e objeto imediato. Se as palavras se referirem a um contexto, esse como algo referido equivale ao objeto dinâmico. Assim, o texto é o signo e os signos extralingüísticos aos quais ele se refere é o seu objeto dinâmico, que carece de juízo perceptivo para que o processo tradutório seja validado.

Entretanto, a forma como o signo se assemelha, o ar de família que propicia seu reconhecimento pelo tradutor é considerado seu objeto imediato, que vai depender de elementos psicofisiológicos como a percepção e a memória.

É importante destacar que essas relações de percepção sgnica não são dadas pelos sentidos, apesar de suas prováveis raízes psicológicas, mas são fruto da lógica cognitiva diante das categorias fenomenológicas, por intermédio das quais os signos se apresentam na mente do intérprete como ingredientes constantes de conhecimento.

Os Sentimentos, o Conhecimento e a Vontade como departamentos da mente, apesar de se interdependerem, não são considerados categorias estanques pela semiótica. Assim, o desejo inclui um elemento de prazer bem como um elemento de Vontade. Desejar não é querer; é uma variação especulativa do querer misturado com uma sensação especulativa e antecipatória do prazer. A noção do desejo deve, portanto, ser extraída da Vontade, o que faz dele uma mera volição. Mas volição sem desejo não é voluntária, é mera atividade, é automática. Desta forma, toda a atividade voluntária ou não se encontra na Vontade. Assim, a atenção é um tipo de atividade que às vezes é voluntária, às vezes, não (CP 1.376).

O prazer e a dor só são reconhecidos se tivermos experimentado essas sensações anteriormente. O processo de cognição descarta as sensações, na medida em que não é considerado uma faculdade fundamental como os sentimentos, o conhecimento e a vontade. A noção de cognição em si estaria no sentir passivo, no qual se encontram as qualidades que não atuam nem julgam comparadas aos exercícios de vontade.

Como categoria da consciência, o sentimento seria compreendido primeiramente como um instante no tempo, sem reconhecimento pelo sujeito; em um segundo nível estaria o sentido de resistência, como um fator externo a ele, uma interrupção no campo da consciência e, por fim, se encontraria a consciência sintética, que reúne tempo, sentido de aprendizado e pensamento do sujeito.

Assim, a proposta de investigação semiótica não é descrever a realidade por intermédio da verificação das proposições, como pretendido na virada lingüística da Filosofia; trata-se de refletir sobre a experimentação de ações pela linguagem, a fim de

estabelecer suas condições de sucesso. A sensação de um evento real ou ação real e reação é o elemento comum entre as faculdades de sentir, conhecer e querer.

Considerando que é por intermédio da ação pela linguagem verbal que nossas faculdades de sentir, conhecer e querer representam-se, a semiótica complementa a noção do ato perlocucionário, que foi deixada em aberto por Austin (1962). Os efeitos da força ilocucionária do enunciado na mente do receptor pode ser relacionada aos efeitos da semiose do signo na mente do tradutor.

Assim analisada, a realidade sobre esse tipo de experiência separa o tradutor do objeto, já que existe a hipótese de, em todos os tipos de consciência, ser possível analiticamente observar a cognição. Por não ser considerada faculdade fundamental, a cognição é vista nem como sentimento, nem como sensação ou atividade, mas como faculdade de aprendizado, de memória, inferência e síntese (C.P.14), que relaciono ao elemento psicofisiológico implícito no processo de tradução.

Portanto, a possibilidade de haver um sentir passivo como elemento especial da cognição justifica a busca deste trabalho de desenvolver parâmetro de competência contextual para atos de legendação. Como expansão do caráter simbólico do referente que generaliza os significados, ele revisita o pressuposto logocêntrico de que a tradução seja fiel ao significado do original.

Por dizer respeito ao processo mental que regula as operações de reconhecimento, identificação, previsibilidade, habilidades que explicam o fenômeno externo, que está no mundo, e a forma como ele é observado, a noção de cognição semiótica pode responder à lacuna deixada pela metáfora do telescópio de Frege, uma vez que diz respeito a explicações sobre a lógica de inferência acionada pelo tradutor em textos atemporais.

Complementando as estratégias de reconhecimento de contexto lingüístico e pragmático desenvolvidas pelos modelos de crítica apoiados ou em registros semânticos, ou em axiomas discursivos, o reconhecimento do contexto sob abordagem semiótica implica esclarecimentos sobre a relação que se estabelece entre signo, objeto e interpretante do tradutor na rede de significações à qual o tradutor recorre durante a tarefa, análoga à visão panorâmica dos jogos.

Meu argumento é que a lógica inferencial instaura-se justamente por haver predominância na tradução de textos escritos da relação simbólica entre a mente do tradutor, o texto-signo e o objeto dinâmico extralingüístico ao qual o texto se refere, privilegiando aspectos de conotação decorrentes dos pressupostos semântico-estruturais, aos quais o tradutor recorre durante a semiose como processo de significação.

Assim, a linguagem verbal pode ser analisada a partir do significado expressado como fruto da estruturação da experiência semiótica, cujas conexões entre interpretante, signo e objeto se estabelecem fenomenologicamente por intermédio de três elementos universais que se apresentam à percepção.

Esses são os chamados primeiridade, secundidade e terceiridade. A primeiridade relaciona-se com o acaso, qualidade, originalidade da relação triádica. A secundidade diz respeito à determinação, ação e reação, aqui e agora, do interpretante acionado pela semiose. A terceiridade está ligada à generalidade, continuidade, crescimento, categoria que regula como lei a evolução do pensamento (SANTAELLA, 2003).

Considerando a importância creditada aos instintos, o raciocínio, quando acionado, deve ser procedido de uma forma lógica científica. Assim, a semiótica se separa da psicologia e assume o experimentalismo como dinâmica de reconhecimento de lógica de raciocínio. A percepção de uma certa forma corresponde ao aspecto mais ontológico e psicológico da semiótica, entretanto, para o pensamento peirciano, se se

fala em percepção e processo cognitivo, deve-se considerar que essa não é uma visão racionalista (SANTAELLA, 1993).

A razão é considerada uma parte dinâmica da natureza humana que envolve os domínios afetivos e da ação do sujeito em suas respostas e encontra-se em constante estado de crescimento em relação ao mundo, análogo à própria realidade ou objeto de verdade, os quais como a ciência encontram-se também em processo contínuo de crescimento, incluindo os paradoxos, as contradições, os fracassos e avanços que acontecem.

Sob a abordagem semiótica, o sujeito participa da criação do universo e é responsável pelo alargamento e realização da *razoabilidade concreta*, na medida em que o pragmatismo defende que a única coisa realmente desejável, sem razão para o ser, é apresentar idéias e coisas razoáveis.

Então, a *razoabilidade* concretiza-se através do empenho do sujeito em favorecer seu crescimento. A noção de autocontrole exercido pela autocrítica e da formação propositada de hábitos “advém, primeiro, do reconhecimento da força do inconsciente sobre os nossos atos, sentimentos e pensamentos, assim como da força bruta que a realidade, com seus constrangimentos, nos impõe” (SANTAELLA, 1992, p. 126).

É essa realidade da força bruta do referente objetivo conectado em secundidade que provoca estranhamentos e faz com que o sujeito recorra à terceiridade para reagir ao estranhamento do objeto dinâmico que se apresenta e acionar regras subjetivas estabelecidas pela experimentação de signos percebidos como semelhantes.

Ao carregar a determinação do objeto, o signo está apto a produzir efeitos interpretativos por intermédio do interpretante. Assim, no nível lógico de interpretação, mas não no psicológico, os interpretantes lógicos são acionados automaticamente, por

vezes descontextualizados dos objetos extralingüísticos representados no texto-signo, o que provoca desvios de sentido e significado.

Aqui retomo mais uma vez a passagem de Wittgenstein: “Os aspectos mais importantes das coisas estão ocultos pela sua simplicidade e trivialidade (Podemos não notá-los por tê-los sempre diante dos nossos olhos)” (IF 129). A obviedade diz respeito, portanto, à cognição passiva, aquela que não aciona regras subjetivas reativamente à força ilocucionária da emissão, privilegiando a secundidade da semiose.

De outra forma, os interpretantes lógicos do tradutor são naturalmente acionados durante o julgamento da percepção sobre o referente objeto extralingüístico referido no texto. É por intermédio do *percipium*, primeiro contato do juízo perceptivo, parte do julgamento de percepção, que acontece a mediação simbólica como generalização entre a mente do tradutor e o texto-signo.

Entretanto, a reflexão sobre o juízo perceptivo dos signos extralingüísticos que compõem o original traduzido perpassa necessariamente pelo aspecto simbólico do signo verbal. Ora, se a mente do tradutor tende a recorrer ao “ar de família”, resíduo que caracteriza o aspecto simbólico do signo, seu objeto imediato, é acionada a rede de significações e provoca inferências que problematizam a expectativa logocêntrica de que seja alcançada a fidelidade ao significado do original.

A semiose do objeto dinâmico, por sua vez, ao qual o texto se refere como reconhecimento do contexto, também aciona as regras objetivas implícitas na subcompetência de conhecimento de mundo envolvidas na competência tradutória.

Se houver estranhamento pela linguagem sob padrões de jogos, são acionadas as regras estrutural e consensual projetadas no percepto externo. Assim, a noção de julgamentos de percepção complementa a rede de significações das lógicas estrutural e

consensual, e se representa na lógica de inferência semiótica como elemento generalizante da percepção, em analogia à lógica de inferência comportamental.

Se considerarmos que o percepto está fora da mente, se bem se apresente à cognição, de acordo com Santaella (1993), ele funciona semioticamente como objeto dinâmico que contextualiza a mediação sígnica, que é o próprio julgamento da percepção. O contato simbólico por intermédio da linguagem verbal apresenta-se como signo que depende do referente extralingüístico a fim de ser percebido.

Conseqüentemente, o percepto como representação do juízo perceptivo personifica o referente da interpretação imediata do objeto, aquele que aciona os hábitos, cuja função cognitiva existe num *continuum* evolutivo, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, é a primeira premissa dos raciocínios.

Assim, é o percepto, como argumento singular, objeto dinâmico, que determina o julgamento da percepção temporal cuja tradução é feita a partir de elementos psicofisiológicos, que aproximam o que está fora da mente por semelhança com os demais tipos de julgamento internalizado e complementam a competência tradutória.

“Aqui o sujeito também é signo, não se encontra isolado, envolto numa aura de autonomia, dono de pensamentos sob seu perfeito controle. Ao contrário, o sujeito é linguagem” (SANTAELLA, 1993, p. 95). Conseqüentemente, a noção de percepção semiótica como elemento psicofisiológico da competência tradutória esclarece aspectos do referente simbólico não alcançados pelas análises semiológicas.

Diferentemente também da teoria comportamental que focaliza a interpretação dos sentidos indicativo, estrutural e contextual das mensagens, com a finalidade de decodificar a intencionalidade da autoria, sob parâmetro de que “comunicar é afetar”, a abordagem semiótica desloca o foco do signo-sinal para o signo como mote de autocorreção da cognição do sujeito por intermédio da experimentação da semiose.

Por isso, a importância da percepção do contexto como alteridade interpretativa de experiência do signo, como um existente em secundidade, pois só assim se procede a crítica e a correção das regras pré-estabelecidas que podem causar desvios de representação do significado do original.

Símbolos são signos que funcionam como tal, “não em virtude de um caráter que lhes pertence como coisas, nem em virtude de uma conexão real com seus objetos, mas simplesmente em virtude de serem representados como sendo signos (CP 8.119, apud: SANTAELLA, 2001).

As classes semióticas de signos inerentes à conexão entre o tradutor, a coisa significada, que se representa no referente, objeto e o interpretante, que se estabelece por intermédio do juízo perceptivo, colocam que a classe do símbolo é um tipo geral, abstrato, diferentemente do ícone cuja relação com um possível objeto fundada em uma mera semelhança e do índice, cuja relação é existencial.

Se a classe do símbolo é abstrata, como pode ser cobrada do tradutor a transferência de significado de textos cujos referentes são atemporais, desconsiderando, portanto, a secundidade como validação do percepto?

Se o signo não pertence à coisa, como o tradutor pode proceder juízos perceptivos fiéis ao significado simbólico de um referente cujos objetos imediato e dinâmico não se explicitam?

A conexão factual buscada por Wittgenstein, do *Tractatus*, não procede sob padrões de linguagem ideal, razão pela qual persiste a problematização dos aspectos intersubjetivos necessários para que ao processo tradutório seja bem sucedido.

Se não refletido, o interpretante do signo simbólico torna-se uma generalização, chamado de interpretante lógico, e recai em estudos sociais da linguagem, os quais, na

área de tradução, não atendem às singularidades interpretativas que ocorrem, como as apontadas por Rajagopalan (2000), a pedra no caminho dos lingüistas.

O fato de a semiose dizer respeito a um tipo de coisa e não a um objeto particular provoca a heterogeneidade de interpretações decorrentes dos interpretantes lógicos acionados pelo sujeito na rede de significações que se estabelece.

Em outras palavras, o símbolo só se justifica a partir do interpretante que o personifica cuja regularidade associativa institui sua identidade. Para ser bem-sucedido, o ato perlocutório do tradutor demanda que o juízo perceptivo, implícito no processo de significação, localize-se no contexto espaço-temporal da interação como estratégia de visão panorâmica. Por isso existe a possibilidade de ela ser anulada à generalização do simbólico, implícita no signo verbal, e privilegia-se o percepto, que se apresenta por intermédio da explicitação do referente.

É importante enfatizar que, apesar da natureza do símbolo ser social e justificar o desenvolvimento do parâmetro cultural de modelos de crítica de tradução, deve-se sempre considerar o fato de que os hábitos cognitivos inerentes à rede de significações subjetivas encontram-se internalizados na mente do sujeito, quer na noção inconsciente psicanalítica, quer na dinâmica behaviorista de estímulo e resposta, que se transformam em regras de conduta.

Essa generalização, entretanto, é caracterizada pela plasticidade do símbolo, que, na opinião de Coseriu (1979), envolve aspectos de historicidade do uso do signo verbal pela fala. Por mais que esses hábitos sejam fruto de regras convencionais, parâmetro adotado por Austin (1962) na teoria dos atos de fala e por Wittgenstein, como recurso para evitar o estranhamento do “ar de família” durante os jogos, deve-se considerar o texto como um existente sob padrões de linguagem real.

Sob a perspectiva semiótica, os hábitos interpretativos convencionais representam as regras gerais às quais qualquer organismo natural submete-se, na medida em que as regras se estabelecem para o organismo agir, portanto tendem a se repetir de acordo com padrões uniformes, sob condições específicas (Santaella, 2001).

Apesar da noção de hábito, em certa medida poder ser investigada pela teoria comportamental, exemplificada pela dinâmica de processo de comunicação como decodificação apontada por Berlo (1963), para a semiótica, o hábito é uma compulsão pela ação contínua de evolução do organismo para se adaptar às novas circunstâncias que se apresentam, na qual o símbolo é um signo em crescimento nos interpretantes por ele gerado, ao longo do tempo.

Assim, o hábito não é considerado no sentido psicológico-prático, mas num sentido similar ao que Kant⁴³ deu pra o termo, esquema ou regra, a propósito de suas discussões sobre os esquemas, que estão subjacentes aos nossos conceitos sensíveis puros, muito diferentes das imagens dos objetos (SANTAELLA, 2001), noção de conteúdo adotada pela lingüística.

É importante enfatizar que as palavras, signos lingüísticos, classificam-se de acordo com a relação ente elas e os signos extralingüísticos que as complementam. Existem tanto palavras simbólicas como indiciais que sempre se referem a outros signos numa cadeia infinita de relações.

É o caso da metáfora simbólica do atributo /tesouro/ se se chama uma pessoa de /querida/, diferentemente dos pronomes pessoais, demonstrativos e advérbios de lugares, os quais, como signos indiciais, relacionam o referente ou o objeto, que é extralingüístico a essas palavras, ao pensamento, ao discurso como signo geral a experiências particulares. Essa abordagem adotada pela pragmática enunciativa, como

⁴³ Para Kant, são duas as fontes de conhecimento humano: a sensibilidade, segundo a qual os objetos nos são dados, e o entendimento, segundo a qual os objetos são pensados. Pela conjugação desses elementos, é possível a experiência do real de tal forma que só conhecemos o mundo dos fenômenos, da experiência, dos objetos enquanto relacionados a nós e não à realidade em si (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 153).

colocado no capítulo anterior, aponta o limite indicial dessa percepção que recorre à lógica do pressuposto a priorística que desconsidera o posto por privilegiar o dito.

“Os aspectos de compreensão e extensão dos significados, estes foram considerados por Peirce como propriedades do símbolo” (SANTAELLA, 2001, p. 268). Aspectos de denotação são considerados indiciais e os de conotação, icônicos, e como tal sujeitos às qualidades e imprevisibilidades da cognição do tradutor e passíveis de esclarecimentos pragmáticos.

Para dar conta dos limites da generalidade do símbolo, a semiótica estabelece dois modos desta se personificar análogas às noções de sentido, Sinn e significado, Bedeutung da lógica simbólica para as proposições. A generalidade simbólica pertence a classe da lógica inferencial, que recorre aos pressupostos semânticos e a generalidade indicial aponta para aspectos singulares de percepção.

Ora, se o símbolo pode ser considerado síntese das dimensões de iconicidade e indicialidade, como podem ser esclarecidos justamente os aspectos de subjetivação do símbolo no processo de cognição sem recorrer à máxima *Tradutori, tradittori?*

Considerando o texto como mensagens em quaisquer códigos, frutos de fenômenos culturais, como filmes, pinturas danças, e em um sentido mais estreito também como uma mensagem verbal, ele pode ser analisado como um discurso de mensagens tanto orais como escritas, o que corrobora a noção de atos de fala para os estudos pragmáticos da área de tradução.

A noção do texto compreende um processo lingüístico, cuja cadeia de signos é combinada em um sintagma como toda combinação da cadeia da fala. O signo é uma unidade mínima de significação que se incorpora à língua como sistema.

Entretanto, sob uma perspectiva lógica e epistemológica, o signo lingüístico atua como representação verbal da semiose peirciana. Por isso, tanto palavras quanto frases,

falas e conversações, enfim quaisquer processos comunicativos por intermédio de linguagens não necessariamente verbais também são signos (SANTAELLA, 2001).

É nesse ponto que se encontra a problematização deste trabalho sobre a lógica de inferência do tradutor fora do contexto da autoria, o qual acaba por representar o juízo perceptivo do tradutor ou, sob parâmetros de jogos de linguagem, a projeção de suas formas de vida. Os hábitos interpretativos do tradutor diante do aspecto simbólico da linguagem verbal do original, por mais que sejam de uma natureza subliminar como proposto por Robinson (1996), nem sempre evitam desvios do sentido do original, na medida em que é o contexto de emissão do signo como percepto real que se impõe à mente do tradutor.

A possibilidade de adquirirem uma natureza subliminar para tradução a partir dos aspectos abduativos, indutivos e dedutivos, aplicam-se a textos técnicos científicos até certo ponto em analogia à simulação de decodificação cognitiva pela tradução computacional. Entretanto, os mesmos esquemas ideais de decodificação textual fundamentados em regras de pressupostos semânticos não se aplicam a traduções de textos que envolvam a noção de expressividade lingüística da autoria.

Por isso, a noção de hábitos interpretativos adquiridos pela linguagem permite revisão da noção dualística do signo lingüístico saussuriano entre significante e significado imanentes ao sistema. Por ser um primeiro, o signo triádico semiótico dispõe seu objeto extralingüístico em segundo plano numa relação que chega ao terceiro, seu interpretante, como o signo responsável pela mediação em um movimento característico da rede.

Os hábitos colocam-se como referentes, na medida em que são gerais e se diferenciam dos signos, em que são ligados à ação que os personifica no processo de significação. Assim, o real sentido de um signo não pode ser identificado com a

referência feita a ele no texto, como proposto pela lógica semântica, já que um mesmo enunciado pode ser traduzido de várias maneiras por várias línguas naturais bem como em outros sistemas simbólicos de representação.

O signo é um primeiro, o objeto é um segundo e o interpretante é um terceiro, que medeia a interpretação; esse movimento caracteriza a rede de significações como processo gerador de todos os interpretantes possíveis.

Santaella (2001) coloca que as análises sobre a lógica semiótica funcionam como um mapa orientador, se bem flexível, para leitura de processos concretos de signos, como filmes, poemas, peças de teatro, análogos à visão panorâmica dos jogos de linguagem de Wittgenstein, que regulam as combinações e misturas das linguagens verbal, visual e sonora que neles se apresentam e cujas raízes são lógicas, mas não psicológicas, uma vez que perpassam o processo de cognição, mas não a teoria dos sentidos.

É, portanto, a cognição que determina a constituição verbal. Questões sobre a passagem do nível lógico e cognitivo para o de manifestação da linguagem acabam por implicar a complexidade do real apontada por Parente (2004), fruto da rede de significações que se estabelece no processo de comunicação do signo-texto, que representa o referente que não é ele. Esse fato limita a validação da percepção do contexto atemporal pelo tradutor.

Sob essa perspectiva, as pesquisas sobre a mente modular buscam os sentidos dominantes com base nessas três matrizes de linguagens. Entretanto, como o foco deste trabalho é a representação verbal em legendas da rede de significações que se estabelece na mente do legendista, é nos aspectos da matriz verbal que será investigada a matriz do pensamento.

Se se considerar que o signo-texto audiovisual compõe uma narrativa que esta explicita o referente das linguagens que a compõem temporalmente pelo jogo de perlocução verbal das legendas, fica claro que a linguagem verbal pode ser considerada uma das possibilidades abertas para o significado, mas não sua totalidade.

Dessa forma, o sentido da tradução está “no lugar de⁴⁴”, indica que o signo do texto audiovisual tem primazia lógica sobre o objeto, que, por sua vez, tem primazia real sobre o signo, que evolui de acordo com a percepção do legendista, justificando o desenvolvimento de parâmetro contextual para o processo de legendação.

Como fruto de esclarecimento temporal dos hábitos que se tornam regras, ele pode evitar o estranhamento de uso de significados simbólicos nos jogos de tradução, comparável ao sentido indicativo dos estudos de teoria da comunicação.

A esse parâmetro de contextualização, acrescento a noção de que todos os pensamentos humanos têm origem simbólica cuja imanência é de sentido e não de significado, como prefere a lingüística. Sob esse aspecto, sugerem-se esclarecimentos pragmáticos sobre as estratégias de percepção a serem adotadas para que se alcance a literalidade do texto audiovisual.

No caso da legendação, na medida em que não há distanciamento espaço-temporal entre a força ilocucionária do texto audiovisual e a perlocução do legendista, ficam aparentes os efeitos da reação dos hábitos no percepto, sugerindo esclarecimento semiótico-pragmático sobre a lógica contextual necessária para que seja alcançada a literalidade ao sentido do original.

Esses esclarecimentos atendem, portanto, à noção de visão panorâmica a ser adotada nos jogos de linguagem de legendação, a fim de que sejam evitados os

⁴⁴ “A expressão ‘no lugar de’ não corresponde ao significado da expressão ‘stands for’, que foi bastante utilizada por Peirce e para a qual não encontramos correspondente em português” (SANTAELLA, 1992, p. 190).

estranhamentos de semiose dos objetos explícitos no texto audiovisual, facilitando, assim, o acompanhamento das legendas pelo receptor final.

3.5 Esclarecimentos pragmáticos sobre a semiose da tradução

Colapietro (2003b) propõe-se a esclarecer pragmaticamente a semiose da tradução relacionando-a às doutrinas peircianas como esquema categorial de percepção sígnica e máxima pragmática de autocorreção. Questões sobre a tradução são levantadas como metáfora para o transporte de significado durante a semiose, que inclui o interpretante não como o veículo de transporte de significados como exigem os modelos de crítica lingüísticos.

Pelo fato de o significado racional de toda proposição encontrar-se no futuro, dependendo do processo de semiose do intérprete do signo, a proposta de esclarecimento pragmático para a validação do sentido já é em si mesma uma tradução e representa-se na produção de significação final, ponto em que a tradução termina permitindo a investigação teórica proposta para a área.

Dessa forma, a *infidelidade* de interpretação de um enunciado ficaria sujeita à semiose do tradutor, deslocando a proposta das análises lingüísticas de que o significado pode ser transportado sem perda de significação para esclarecimentos pragmáticos semióticos processuais, sujeitos, portanto, a falhas e conseqüentes revisões, se comparado à semiose do autor do original.

Colapietro sugere que não se impute julgamento de valor à validade do produto de tradução, na medida em que a considera meramente uma tradução de signos em outras formas de signo. Se examinada como um produto que transforma e ao mesmo tempo traz algo de um lado para outro, como atrelar as pesquisas da área à indagação de

Peirce, ainda sem resposta: dentre as miríades de formas de interpretação, qual delas é a mais verdadeira para um determinado signo?

A equivalência de significados acontece na linguagem, não entre códigos lingüísticos imanes aos respectivos sistemas. A noção de interpretante do sujeito, signo desenvolvido a partir de outro signo em contato com o objeto, compara-se à atividade de tradução cuja semiose representa a mediação do juízo perceptivo entre outras possíveis representações.

Para a semiótica, a metáfora da tradução sinaliza um afastamento da autoria amplamente desenvolvida pela noção de intencionalidade da lingüística-pragmática e demanda a competência semiótica de esclarecimento das idéias acionadas durante a cognição.

Essa busca por esclarecimento pragmático do significado que os signos importam permite que os pesquisadores ultrapassem suas investigações objetivas sobre o símbolo e desconsiderem seu aspecto contínuo de mudanças como signo.

O *continuum* da competência de esclarecimento semiótica varia do mais rudimentar. É por intermédio dele que o sujeito responde à realidade dos estímulos. Na prática de interação comunicativa percebe padrões e semelhanças e imita sons e gestos até as cognições mais elaboradas, que dizem respeito à reação dos estímulos já elaboradas pela habilidade de falar uma língua natural e traduzi-la. Conseqüentemente são trazidas para os jogos as lógicas que compõem sua rede de significações.

Essas competências nascem de disposições inatas e são contornadas pelas experiências infantis análogas à noção de adestramento na linguagem de Wittgenstein e na comportamentalista de Berlo. Assim, o nível mais rudimentar de esclarecimento semiótico das funções sîgnicas, considerado como competência semiótica, relaciona-se à categoria de primeiridade. É nesse estágio que a criança responde a carinhos ou

repreensões e o nível intermediário de definição abstrata é o da secundidade, quando um signo é relacionado com outro signo e as palavras ou expressões são traduzidas em outras formas (COLAPIETRO, 2003b).

Entretanto, por acontecer em terceiridade, na qual a generalidade é dada pela lógica consensual, o esclarecimento pragmático é acrescido da lógica da inferência sob padrões behavioristas, na medida em que, na exposição do interpretante ao percepto em terceiridade, personifica a função sgnica que medeia a semiose do tradutor entre as várias representações simbólicas possíveis.

Assim posto, o pragmatismo peirciano, como teoria de significação, busca atender às expectativas dos estudos de tradução ao esclarecer a classe simbólica implícita no signo lingüístico. O autor atualiza o esquema de categorização peirciana designando, respectivamente, a primeiridade, a secundidade e a terceiridade como reações de originalidade obsistência e transuação do sujeito diante do percepto.

O objetivo é refletir sobre como a mente do sujeito oculta o presente, em razão das representações do passado e do futuro projetadas durante a semiose. Considero esse esclarecimento análogo à visão panorâmica de Wittgenstein: “A representação panorâmica permite a compreensão que consiste justamente em “ver as conexões”. (...) designa a nossa forma de representação, o modo pelo qual vemos as coisas” (IF 122).

Dessa perspectiva, é o presente que se coloca como o dimensão genuína da originalidade da semiose, a cognição passiva apontada por Peirce (2003). Ao se representar por intermédio dos hábitos interpretativos na rede de significações que compõem a semiose, a força do passado caracteriza a resistência do ato perlocucionário do tradutor à força ilocucionária do autor. Existe, portanto, a possibilidade de, uma vez estabelecida a dinâmica da autocorreção, ser privilegiada a alteridade do objeto dinâmico do signo, que acaba por contextualizar o original.

Essa atitude representa o princípio de *razoabilidade evolutiva* da semiótica peirciana. Na medida em que a cognição se torna passiva, existe a possibilidade de ser alcançada a literalidade ao original.

Considerando que Santaella e Colapietro reforçam a terceiridade como estratégia de mediação, a noção de transuação como conexão entre terceiridade e tradução aponta que ela, como mediação genuína, pode estabelecer-se como a personificação do signo, como qualquer coisa relacionada a uma segunda coisa, seu objeto em alteridade em relação a uma qualidade.

Paradoxalmente, a função de personificação das possibilidades de interpretação é em si análoga à proposição semiótica /um signo não é um signo a menos que ele se traduza em outro signo no qual está totalmente desenvolvido/, à qual Colapietro acrescenta: são os signos que tornam os erros possíveis, ratificando a noção falibilista do signo em oposição ao senso comum⁴⁵.

Entretanto, são os erros na tradução ou as perdas que acontecem os cobradores paradoxais da fidelidade ao original. Mesmo considerando que as palavras e os signos sempre significam, por vezes diferentemente do intencionado e compreendido, é por intermédio do processo tradutório que a potencialidade dos significados dos signos pode ser delimitada ou refletida, a fim de que sejam alcançados, ou pelo menos aproximados, os propósitos tradutórios de se alcançar a fidelidade ao original, como é o caso de alteridade relacionada à singularidade do autor diante de uma cognição passiva do percepto.

Estamos comprometidos com propósitos representados geralmente mal interpretados – racionalização, no sentido psicanalítico (C.P 1.631, apud: COLAPIETRO 2003b). Essa noção de pragmaticismo, doutrina tardia de Peirce,

⁴⁵ Senso comum – noção escolástica como órgão central que unifica as impressões oriundas dos diferentes sentidos, constituindo a unidade dos dados sensoriais e, portanto, do objeto (MARCONDES; JUPIASSÚ, 2001).

caracteriza-se pela demanda de tradução, que responde às questões levantadas sobre o verdadeiro significado das formas sígnicas, nas quais o sujeito se encontra incorporado⁴⁶ e as quais se traduzem em hábitos de ação (COLAPIETRO, 2003b).

Na base da distinção entre um meio e um veículo para a comunicação parece haver o reconhecimento da materialidade e da contextualidade de qualquer troca comunicativa real por intermédio de signos (Idem, *ibidem*).

A significação do signo lingüístico como veículo seria um meio de transporte por intermédio do qual o sujeito nasce e é levado de um lugar a outro. Entretanto, ao agir sobre o interpretante do sujeito que constata o objeto, nunca encontra uma forma, um veículo, que possa ser considerado ideal.

Por isso, a clarificação pragmática identifica-se com o interpretante lógico que, ao constatar o percepto, aponta as formas de funcionamento dos signos como instrumentos de mediação e meios de tradução. O significado racional de qualquer proposição encontra-se no futuro, quando será traduzida por alguém, portanto, o significado de uma proposição é em si a própria proposição.

A livre interpretação tem sido considerada desvio da forma lingüística fiel ao texto-signo original; a tradução literal representa a possibilidade de a vida inerente ao objeto original ser cultivada. Sob o ponto de vista lingüístico pragmático, os constrangimentos causados pelos limites da tradução não são causados somente pela signos a serem traduzidos, mas aos propósitos ideológicos que servem como argumentado aos modelos de crítica da vertente cultural.

A transuação personifica as demais categorias peircianas formuladas por processos de generalizações. São elas que atemporalmente identificam as formas genuínas das degeneradas. Antes de haver generalização há um nível de busca cega pelo

⁴⁶ As expressões “incorporado” e “personificado” referem-se ao uso dos signos “*embodied*” e “*embedded*” dos escritos de Peirce, largamente utilizados por Colapietro em seu discurso.

sujeito, que não entende descrições abstratas – como no caso do personagem Kaspar Hauser – formadoras de juízo perceptivo sobre o percepto ao qual é exposto durante a socialização.

Em seu sentido mais restrito, a tradução é uma instância da transuação, categoria só inteligível se atender a um fenômeno mais limitado, como um texto traduzido ou um processo translacional. Ela modifica a estrutura relacional desse fenômeno mais restrito de tal forma, que ambos se aliam, mas, significativamente, mantêm-se diferentes, fenômenos singulares.

Dessa forma, o signo simbólico característico da terceiridade é investigado pelo interpretante como mediação, mas não transuasão e tradução. A transuação ajusta-se à tradução, demonstrando um fenômeno crucial para essa derivação categorial, já que a mediação genuína ou transuasão é a característica do signo.

Se a qualidade e a originalidade são os aspectos imperativos de um enunciado, um enunciado, tal como um imperativo, deve ser comunicado, transmitido. Caso contrário, houve má interpretação. O tradutor-intérprete tem um interpretante interno subjetivo. Ao traduzir, ele se compromete com o aspecto de sinequismo, com o continuum do signo. Portanto é no processo de legendação de filmes que esse compromisso com a alteridade é mais que um fato, é uma necessidade⁴⁷.

Na legendação de textos audiovisuais, a validação do referente é uma qualidade comunicada pelo signo, na temporalidade, que registra o não-lingüístico. Por estar em obsistência, essa qualidade é comprovada pelo receptor do enunciado.

Considerando que o legendista joga e, de acordo com suas regras de legendação, tenta propiciar um “guia” para o espectador continuar no texto fonte, coerentemente com a percepção visual da ação na tela, quais as características da rede de significação

⁴⁷ Outros observares sobre a legenda estão apresentados no Anexo 1.

implícita no processo de legendação que facilitam o alcance da fidelidade ao significado do original?

Na medida em que a função primordial da semiose do texto audiovisual é a função contextual, a fim de não interferir no jogo de linguagens verbal e não-verbal explícito em tela, não seria a literalidade aos signos lingüísticos e extralingüísticos, resultado da percepção passiva do legendista, a atitude de trasnsuação facilitadora da recepção da mensagem pelo público final?

A seguir serão apresentadas legendas de uma cena do filme Forrest Gump traduzido no Brasil e em Portugal nas quais será investigada a rede de significações dos legendistas brasileiros e portugueses fundamentadas nos conceitos apresentados neste trabalho.

Capítulo 4

Análise

A racionalização é a construção de uma visão coerente, totalizante do universo, a partir de dados parciais, de uma visão parcial, ou de um princípio único. Assim, a visão de um só aspectos das coisas (rendimento, eficácia), as explicação em função de uma fator único (o econômico ou o político) a crença que os males da humanidade são devidos, a uma só causa e a um só tipo de agentes constituem outras tantas racionalizações. (...) A aventura da razão ocidental, desde o século XVII, produziu, por vezes simultânea e indistintamente, racionalidade, racionalismo, racionalizações. (Edgar Morin, 2005)

4.1 Corpus

DVD brasileiro

Zemeckis, R. (dir.) (2001) *Forrest Gump* – o contador de histórias [DVD].

Brasil: Videolar.

DVD português

Zemeckis, R. (dir.) (2001) *Forrest Gump* – o contador de histórias [DVD].

Portugal: Lusomundo Audiovisuais.

Cena 1: 10.38' – 12.14'

4.2 Parâmetro técnico de programas de inserção de legendas de DVDs em tela

Redução da fala a duas linhas por tela

No máximo 36 toques cada linha

Duração mínima de exposição: 2' para cada linha, e máxima: 6' para ambas

4.3 Códigos de apresentação

Te - tela

T - transcrição da fala original em inglês

TL - tradução literal em português do Brasil

LB - legendas brasileiras

LP - legendas portuguesas

4.4 Método

Fundamentadas nos pressupostos teóricos apresentados neste trabalho, serão procedidas análises das escolhas estruturais e semânticas (lógica estrutural) apoiadas nos modelo de crítica de tradução, análise dos atos de fala em jogos de linguagem (lógica consensual) e análise das inferências (lógica cognitiva).

4.5 Descrição da cena

Nessa cena, o personagem Forrest Gump narra acontecimentos de sua infância, período em que conheceu um hóspede, que tocava guitarra, na pensão de sua mãe. Apesar de usar aparelho ortopédico, Forrest conseguia dançar, porém tinha de mexer muito os quadris para não cair. Esse hóspede mais tarde tornou-se o rei do rock nos Estados Unidos. Uma noite, quando voltava das compras com sua mãe, Forrest o vê na televisão da “loja do Benson” tocando guitarra e dançando da forma como Forrest dançava ao ouvir seu violão.

Te 1

T: One time, a young man was staying with us.

TL: Uma vez, um jovem homem estava ficando conosco.

LB: Uma vez, um moço ficou lá em casa...

LP: Uma vez, hospedou-se lá um rapaz.

Te2

T: and he had him a guitar case

TL: e ele tinha para si uma mala de violão

LB: e ele tinha um violão...

LP: que trazia uma viola num estojo

Te3

Te: I liked that guitar. It sounded good.

TL: Eu gostava daquele violão. Ele soava bem.

LB: Eu gostava daquele violão. Era legal.

LP: Eu gostava da viola. Soava bem.

Te 4

T: I started moving around the music, swinging my hips.
 TL: Eu comecei a me movimentar em torno da música, girando meus quadris.
 LB: Comecei a dançar aquela música, mexendo os quadris.
 LP: Pus-me a mexer ao som da música, a abanar as ancas.

Te 5

T: This one night, me and Mama was out shopping,
 TL: Esta uma noite, eu e mamãe, estávamos fora comprando,
 LB: Uma noite, eu e mamãe fomos fazer compras,
 LP: Uma noite, eu e minha mãe andávamos a fazer compras,

Te 6

T: and we walked by Benson's furniture and appliance store, and guess what?
 TL: e passávamos pela loja de mobílias e eletrodomésticos do Benson e advinha o quê?
 LB: e advinha quem vimos na TV da loja do Benson?
 LP: passávamos pela loja de mobílias do Benson, e sabe o que vimos?

Te 7

T: Some years later, that handsome young man who they called The King,
 TL: alguns anos mais tarde, aquele moço jovem bonito a quem eles chamavam o rei,
 LB: Anos depois, aquele moço bonito que chamavam de Rei,
 LP: Anos depois, aquele rapaz simpático a quem chamavam “o Rei”,

Te 8

T: well, he'd sung too many songs, had himself a heart attack or something.
 TL: bem, ele tinha cantado músicas demais, teve um ataque cardíaco ou alguma coisa.
 LB: cantou músicas demais e teve um ataque cardíaco ou algo assim.
 LP: Bem, deve ter cantado canções demais. Teve um ataque de coração ou coisa assim.

Te 9

T: It must be hard being a king.
 TL: Deve ser difícil ser um rei.
 LB: Deve ser difícil ser Rei.
 LP: Deve ser duro ser-se Rei.

4.6 Análise

As adaptações estruturais e semânticas procedidas pelos dois legendistas apontam, em razão da tradução interlingual envolver códigos diferentes, inglês/português do Brasil e inglês/ português de Portugal, a recorrência à estratégia de equivalência de significado lingüístico, a fim de que a decodificação do sistema alcance sentido necessário para que a legenda seja compreendida pelo receptor final. Expandindo os modelos de crítica de tradução lingüísticos para a análise pragmática dos jogos de linguagem, que se estabelece entre original, legendas brasileira e portuguesa e os respectivos receptores finais, fica claro que, para não haver estranhamento por parte da audiência, os legendistas acionam a lógica pragmática consensual da comunidade interpretativa do receptor final. No caso das legendas da tela 3 /TL: Eu gostava daquele violão, ele soava bem/, /LB: Eu gostava daquele violão. Era legal/ e /LP: Eu gostava da viola. Soava bem/, as escolhas brasileira para o signo /violão/ e portuguesa para o signo /viola/ representam o conhecimento semântico necessário para que o objeto em questão faça sentido. Por sua vez, os jogos de linguagem da legenda da tela 6 /TL: e passávamos pela loja de mobílias e eletrodomésticos do Benson e advinha o quê?/, /LB: e advinha quem vimos na TV da loja do Benson?/ e /LP: passávamos pela loja de mobílias do Benson, e sabe o que vimos?/ apontam diferentes perlocuções dos atos de falas originais. Independentemente das diferenças entre as escolhas estruturais e semânticas efetuadas nas duas legendas, ambas, como atos de fala perlocucionários, privilegiam o fato de a loja pertencer à Benson (na brasileira), ao passo que a portuguesa reforça a característica da loja vender mobílias, excluindo a venda de eletrodomésticos. Graças à linguagem, essa ação mostra a heterogeneidade de efeitos que a força ilocucionária provoca no legendista, mesmo considerando a explicitação das imagens, que reforçam o aspecto de singularidade das expressões lingüísticas. Considerando que as omissões

resultam da rede de significações subjetiva do legendista, à luz dos modelos lingüísticos de crítica, elas são consideradas incorretas, não justificáveis, seja pelo modelo de equivalência dinâmica de Newmark (1982), seja pelo modelo comunicativo de Nida (1982). Da perspectiva de competência tradutória (Albir, 2005), a subcompetência bilíngüe, que diz respeito aos conhecimentos lingüísticos, sociolingüísticos, pragmáticos e textuais, argumenta a respeito dessas omissões como procedimento livre, uma vez que recorre aos frames estabelecidos pela pragmática discursiva. Prática essa que, por analisar textos atemporais, não atenderia a esclarecimentos de texto audiovisual, justamente porque os sentidos estruturais, indicativos apresenta-se em simulação de tempo real e reforçam o aspecto contextual da legendação sem necessariamente haver a recurso à lógica da inferência. Por outro lado, a teoria comportamental apoiada em estudos de engenharia de som (Berlo, 1963) e a teoria da relevância (Alves, 1996) entrariam respectivamente na psicologia behaviorista e na psicolingüística em busca de respostas psicológicas sobre as respostas dadas pelo legendista aos estímulos dos objetos relacionados à “loja do Benson” expostos em tela. Todavia, pode-se dizer que a relação lógica entre o fato de Forrest e sua mãe pararem na frente de uma vitrine grande de uma loja à noite com luzes apagadas, na qual se encontra uma televisão ligada transmitindo um show de Elvis Presley, e o pressuposto de que essa loja venda eletrodomésticos não perpassa necessariamente a teoria dos sentidos. A relação que se estabelece entre o signo interpretante do legendista e o objeto ao qual ele é exposto é auto-referente, uma vez que simula uma ligação física em razão da concomitância entre o texto-signo e sua representação em legenda. Nos textos audiovisuais, os signos apresentam-se predominantemente em categorias icônicas e indiciais diferentemente dos textos atemporais nos quais predominam os legi-signos simbólicos. Na mediação icônica predomina o interpretante dinâmico que se relaciona com o contexto de loja de

eletrodomésticos ao qual a televisão, como objeto dinâmico, refere-se. E é a linguagem visual indicial que determina a seqüência narrativa da cena e permite a coerência entre imagem e fala. Na medida em que a narrativa de Forrest implica descrição de fatos relacionados à história dos Estados Unidos, a verificação de suas proposições é constada pelas imagens que as referenciam. Trata-se de um exemplo de contextualização como privilégio de explicitação dos signos extralingüísticos implícitos na semiose. Por isso, a omissão nas legendas brasileira a portuguesa das informações sobre a “loja de Benson” explicam-se pela temporalidade da simulação da ação.

Considerações finais

Considerando que a faculdade de representar o real por um signo e de compreendê-lo como representante do real constitui a problematização maior sobre a simbolização dos significados, é na rede de significações do tradutor que se pode problematizar a cobrança da fidelidade ao aspecto simbólico do significado em textos atemporais.

Como argumentado neste trabalho, por que diz respeito ao passado, o aspecto simbólico do signo, durante décadas, problematizou os modelos de crítica desenvolvidos pela lingüística e aplicados às pesquisas da área. Por isso, de certa forma, a noção de arbitrariedade do signo vem sendo mantida desde Saussure, que desenvolveu parâmetros de análise propícios à sistematização do uso da língua pela fala.

Conseqüentemente, pelo que foi discutido, as teorias de tradução de textos verbais fundamentam-se na importância do registro do signo lingüístico e focalizam o texto e o produto de significação, como aspectos de intencionalidade da autoria.

As análises culturais e pragmáticas sobre o ato tradutório de textos ratificam o conceito de língua como sistema, sujeito à ação do tempo e verificável pela sociolingüística, o que anteriormente era tarefa da psicologia social.

Entretanto, à evolução da noção filosófica da linguagem ideal, a Filosofia da linguagem ordinária acrescentou à teoria do conhecimento o caráter empírico da análise dos atos de fala como situações de jogos de linguagem.

Investigações sobre a linguagem como veículo de comunicação humana passaram a questionar a proposta dos estudos lingüísticos sobre a correspondência de escolhas efetuadas no plano de expressão a outras no plano dos conteúdos.

Com Saussure, a noção do simbólico como brecha de conteúdo significativo do signo lingüístico representado no plano de expressão acrescentou à lógica estrutural o

aspecto lógico dos pressupostos semânticos que se estabelece no sentido indicativo do texto.

À luz deste estudo, é possível enxergar com clareza que a lógica da inferência relaciona-se às regras trazidas para os jogos de linguagem da tradução como um simulacro para as demais interações comunicativas das quais participamos. O caráter inferencial da rede de significações do tradutor representa, portanto, a singularidade do ato tradutório como um ato interpretativo.

Considerando que a competência lingüística e discursiva do tradutor sejam suficientes para que ele não adultere o sentido do original, a incidência de pressupostos de sua interpretação deve-se ao fato de seu reconhecimento singular do contexto que é atemporal e, por isso, implica projeções cognitivas fruto de hábitos interpretativos diante do texto-signo.

Portanto, a fidelidade ao original não pode ser alcançada nem por intermédio de uma suposta transferência de significado do original, como esperado pela lingüística estruturalista, nem a partir das regras subjetivas trazidas para o jogo de tradução. A noção de fidelidade depende da relação que se estabelece entre os signos lingüísticos e o referente original, que é extralingüístico.

O que é cobrado é o significado simbólico do signo que, uma vez motivado, não pode ser sistematizado. As questões sobre o simbólico, que dizem respeito ao referente extralingüístico do signo, puderam ser investigadas sob abordagem semiótica do signo triádico, que envolve a lógica do interpretante do tradutor.

Conclusão: a atitude do legendista diante do jogo de linguagem que se apresenta no texto audiovisual simula a noção de ideal de interpretação do original. Na medida em que o foco perceptivo das legendas, fruto da semiose do legendista, representa a obviedade dos signos que compõem o original, questões sobre o alcance da fidelidade

ao referente simbólico do original são esclarecidas como miríades de possibilidades das idéias simbólicas sobre o signo para os usuários da língua.

Por isso, a semiose elimina a dicotomia da linguagem verbal que representa e atua como referência a um ato comunicativo descritivo, em registro designativo do referente, que é extralingüístico. A literalidade ao simbólico em registro privilegia o sistema, acarretando as projeções de formas de vida, hábitos e regras que trazemos pra os jogos atemporais e nos auxiliam a questionar o valor de verdade da contextualização.

A literalidade no processo de legendação, por sua vez, é contextual justamente porque diz respeito ao posto e não ao dito, e a noção de competência contextual, como subcompetência da competência tradutória implícita no processo de legendação de filmes, acrescenta à rede de significações do legendista a lógica contextual.

Mas a lógica contextual elimina o recurso à lógica dos pressupostos e amplia paradoxalmente a noção de compartilhamento de significados, uma vez que, a partir da atitude de literalidade do juízo perceptivo do legendista, sugere que ele consiga ser fiel ao referente objetivo do signo a ser interpretado.

Com os resultados deste trabalho, espera-se desenvolver-se futuras investigações sobre até que ponto a reflexão do papel do referente pré- estabelecido, o ponto de vista, não pode ser trazido para estudos de processo de significação para atos comunicativos em geral, a fim de facilitar a aplicação da visão panorâmica sobre as regras que trazemos pra os jogos que por vezes nos enfeitiçam e nos impedem de ver o óbvio.

Que, graças à linguagem, a competência contextual detectada na rede de significações do legendista propicie o desenvolvimento de parâmetro de competência contextual como método terapêutico

Referências

AKMAJIAN, A. et al. *Linguistics. An Introduction to Language and Communication*. Massachussets: MIT Press, 1997.

ALVES, F.D.D. Sperber & D. Wilson, E.-A. Cutt e F. Alves. A teoria de relevância aplicada aos estudos da Tradução. In: VIEIRA, E (org.) *Teorizando e contextualizando a tradução*. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1996. p. 184-205.

APEL, K.O. *Transformação da Filosofia I*. Paulo Astor Soethe Trad. São Paulo: Loyola, 2000. Título original: Transformation der Philosophic.

_____. *Transformação da Filosofia II*. Trad. Paulo Astor Soethe São Paulo: Loyola, 2000. Título original: Transformation der Philosophic.

ARISTÓTELES. *Metafísica. Vol II*. Trad. Marcelo Perine. Comentário Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002.

ARROJO, R. Compreender x Interpretar e a questão da tradução. In: ARROJO (org.) *O Signo Desconstruído*. Campinas: Pontes, 1992a. p. 67-79.

_____. *Oficina de Tradução*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992b.

_____. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

AUBERT, F. *As (In)fideliades da Tradução*. Campinas: Unicamp, 1994.

AUSTIN, J.L. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press. 1979. 3ed.

_____. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. Título original: How to do things with words.

_____. *Sentido e Percepção*. Trad. Armando Manuel Moura de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Título original: Sense and Sensibilia.

_____. *How to do things with words*. Harvard: Harvard Press, 1962.

BAIRON, S. *Interdisciplinaridade: educação, história da cultura e hipermídia*. São Paulo: Futura, 2002.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira São Paulo: Hucitec, 1997.

- BARBOSA, H.G. *Procedimentos Técnicos da Tradução*. Campinas: Pontes, 1990.
- BARROS, D. A. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. A comunicação humana. In: FIORIN, J (Org.). *Introdução à lingüística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, v.1, 2002. p. 25-55.
- BARTHES, R. *A Aula*. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978. Título original: La leçon.
- _____. *Mitologias*. 10. ed. Trad. de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Título original: Mythologies.
- _____. *Elementos de Semiologia*. 13 ed. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2000. Título original: Éléments de Semiologie.
- BERLO, D. K. *O Processo da Comunicação: Introdução à teoria e à prática*. Trad. em colaboração com USAID. São Paulo: Martins Fontes, 1963. Título original: The process of communication.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- _____. *Técnicas de Comunicação Escrita*. São Paulo: Ática, 1988.
- BLOOMFIELD, L. Um conjunto de postulados para a Ciência da Linguagem. In: _____. *Concepções Gerais da Teoria Lingüística*. São Paulo: Global, 1978. p. 45-61.
- BOUGNOUX, D. *Introdução às Ciências da Comunicação*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, S.P: EDUSC, 1999. Título original: Introduction aux sciences de la communication.
- BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. GUIMARÃES, E. (org). São Paulo: Pontes, 1992. Título original: Essai de Sémantique . Science des significations.
- CABRAL, A.; NICK, E. *Dicionário técnico de psicologia*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CAMBRIDGE. *International Dictionary*. Cambridge University Press, 1995.
- CANALE, M. *From Communicative Competence to Communicative Language Pedagogy*. In: Richards & Smith (Eds.). *Language and Communication*. New York: Longman, 1983. p. 02-27.
- CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*¹. Artes de Fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. Título original: Linvention du quotidien 1^a. arts de faire.
- CHOMSKY, N. Modelos explanatórios em Lingüística. In: DASCAL, M. *Concepções Gerais da Teoria Lingüística*. São Paulo: Global, 1978. v. 1, p. 61-94.

_____. *Language and problems of knowledge*. The Managua Lectures. 3. ed. Cambridge: MIT Press, 1989.

CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COELHO NETTO, J. T. *Semiótica, Informação e Comunicação*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

COLAPIETRO, V. *Peirce's Approach to the Self*. New York: SUNY ed. 1989.

_____. *As rotas da Significação*. In: *6º Encontro Internacional sobre Pragmatismo*. São Paulo: PUC, 2003a. p. 1-13.

_____. *Translating signs otherwise*. In: PETRILLI, S.(org.)*Translation translation*. New York: RODOPI, 2003b. p.189-216.

_____. *Allowing our practices to speak for themselves: Wittgenstein, Peirce, and their Intersecting Lineages*. 2006. No prelo.

COPI, I; GOULD, J. (orgs.). *Contemporary readings in logical theory*. Nova York: Macmillan, 1967. p. 105-127.

COSERIU, E. *Sincronia, Diacronia e História*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mario Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, Universidade de São Paulo, 1979. Título original: Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambio lingüístico.

_____. *El Hombre y su Lenguaje*. 2. ed. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica, 1991.

COSTA, N. C. A. *Introdução aos fundamentos da matemática*. Porto Alegre: Globo, 1962.

COTTON, B; OLIVER, R. *Understanding Hypermedia 2000*. London: Phaidon, 2000.

DUBOIS et al. *Dicionário de lingüística*. BLIKSTEIN, I (trad. org.). São Paulo: Cultrix, 2001. 8 ed. Título original: Dictionnaire de Linguistic.

ECO, U. *Os Limites da Interpretação*. Trad. Pérola de Cravalho São Paulo: Perspectiva, 2000. Título original: I Limiti dell' Interpretazione.

EPSTEIN, I. *O Signo*. São Paulo: Ática, 1999.

FAWCETT, P. *Translation and Language. Linguistics Theories Explained*. United Kingdom: St. Jerome, 1997.

FAZENDA, I. (Org.). *Interdisciplinaridade, Dicionário em Construção*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARA, L. *Leitura sem Palavras*. São Paulo: Ática, 2001.

FIORIN, J. L. (Org). *Introdução à Linguística I - Objetos Teóricos*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Teoria dos Signos*. In: *Introdução à Linguística I - Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 55-74.

_____. *Linguagem em Uso*. In: *Introdução à Linguística I - Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 165-186.

_____. *As Astúcias da Enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.

FLAVEL et al. *Desenvolvimento cognitivo*. 3. ed. Trad. Cláudia Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 1999. Título original: Cognitive development.

FREGE, J.G. Os Fundamentos da Aritmética. In: *Os Pensadores XXXVI*. Trad. Luiz Henrique dos Santos. São Paulo: Abril, 1974. p. 203-282. Título original: Die Grundlagen der Arithmetik.

_____. Function and concepts. In: *Translations of Philosophical Writings of Gottlob Frege*. (GEACH, P et al eds) Oxford: Basil Blackwell, 1975. p. 21-41.

GARDNER, H. *Inteligência um conceito reformulado*. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. Título original: Intelligence reframed.

GHIRARDELLI, J. *Caminhos da Filosofia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GRICE, H. Logic and Conversation. In: Peter Cole; Jerry L. Morgan (Eds). *Syntax and Semantics*, v.3, New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Londres, Heinemann, 1984, 2 vol.

HALLIDAY, M. *El Language como semiótica social*. Colombia: Fondo de Cultura Económica. 1994 a.

_____. *Functional Grammar*. Estados Unidos: Routledge, 1994b.

HATIM, B; MASON, I. *Discourse and Translator*. 5. ed. Singapore: Longman, 1994.

_____. *Translator as Communicator*. 2. ed. New York: Routledge, 1999.

HYMES, Dell. *Ethnography, Linguistics, Narrative Inequality*. London: Taylor and Francis, 1996.

ILARI, R; GERALDI, J. V. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. 5. ed. BLIKSTEIN, I & PAES, J.P (orgs e trads) São Paulo: Cultrix, 1971.

JAMES W. *Pragmatism*. New York: Dover, 1995.

JOHNTON, J. Translation as simulacrum. In VENUTI, L. *Rethinking translation*. London, Routledge, 1992. p. 42-57.

KELLNER, D. *A Cultura da Mídia*. São Paulo: EDUSC, 2001.

LANDOW, G P. *Hyper / text / theory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994.

LEO, R. Peirce and Wittgenstein on Common Sense. In *Cognition, revista de Filosofia*. São Paulo: Centro de Estudos do Pragmatismo PUCSP, v. 5, n. 2, p. 180-192, jul./dez. 2004.

LOPARIC, Z. A. A ética originária e a práxis racionalizada. In: BRITO, A. (Org.). *Ética: questões de fundamentação*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007. p. 162-237.

LOPES, E. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

MALDONADO, A. E. Teoria da comunicação: Interculturalidade, filosofia, linguagem e sociedade. Separata de: *Conexão-Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul: UCS, v. 4, n. 8, p. 117-129, jul./dez. 2005.

MARCONDES, M.; JUPIASSÚ, H. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARCONDES, D. *Filosofia, Linguagem e Comunicação*. 3. ed. ver. ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

MARQUES, A. O estatuto da expressão em Wittgenstein. In: *Cadernos de Filosofia*. Lisboa: Colibri, n. 5. 1999. p. 45-66.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília, 1999.

MIRZOEFF, N. *Visual culture reader*. New York: Routledge Press, 1998.

MONK, R. *Wittgenstein, o dever de um gênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORIN, E. *Para sair do século XX*. 30. ed. Trad. Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Título original: Pour Sortir du XXe siècle.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 5 ed. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002. Título original: Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur.

_____. *Ciência com Consciência*. 8. ed. Trad. Maria de Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. Título original: Science avec Conscience.

MOUNIN, G. *Os Problemas Teóricos da Tradução*. Trad. Heloisa de Lima Dantas. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

NEWMARK, P. *Approaches to Translation*. United Kingdom: Prentice Hall, 1982.

_____. *A Textbook of Translation*. United Kingdom: Prentice Hall, 1988.

NIDA, E.; TABER, C. *The Theory and the Practice of Translation*. 2. ed., Netherlands: United Bible Societies, 1982.

NOTH, W. *Panorama da Semiótica de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. *A semiótica no século XX*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1999.

NUNES, A. *Aprendendo Filosofia*. São Paulo: Papirus, 1999.

OTTONI, P. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

PARENTE, A. Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade In PARENTE, A. *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulinas, 2004. p. 91-109.

PARRET, H. *Enunciação e Pragmática*. ORLANDI et al (trad. org.) Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso Uma crítica a afirmação do óbvio*. ORLANDI, E. et al (trad. org.) Campinas: Ed. Unicamp, 1997. Título original: Les vérités de la Palice.

PEIRCE, C. S. *Escritos Coligidos*. Coleção Os Pensadores vol XXXVI. Trad. Armando Mora Oliveira e Segio Pomerangblum, sel. Armando Mora D'Oliveira. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Título original: The Collected papers of Charles Sanders Peirce.

_____. *Semiótica*. 3. ed. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2003. Título original: The Collected Papers of Charles Sanders Peirce.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e a Filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PHILLIPSON, R. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

PIGNATARI, D. *Informação Linguagem e Comunicação*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1991.

PLAZA, J. *Tradução Intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

RAJAGOPALN, K. *Dos dizeres diversos em torno do fazer*. D.E.L.T.A. São Paulo: EDUC ed PUCSP, v. 6, n. 2, p. 223-253, 1990.

_____. *O Significado e sua gênese: algumas anotações avulsas*. In ARROJO, R.org. O Signo desconstruído. Campinas: Pontes, 1992.

_____. *A irreduzibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas*. In: D.E.L.T.A. São Paulo: EDUC ed. PUCSP, 1992. v. 8, n. 1, p. 91-133.

_____. *Quem tem medo de holismo?* In: D.E.L.T.A. São Paulo: EDUC ed. PUCSP, 1994. v.10, n. 1, p. 73-81.

_____. *On the ideological underpinnings of the theory of speech acts*. In: Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, 1996. ano 5, n. 4, v.2, p. 105-132.

_____. *Caminhos da Pragmática*. In: D.E.L.T.A. São Paulo: EDUC ed. PUCSP, 1999. v. 15, n. especial, p. 323-338.

_____. *O singular : uma pedra no caminho dos teóricos da linguagem*. Separata de: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas. n. 38, p. 79-84, jan./jun. 2000.

_____. *O problema da metalinguagem na Lingüística*. In: REBORI, M.V, PESSOA JUNIOR (Org.) *Epistemologia e Lingüística: Problemas e Métodos*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, 2001. p. 69-75.

_____. *Dossiê O Sigificado da Tradução e a Tradução do Significado*. Separata de: *Revista Letras*, Curitiba: UFPR, n. 56, p. 67-76. jul./dez. 2001.

_____. *Por uma pragmática voltada à prática lingüística*. In: ZWANDAIS, A. (Org.) *Relação entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 22-35.

_____. *Reference*. Encyclopedia of Linguistics Philipp Stranzy. ed. 2 vols New York: Fitsroy Dearborn, 2005. p. 29.

REIS, M. *A Importância da Competência Gramatical no Ensino Comunicativo*. São Paulo: Oficina de Textos, 1998.

_____. *O “observar” e o “explicar” o Mundo pela Linguagem*. In Revista Mackenzie, educação, arte e história da cultura. São Paulo, n. 2, 2002. p. 81-85.

_____. *Consenso: Linguagem em jogo*. Local: UNIrevista (UNISINOS. Online), v. 1, p..nº 3, 2006.

_____. *Patch Adams: um estudo de caso em contexto*. São Paulo: Expressão e Arte Ed, 2008. No prelo.

_____. *Semiose e tradução de legenda*. In encarte Vozes, olhares e silêncios. Bahia. Ed. UFB, 2008. No prelo.

_____. *Legendação: significação e esclarecimentos pragmáticos*. In revista Mackenzie, educação, arte e história da cultura. São Paulo, n 7, 2007. No prelo.

RICHARDS, J (Ed.). *Language and Communication*. London: Longman, 1983.

ROBINSON D. *Becoming a Translator*. New York: Routledge, 1997.

ROCHA, R. *Morris, Carnap e a Semiótica*. Blog Filosofia da Linguagem. 3 jul. 2006. Disponível em: <<http://filosofiadalingua.gem.blogspot.com/2006/07/9-morris-carnap-e-semiotica.html>>. Acesso em: 5 mar. 2008.

ROPÉ, F. Dos Saberes às Competências. In *Saberes e Competências*. ROPÉ & TANGUI (orgs.) Trad. Patricia Chittoni Ramos. Campinas: Papyrus, 1994. p. 69-103. Tradução de Savoirs et Compétences.

RORTY, R. *The Linguistic Turn*. 4. ed. London: The University of Chicago Press, 1975.

_____. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Título original: Philosophy and the mirror of nature.

RUSSEL. B. *On denoting*. In: COPI & GOULD (orgs.). *Contemporary readings in logical theory*. New York: Macmillan Company, 1967. p. 93-105.

SALLES, C. *Gesto Inacabado*. FAPESP: Annablume, 2001.

_____. *Redes de criação: construção da obra de arte*. São Paulo: Ed. Horizonte, 2006.

SANTAELLA, L. *Produção de Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *A Assinatura das Coisas*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. *A Percepção*. São Paulo: Experimento, 1993.

_____. *Produção de Linguagem e Ideologia*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Matrizes da Linguagem e Pensamento*. São Paulo: Iluminuras, 2001.

_____. *Semiótica Aplicada*. São Paulo: Thompson, 2002.

_____. *A Teoria Geral dos Signos*. São Paulo: Thompson, 2004.

_____. *Linguagens líquidas*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *Porque as comunicações e as artes estão convergindo?* 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 4. ed. Trad. Izidoro Blikstein et al São Paulo: Cultrix, 1972. Título original: Cours de linguistique générale.

SEARLE, J. R. *Os Actos de Fala: Um ensaio da Filosofia da Linguagem*. Trad. Carlos Vogt, coord. Coimbra: Almedina, 1981. Título original: Speech Acts.

SIMON, S. *The language of cultural difference figures or alterity in canadian translation* in VENUTI, L. (org.) *Rethinking translation*. London: Routledge, 1992. p. 159-177.

STEINER, G. *After Babel*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press. 1992.

STRAWSON, P. F. Identifying reference and truth-values. In: *Logico-Linguistic Papers*. London: Methuen & Co Ltd, 1971. p. 75-97.

STROOBANTS, M. A Visibilidade das Competências. In: *Saberes e Competências* ROPÉ, F. & TANGUY, L. (orgs.) Trad. de Patricia Chittoni Ramos. Campinas: Papirus, 1994. p. 135- 167. Título original: *Savoir et compétences*.

_____. On Referring. In: *Contemporary readings in logical theory*. COPI & GOULD (orgs.) New York: Macmillan Company, 1967. p. 105-127.

THÁ, F. *Uma semântica para o ato falho*. São Paulo: AnnaBlume, 2001.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. (KOCH, I org.) São Paulo: Contexto, 1996. 2 ed.

VASCONCELLOS, M.L. & PAGANO, A. *Explorando interfaces: estudos da tradução, lingüística sistêmico-funcional e lingüística de corpus*. In: PAGANO et al (orgs) *Competência em Tradução*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.p. 173-207.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility*. London: Routledge, 1997.

_____. (Org.). *Rethinking Translation*. London: Routledge, 1992.

VIEIRA, E. (Org.) *Teorizando e Contextualizando a Tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1996.

WALTER-BENSE, E. W. A. *Teoria Geral dos Signos*. São Paulo: Perspectiva, 2000. Tradução de Allgemeine Zeichenlehre.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultura, 1991. Título original: *Philosophische Untersuchungen*.

_____. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos São Paulo: EDUSP, 1993. Título do original em inglês: *Tractatus Logico-Philosophicus*.

_____. *Gramática Filosófica*. Trad. Luis Carlos BorgesUK: Blackwell, 1974. Título original: *Philosophical Grammar*.

_____. *Da Certeza*. Trad. Maria Elisa Costa Lisboa: Edições 70, 1969. Título original: *On certainty/Über Gewissheit*.

WOODSWORTH, J.; DELISLE, J. (Org.). *Os Tradutores na História*. Trad. Sérgio Barth. São Paulo: Ática, 2003. Título do original: *Translators through History*.

ZEMECKIS, R. (dir.) (2001) *Forrest Gump - O Contador de Histórias* [DVD]. Portugal: Lusomundo Audiovisuais.

ZEMECKIS, R. (dir.) (2001) *Forrest Gump - O Contador de Histórias* [DVD]. Brasil: Videolar.

ZINGANO, M. A. A Filosofia de Aristóteles: Um Olhar para as formas do mundo. *Mente, Cérebro & Filosofia*, São Paulo: Ediouro, rev. nº 1. p. 45-51, mar. 2007.

Anexo

1. Estudos sobre legendagem

Teses

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. *Ser ou não ser natural, eis a questão dos clichês de emoção na tradução audiovisual*. 2000. Tese de doutorado. Língua inglesa e Literaturas inglesa e norte-americana. Universidade de São Paulo/FFLCH, 2000. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/ USP/USP/ DEDALUS/FULL/1074509>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Clichês ou fórmulas situacionais são as expressões que os falantes de determinada língua transformam em estereótipos e lugares-comuns com o uso recorrente. Essas expressões típicas da oralidade surgem com frequência em filmes norte-americanos, trazendo dificuldades para os tradutores de filmes. Em um corpus de cinco filmes selecionados, a partir da temática do divórcio, foram encontrados mais de 250 clichês usados para expressar diferentes tipos de emoção: amor, alegria, ansiedade, compaixão, culpa, desgosto, raiva, surpresa e ironia. A tradução dos clichês foi analisada, levando em conta as restrições enfrentadas pelos tradutores. A análise não foi prescritiva, atendo-se basicamente à descrição das normas utilizadas pelos tradutores brasileiros na tradução dos clichês. Essa análise revelou cinco normas. A primeira refere-se à tradução dos clichês em inglês pelos seus correspondentes em português. Apesar de algumas traduções serem estranhas para o falante nativo do português do Brasil, na maioria dos casos os tradutores usaram clichês que aparecem em 'situações semelhantes à do inglês, para verter os clichês da língua de partida, produzindo, assim, expressões naturais em português. Entretanto, as outras normas mostram a ausência de naturalidade das traduções. A segunda refere-se à criação de expressões gramaticais, porém pouco naturais em português. A terceira apresenta a tradução usando expressões que não são tidas como clichês. A quarta expõe a suavização das palavras de baixo calão. A última refere-se à linguagem coloquial usada na dublagem, ao invés de uma variante mais culta usada na legendagem, bem distante da oralidade que se espera no diálogo de um filme.

MOUZAT, Alain Marcel. *Forma e o sentido na tradução: a tradução de filmes por legendas*. 1995. Tese de doutorado. Semiótica e Linguística Geral. Universidade de São Paulo/ FFLCH, 1995. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/USP/USP/TES/FULL/0744545?>>. Acesso em: 27 de mar. 2008.

A relação entre forma e sentido constitui a problemática fundamental da tradução. Teorizações recentes (esit, desconstrução) levam a renunciar a tentativa de construção desta relação em nome, ora da situação de comunicação (sempre variável) ora do sujeito (sempre barrado). A tese mostra como ha certos modelos enunciativos (relacionados com a teoria de a. Culioli) oferecem o quadro teórico que permite evidenciar (através da análise de legendas de filmes) o papel fundamental das formas na construção do sentido.

Dissertações

BARROS, Livia Rosa Rodrigues de Souza. *Tradução audiovisual: a variação lexical diafásica na tradução para dublagem e legendagem de filmes de língua inglesa*. 2006. Dissertação de mestrado. Semiótica e Linguística geral. Universidade de São Paulo/FFLCH, 2006. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/POR/USP/USP/DEDALUS/FULL/1535976>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

As Variações Lexicais Diafásicas, ou seja, as diferenças entre os diversos tipos de modalidade expressiva, têm sido freqüentemente ignoradas pelos tradutores de filmes, talvez por desconhecimento do tradutor, ou pelo trabalho de pesquisa que se deve desenvolver nesse caso, o que descaracteriza muitas personagens. O objetivo desta pesquisa é levantar questões lexicais relevantes no processo de legendagem e dublagem de filmes de língua inglesa, em língua portuguesa do Brasil. O cinema, como produto de entretenimento e, antes de tudo, arte e produto de uma cultura, tem a capacidade de criar figuras, registrá-las e reproduzi-las continuamente e confere a essa forma de representação um poder especial: o de gerar e manter acesas suas construções simbólicas, mesmo aquelas que não possuem relação com as figuras da prática cotidiana. Por isso mesmo, o trabalho dos atores, produtores, diretores, e equipe técnica deve ser preservado. O respeito às Variações Lexicais Diafásicas é trabalho obrigatório

do tradutor. Um exame detalhado de um corpus de traduções para dublagem e legendagem de filmes de língua inglesa para o português brasileiro sugere que, em alguns casos, essa tarefa pode ser bastante complexa, mas bastante viável. E os resultados desta pesquisa confirmam essa possibilidade no que se refere a linguagem dos jovens demonstrando que se deve traduzir o "espírito do filme", uma vez que o tradutor de filmes "não somente traduz a fala das diversas situações de comunicação no filme, mas também tem a preocupação de caracterizar cada situação de discurso" (BAMBA, 1997)

CARVALHO, Carolina Alfaro de. *A tradução para legendas: dos polissistemas à singularidade do tradutor*. 2005. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0651.D2W/SHOW?Mat=&Sys=&Nr=&Fun=&CdLinPrg=pt&Cont=6613:pt>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Este trabalho se insere no contexto dos Estudos da Tradução contemporâneos, em consonância com as teorias pós-estruturalistas no campo dos Estudos Sociais. Adotando uma postura crítica que visa reaproximar teoria e prática, academia e mercado profissional, este estudo investiga a prática da tradução para legendas, entendida no âmbito da tradução audiovisual, a partir de uma perspectiva sistêmica e funcional. A base teórica e metodológica adotada tem como ponto de partida a Teoria dos Polissistemas e os fundamentos teóricos dos Estudos Descritivos de Tradução, os quais são aqui ampliados e adaptados de modo a incorporar o campo da tradução audiovisual. A tradução para legendas é então investigada a partir de um contexto em maior escala — no qual incluem-se as instituições, os profissionais e os procedimentos envolvidos na legendagem de materiais audiovisuais — sendo enfocadas unidades progressivamente menores: meios de veiculação, parâmetros técnicos, normas sintáticas e estilísticas. Finalmente, examinando o processo tradutório no campo da legendagem, o estudo culmina em reflexões sobre a dimensão singular do trabalho do tradutor — uma lacuna nos Estudos Descritivos da Tradução e pouco explorada nas teorias tradutórias de modo geral — e em considerações sobre a possibilidade de aliar ao paradigma descritivo pesquisas sobre a subjetividade inerente à prática tradutória.

Artigos

ANASTÁCIO, Sílvia Maria Guerra. The soundtrack of Orlando as a microcosm of Potter's filmic adaptation. Universidade Federal da Bahia. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/Silvia%20Maria%20Guerra%20Anastacio.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

This study analyses the soundtrack of the film *Orlando* (1992), directed by Sally Potter, a recreation of the novel by the same title, written by Virginia Woolf (1928). Despite the fact that Potter and Woolf have lived in different times, both focused on matters of gender and, each in her own way, challenged the hegemonic power, denouncing the role of women as marginal and silent figures in a repressive patriarchal society. The soundtrack of *Orlando* can be viewed as a microcosm of the film, where the androgynous angel, who sings the *Coming* song, might be suggesting a conflict between opposing forces embodied by its hybrid character.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. Por que não são naturais algumas traduções de clichês produzidas para o meio audiovisual? *Tradução e Comunicação*. N. 10, Issue 10, 2001. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_revtraducao_resumoN10.asp>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Clichês ou fórmulas situacionais são as expressões que os falantes de uma determinada língua transformam em estereótipos e lugares-comuns com o uso recorrente. Essas expressões típicas da oralidade surgem com frequência em filmes, trazendo dificuldades para os tradutores audiovisuais. A análise da tradução desses clichês não foi prescritiva, atendo-se basicamente à descrição das normas utilizadas pelos tradutores brasileiros e levando em conta o contexto em que se realiza a tradução. Essa análise revelou cinco normas. A primeira refere-se à tradução dos clichês em inglês pelos seus correspondentes em português. Apesar de algumas traduções serem estranhas para o falante nativo do português do Brasil, na maioria dos casos os tradutores usaram clichês que aparecem em situações semelhantes à do inglês, para verter os clichês da língua de partida, produzindo, assim, expressões naturais em português. Entretanto, as outras normas mostram a ausência de naturalidade das traduções. A segunda refere-se à

criação de expressões gramaticais, porém pouco naturais em português. A terceira apresenta a tradução usando expressões que não são tidas como clichês. A quarta expõe a suavização das palavras de baixo calão. Finalmente, a última refere-se à linguagem coloquial usada na dublagem, ao invés de uma variante mais culta usada na legendagem, bem distante da oralidade que se espera no diálogo de um filme.

BRILHANTE, Lucyana do Amaral. *Equus: a construção do personagem Alan Strang na tradução cinematográfica*. Universidade Estadual do Ceará. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/Lucyana%20do%20Amaral%20Brilhante.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Peter Shaffer é um dramaturgo inglês da segunda metade do século vinte. Um de seus trabalhos de maior destaque foi a peça *Equus*, que conta a história de um rapaz, Alan Strang, em tratamento psiquiátrico. A peça foi traduzida para as telas de cinema pelo cineasta Sidney Lumet, com roteiro do próprio Shaffer. Tomando como base o conceito de tradução intersemiótica de Jakobson (1995), pode-se dizer que a adaptação fílmica se inclui na categoria de tradução intersemiótica e esta uma das formas de tradução audiovisual. É natural que na tradução da peça para o filme a obra sofra modificações, pois as traduções formam novos objetos que normalmente se desvinculam do original. O presente trabalho visa analisar as diferenças entre a peça escrita e o filme, concentrando-se, contudo, nas diferenças que afetam a construção do personagem Alan Strang. O *corpus* da pesquisa foi composto pelo filme e pela peça de Shaffer. A análise do personagem foi feita à luz das Teorias de Tradução e de Literatura.

GAMBIER, Yves. Screen Translation: an overview. *Tradução e Comunicação*. N. 11, Issue 11, 2002. Disponível em: <http://www.unibero.edu.br/nucleosuni_revtraducao_resumoN11.asp>. Acesso em: 24 mar. 2008.

The paper deals with five main issues of screen translation. First, it gives the various modes of screen translation. This new genre is expanding rapidly because the audiovisual landscape is influenced by a rapid internationalisation and a change in supply and demand. Another factor is the impact of new technology. Within this large

frame, we consider practice and quality in subtitling. Then a certain number of questions are raised with investigation. Finally, we outline the specific competences of the screen translator

GIMBERT, Montse Corrius. The third language: A recurrent textual restriction that translators come across in audiovisual translation. University of Vic, Espanha. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/Montse%20Corrius%20Gimbert.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

If the process of translating is not at all simple, the process of translating an audiovisual text is still more complex. Apart from technical problems such as lip synchronisation, there are other factors to be considered such as the use of the language and textual structures deemed appropriate to the channel of communication. Bearing in mind that most of the films we are continually seeing on our screens were and are produced in the United States, there is an increasing need to translate them into the different languages of the world. But sometimes the source audiovisual text contains more than one language, and, thus, a new problem arises: the translators face additional difficulties in translating this “third language” (language or dialect) into the corresponding target culture. There are many films containing two languages in the original version but in this paper we will focus mainly on three films: *Butch Cassidy and the Sundance Kid* (1969), *Raid on Rommel* (1999) and *Blade Runner* (1982). This paper aims at briefly illustrating different solutions which may be applied when we come across a “third language”.

LUQUE, Francisca García. Dubbing and manipulation: the name of the rose, a case study. Universidad de Valladolid, Espanha. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/Francisca%20Garcia%20Luque.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

In this article, we illustrate the possibilities of manipulation offered by dubbing as a modality of audiovisual translation with some examples extracted from the film *The name of the rose*, directed by the French Jean-Jacques Annaud (1986), and based on the

novel by Umberto Eco *Il nome della rosa* (1980). Firstly, we will concentrate on the changes operated in the Italian version, which could be divided into different categories. It is observed that the speech of the narrator is remarkably longer. By analysing the content of the sentences added, we can clearly hear the echoes of some passages of the novel and, in some instances, we can even find an utterance suspiciously similar to Eco's bestseller. Some of the characters' utterances are enlarged during the dialogues, and there is even a whole new scene. Secondly, we will examine the changes operated in the French version. This time we also find some enlargements with respect to the English version, although not as important as in the Italian case, and also a new scene. In this version, what is more noticeable during the whole film is the accent of the characters, which tries to reflect the origin of the different monks living in the abbey. Finally, we will say a few words about the Spanish version, which appears to be the most faithful to the original version.

MASCARENHAS, Renata de Oliveira. Dickens em transmutação: A tradução da simbologia dos espíritos em *Um Conto de Natal* para o cinema. Universidade Estadual do Ceará. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/Renata%20de%20Oliveira%20Mascarenhas.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

O livro *Um Conto de Natal* de Charles Dickens (1991a e b) tem sido significativamente traduzido para o sistema audiovisual. Partimos do pressuposto que a grande difusão da referida obra se deve ao fato de lidar com temas universais tais como generosidade e redenção. O avaro Scrooge (protagonista), numa noite de Natal, tem a chance de refletir sobre seu comportamento após a visita de três espíritos: do Natal Passado, do Natal Presente e do Natal Futuro. Dickens cria uma relação simbólica entre os espíritos e o tempo, mostrando que o Espírito Natalino deve ser uma constante (passado, presente e futuro) na vida das pessoas. Nosso objetivo é analisar as estratégias utilizadas por Edwin L. Marin (1938) para traduzir essa simbologia do livro para o filme. Esta análise levou-nos a observar que a representação simbólica dos textos é estabelecida de forma distinta, devido às particularidades dos sistemas (literário e cinematográfico) e às escolhas individuais do escritor e do tradutor. Consideramos a construção da simbologia

em cada texto como um processo de semiose contínuo motivado tanto pelas características de cada meio, quanto pelo contexto histórico.

MATAMALA, Anna. La estación de trabajo del traductor audiovisual: Herramientas y Recursos. Universitat Autònoma de Barcelona. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/anna_matamala.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2008.

En este artículo abordamos la relación entre traducción audiovisual y nuevas tecnologías y describimos las características que tiene la estación de trabajo del traductor audiovisual, especialmente en el caso del doblaje y del *voice-over*. Después de presentar las herramientas que necesita el traductor para llevar a cabo satisfactoriamente su tarea y apuntar vías de futuro, presentamos una relación de recursos que suele consultar para resolver los problemas de traducción, haciendo hincapié en los que están disponibles em Internet.

RIBEIRO, Emílio Soares. O Senhor dos Anéis: a tradução da simbologia do anel do livro para o cinema. Universidade Estadual do Ceará. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/Emilio%20Soares%20Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Atualmente, muitos livros têm sido traduzidos para a tela, e sempre se ouve críticas comparando o trabalho literário com sua adaptação. Uma adaptação não tem que ser uma cópia do trabalho criado primeiramente, já que está sendo traduzido para outro sistema de signos. Como uma adaptação fílmica é uma transmutação de um texto verbal em um não-verbal, ela tem sido há muito tempo considerada como algo que muda o texto criado primeiramente e, por isso, o que hoje é chamado de *tradução intersemiótica*, durante anos não foi considerado tradução. Assim, apoiado em Jakobson (1991), esta pesquisa parte do pressuposto de que a adaptação fílmica é tradução, e adota o livro de J.R.R. Tolkien, *O Senhor dos Anéis: a sociedade do Anel*, e o filme homônimo de Peter Jackson como corpus da análise. Certamente há um grande número de símbolos no filme e, dentre estes, o *Anel* é obviamente o mais relevante. O objetivo

deste trabalho não é fazer nenhum juízo de valor entre o *Anel* do livro e o do filme, mas analisar as estratégias usadas pelo diretor para traduzir tal símbolo para a tela.

RIBEIRO, Gabriela Castelo Branco. Tradução e localização de software e outros produtos: Audiovisual ou Multimídia?. Pontífice Universidade Católica - RJ. *Caderno de Tradução*, v. 16, 2005/2. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br/online/cadernos16/Gabriela%20Castelo%20Branco%20Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

O objetivo deste trabalho é apresentar, com base em minha prática profissional como tradutora, o processo de localização de software e outros produtos, considerando seus aspectos tradutórios, tecnológicos, mercadológicos, culturais e multimídia ou audiovisuais. Para isso, são discutidas as principais especificidades referentes à diversidade de tecnologias, ferramentas de auxílio à tradução, condições de trabalho e de treinamento e demandas lingüísticas, que representam oportunidades e desafios permanentes para os profissionais que atuam nessa área. Tradicionalmente, esse processo é apresentado sob a ótica mercadológica, considerando a tradução apenas como uma etapa. O presente trabalho procura fazer uma revisão dessa abordagem, propondo pontos de interseção entre a localização e os estudos da tradução e dando destaque aos aspectos audiovisuais.